



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA



FACULDADE DE ARQUITETURA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO
ESPECIALIZAÇÃO EM ASSISTÊNCIA TÉCNICA PARA HABITAÇÃO E DIREITO À CIDADE
RESIDÊNCIA PROFISSIONAL EM ARQUITETURA, URBANISMO E ENGENHARIA

Trabalho de Conclusão

CONHECER PARA RESISTIR:

Ações educativas na Ocupação Guerreira Maria Felipa: Proposições para Regularização Fundiária

Rodrigo Machado Carvalho, Arquiteto & Urbanista - Profissional Residente AU+E/UFBA
Prof. Me. Daniel Marostegan e Carneiro - Tutor

Trabalho apresentado ao Curso de Especialização em Assistência Técnica. Habitação e Direito à Cidade, como requisito de conclusão do curso, para obtenção do título de especialista e implantação do projeto experimental de Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia da Universidade Federal da Bahia, integrado ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, da Faculdade de Arquitetura, com apoio da Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia.

SALVADOR/BA
Dezembro de 2018

CRÉDITOS DA ELABORAÇÃO DA PROPOSTA

Autoria:

Rodrigo Machado Carvalho, Arquiteto & Urbanista - Profissional Residente AU+E/UFBA
Prof. Me. Daniel Marostegan e Carneiro - Tutor

Colaboração:

Prof. Dr. Luiz Roberto Santos Moraes
Profª. Dra. Elisamara de Oliveira Emiliano
Profª. Dr. Artur Caldas Brandão
Profª. Dra. Thaís Troncon Rosa
Ludmila Regina Vale da Conceição
Vanessa de Amorim Dantas
Taiane de Cerqueira Moreira
Jéssica de Santana Macêdo
Larissa Oliveira Moraes (Estagiária)
Leonardo Stanziola Nascimento (Bolsista PaexDOC)
Gabriela de Souza e Silva Ferreira (Bolsista PaexDOC)
Italon Rilson Vicente Gama (Estudante do curso de Engenharia Civil, UFBA)
Guilherme Tharso da Silva Oliveira (Estudante do curso de Engenharia Civil, UFBA)
Misael Bispo (Diretor de Projetos da Empresa Junior DATUM ENGENHARIA) da escola
Politécnica

Consultoria:

IDEAS Assessoria Popular - Instituto de Desenvolvimento e Ações Sociais
João Carvalho – Advocacia e Consultoria
AMB & ARQ. – Ambientação e Arquitetura Popular

Apoio:

Departamento de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica da escola Politécnica
MSTB – Movimento dos Sem Teto de Bahia
Moradores da Ocupação Guerreira Maria Felipa
DATUM Engenharia – Empresa Junior da Escola Politécnica
Adam Martem (Urbanista e Músico)
Prof. Me. João Maurício Santana Ramos

SESSÃO DE AVALIAÇÃO DO TRABALHO FINAL DE ASSISTENCIA TÉCNICA:

Data: 12 de novembro de 2018

Local: Residência AU+E – Faculdade de Arquitetura/UFBA

Residente: Rodrigo Machado Carvalho, Arquiteto & Urbanista, Profissional Residente AU+E/UFBA

Título: CONHECER PARA RESISTIR: Ações Educativas na Ocupação Guerreira Maria Felipa: Proposições para Regularização Fundiária.

Membros da Banca:

Tutor(a): Daniel Marostegan e Carneiro.

Co-Tutor(a): Elisamara de Oliveira Emiliano

Membro Interno: Carlos Alberto Andrade Bomfim

Membro Externo: Debora Marques da Silva Araújo

Representantes da Comunidade:

Maria Lucianne Lobato Ferreira (Lôra), liderança da Ocupação Guerreira Maria Felipa e coordenadora estadual do MSTB

Representantes institucionais:

Prof. Me. Wagner Moreira Campos, Bacharel em Direito, Doutorando em Arquitetura e Urbanismo - Coordenador do IDEAS - Assessoria Popular

APRESENTAÇÃO E AGRADECIMENTOS

A construção do desenvolvimento desse trabalho foi resultante de um longo processo de acumulação de conhecimento provenientes das atividades de caráter da militância social, o saber absorvido da vivência em campo junto aos verdadeiros autores deste trabalho-as pessoas da ocupação, aliado ao conhecimento técnico que a universidade me proporcionou, bem como a subjetividade que cada um de nós carrega consigo durante todo nosso percurso de vida. Por meio da Lei 11.888/2008 - Assistência Técnica Pública e Gratuita às famílias de baixa renda, a Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo, Engenharia e áreas afins da UFBA, no curso de especialização em Assistência Técnica para Habitação e Direito à cidade, depreendeu-se um grande esforço para conseguir vislumbrar não somente um campo de trabalho, mas empreender uma conjunção de forças no intuito de fortalecer e prestar assessoria técnica à comunidades populares na construção de projetos de interesse social de forma mais participativa e ativa de todos os atores envolvidos nessa questão.

Essa proposta partiu dessa premissa, e tentou aliar o saber técnico junto ao saber das pessoas da ocupação, desenvolvendo um produto palpável tanto para o movimento MSTB - que coordena as atividades nessa e em outras ocupações, bem como para as pessoas da ocupação, partindo da ideia de que para fortalecer e construir um instrumento de luta dessas pessoas na consolidação do local em que se encontram, necessitariam de um trabalho ligado a questão da terra, neste caso, a regularização fundiária. Todas as atividades foram realizadas na própria ocupação, contando com a orientação dos professores tutores da residência AU+E/UFBA, bem como a de colaboradores externos.

Com grande prazer e alegria que venho a agradecer a todos os professores que se empenham na construção de um modelo de residência que venha a traduzir o real valor de uma assessoria técnica da UFBA, em especial ao meu tutor Daniel Marostegan, minha Co-tutora Elisamara Emiliano que em nossas conversas desconstruíam e agregavam sempre conceitos sobre este campo de trabalho, bem como na vida em si. Ao chefe de departamento do curso de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica Artur Caldas Brandão que ofertou um grande suporte técnico nos trabalhos realizados em campo, a todos os colaboradores, consultores e apoiadores citados acima que viabilizaram este processo a se concretizar, em especial ao meu grupo, que em diversos momentos, entre o corte da espada e o perfume das flores, sem menção honrosa, sem massagem dessa “vida loka”, mantivemos juntos encarando todos os desafios expostos, fortalecendo de alguma forma um ao outro e ajudando com muito amor e carinho, respeitando cada um (uma) as nossas diferenças (com muito esforço e trabalho, mas isso foi e continua sendo sempre a ser um aprendizado!).

Aos inúmeros amigos que fiz na ocupação, pessoas de grande vigor e valor, competentes no que fazem e com extrema habilidade e inteligência que infelizmente o

sistema que vivemos não as permitiu neste momento em que vivem de suas vidas aflorar e se manifestar como assim deveriam ser, contudo, lutam diariamente por seu espaço e pela conquista de seu lugar ao sol. Ao movimento MSTB, meus sinceros agradecimentos por ter permitido a inserção do grupo no território, nas boas e relevantes trocas de ideias e trabalhos desenvolvidos juntos nessa ocupação, bem como em outros serviços que executamos fora a parte da residência.

Deixo transparecer também uma enorme gratidão sem preço aos meus amigos em Aracaju e aos que fiz aqui em Salvador, em especial da minha turma, que me fortaleceram em muitos momentos em que a fraqueza queria me dominar, minha família, incluindo meu padrinho Evandro Barbosa, minha madrinha Valdice, Cristina Barbosa, que me deram todo o suporte que eu precisei como: condições materiais, emocionais e financeiras, favorecendo a minha caminhada, concluída com êxito e com grande maestria reconhecida pela minha banca examinadora.

Por fim, volto-me a Deus com grande alegria e felicidade por mais essa vitória, pois foi este que sempre me capacitou, permitindo ter acesso e desenvoltura frente aos desafios, as conquistas e derrotas que a vida veio a me tornar e constantemente fazer ser quem eu deva ser, fortalecendo, guiando, não somente a mim, mas creio que a todos nós, por caminhos iguais ou diferentes, que somente a fé de cada um, permitirá aprender, conhecer, e sentir a sua existência em nossas vidas, ou não, pois, em cada prato a um gosto, o paladar, traz surpresas.

RESUMO

O presente trabalho desenvolveu por meio da Residência AU+E/UFBA terceira turma, uma atuação prática nos termos da lei 11.888 de 24 de dezembro de 2008, que versa sobre **Assistência Técnica Pública e Gratuita para projeto e construção de Habitação de Interesse Social**, entendendo que a mesma ultrapassa as fronteiras do projeto arquitetônico em si, indo além do que está estabelecido, criando uma liga entre o universo do social aliado ao conhecimento técnico frente a superação dos problemas e desafios que se apresentam atualmente em nossas cidades de forma resiliente e propositiva.

A ocupação Guerreira Maria Felipa está localizada no bairro Jardim das Margaridas, localizado nas franjas urbanas da cidade de Salvador, distante da infraestrutura urbana e do centro de serviços especializados. Coordenado pelo movimento MSTB – Movimento dos Sem Teto da Bahia, foi apresentado demandas que percorrem o campo do Social, Urbano e da Arquitetura & Engenharias tais como: déficit de saneamento básico; insegurança jurídica da posse do terreno; desemprego e conflitos internos e externos como relação de vizinhança, tráfico de drogas, estigma da pobreza; carência de espaços coletivos para adultos e crianças e carência de serviços públicos no entorno da ocupação. Contando com uma equipe multidisciplinar que se formou por livre espontânea vontade dos estudantes profissionais residentes, este trabalho foi subdivido em cinco eixos de atuação: Saneamento Básico, Questões Urbanas, Geração de Renda, Espaços Comuns e Regularização Fundiária. Esta multidisciplinaridade tornou todo este trabalho realizado em grupo o grande diferencial para que o mesmo pudesse surtir efeito em cima das reais demandas detectadas em campo.

Este trabalho específico visou proporcionar e subsidiar tecnicamente os moradores e o movimento, por meio da assessoria técnica, ferramentas capazes de consolidá-los na região, fortalecendo sua permanência nas questões pertinentes a Regularização Fundiária.

Por se tratar de uma área que se encontra em uma situação de conflito fundiário, se fez como mister o envolvimento deste profissional que trabalhasse essa questão aumentando assim as probabilidades dos atores envolvidos neste processo em ter acesso ao direito à cidade e a moradia. Por meio de oficinas integrativas e participativas, ações educativas e serviços desenvolvidos em campo, tais como os mutirões do casarão e na ocupação, levantamentos e confecção de plantas, fichas cadastrais dos lotes e imóveis, foi composto produtos que proporcionassem uma resistência propositiva frente ao que está exposto no momento atual.

Palavras-chave: direito à cidade e moradia, assessoria técnica, demandas, resistência propositiva, participação e educação, ocupação Guerreira Maria Felipa.

ABSTRACT

The present work developed through the AU + E / UFBA Third Class Residency, a practical action under the terms of Law 11,888 of December 24, 2008, which deals with **Public and Free Technical Assistance for design and construction of Housing of Social Interest**, understanding that it goes beyond the boundaries of the architectural project itself, going beyond what is established, creating a link between the universe of the social allied to the technical knowledge facing the overcoming of the problems and challenges that are currently present in our cities in a resilient and purposeful .

The Guerreira Maria Felipa occupation is located in the Jardim das Margaridas neighborhood, located in the urban fringes of the city of Salvador, far from the urban infrastructure and the specialized services center. Coordinated by the movement MSTB - Movement of the Homeless of Bahia, was presented demands that cover the field of Social, Urban and Architecture & Engineering such as: wantage of basic sanitation; legal insecurity of land ownership; unemployment and internal and external conflicts such as neighborhood relations, drug trafficking, stigma of poverty; careless of collective spaces for adults and children and lack of public services around the occupation. Counting with a multidisciplinary team that was formed by free will of resident professional students, this work was subdivided into five main areas: Basic Sanitation, Urban Issues, Income Generation, Common Spaces and Land Tenure Regulation. This multidisciplinary made all this work done in groups the great differential so that it could have an effect on the real demands detected in the field.

This specific work aimed to provide and technically subsidize the residents and the movement, through technical advice, tools capable of consolidating them in the region, strengthening their permanence in the issues pertaining to land regularization.

For being located in an area that is in a situation of land conflict, it was necessary to involve this professional to work on this issue, thus increasing the chances of the actors involved in this process to have access to the right to the city and housing. Through integrative and participative workshops, educational activities and services developed in the field, such as the grouping works on the “grandhouse” and in the common spaces on occupation, surveys and confection of plants, cadastre records of lots and real estate, were composed products that would provide a proposal resistance against what is exposed at the present time.

Key words: right to the city and housing, technical assistance, demands, propositional resistance, participation and education, occupation Guerreira Maria Felipa.

LISTA DE SIGLAS

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

CONDER – Companhia de Desenvolvimento Urbano do Estado da Bahia

INFORMS – Sistema de Informações Geográficas Urbanas do Estado da Bahia

COREF – Coordenação da Divisão de Regularização Fundiária do Estado da Bahia

SEDUR – Secretaria Municipal (Estadual também) de Desenvolvimento e Urbanismo

SEHAB – Secretaria Municipal de Habitação de Salvador

PMS – Prefeitura Municipal de Salvador

SUCOP - Superintendência de Conservação e Obras públicas de Salvador

CF – Constituição da República Federativa Brasileira de 1988

MCMV – Programa Minha Casa Minha Vida

CGJ/CCI - Corregedoria Geral de Justiça e da Comarca do interior da Bahia

PDDU – Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano

MSTB – Movimento dos Sem Teto da Bahia

SEFAZ – Secretaria de Finanças do Município de Salvador

UCL'S – University College London (Faculdade Universitária em Londres)

DPU – Development Planning Unit (Unidade de Planejamento e Desenvolvimento da Bartlett)

CIA - Centro Industrial Aratu

RMS – Região Metropolitana de Salvador

CEF – Caixa Econômica Federal

FAR – Fundo de Arrendamento Residencial

ZEIS – Zona Especial de Interesse Social

CCIR – Certificado de Cadastro de Imóvel Rural

IPTU – Imposto Territorial Urbano

VUPc – Valor Unitário Padrão de Construção

VUPt – Valor Unitário Padrão do Terreno

AEIS – Área Especial de Interesse Social

CTEP – Confederacion dos Trabajadores de la Economia Popular

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Entrada do Casarão da Ocupação Guerreira Maria Felipa.....	22
Figura 2: Croqui da implantação da Ocupação Guerreira Maria Felipa.....	22
Figura 3: Cemitério Clandestino noticiado em Jornais.....	24
Figura 4: Mapa de Localização da Ocupação Guerreira Maria Felipa.....	27
Figura 5: Moradores na Oficina do Mapeamento.....	28
Figura 6: Panfleto deixado na casa dos moradores que não foram encontrados para realização do Cadastro Socioeconômico.....	29
Figura 7: Visão frontal do Casarão.....	30
Figura 8: Pequeno Anexo, com previsão para posto de saúde.....	30
Figura 9: Implantação da Ocupação Guerreira Maria Felipa.....	31
Figura 10: Gráfico de moradores por idade e gênero.....	31
Figura 11: Gráfico Escolaridade da população da Guerreira Maria Felipa.....	33
Figura 12: Rua Joaquim Ferreira, acesso principal à ocupação, 2016.....	35
Figura 13: Rua Joaquim Ferreira, acesso principal à ocupação, 2017.....	36
Figura 14: Total de Áreas Vazias aptas para Habitação.....	36
Figura 15: Mapa da região em 2008.....	42
Figura 16: Mapa demonstrando os investimentos por região do MCMV.....	43
Figura 17: Bosque das Bromélias, Salvador.....	44
Figura 18: Pré entrega do conjunto Jardim das Margaridas.....	44
Figura 19: Mapeamento Topográfico em 1994, inserido no mapa do Território atualmente.....	46
Figura 20: Mapeamento Topográfico da Ocupação em 24.08.16.....	46
Figura 21: Representação em 3D do terreno da Ocupação em 24.08.16.....	47
Figura 22: Croqui do mapeamento de Saneamento Ambiental.....	47
Figura 23: Áreas alagadas e impermeabilização do solo com uso de concreto.....	48
Figura 24: Terreno que se localiza a ocupação em 2016.....	49
Figura 25: Croqui do planejamento inicial da Ocupação.....	50
Figura 26: Caminhão do concreto descartando o “bota-fora”.....	50
Figura 27: Implantação e estruturação inicial da Ocupação.....	51
Figura 28: Implantação e estruturação inicial da Ocupação.....	51
Figura 29: Montagem do banheiro seco.....	52

Figura 30: Entrada principal, com a consolidação do núcleo de Força e Luta.....	52
Figura 31: Assentamento das famílias na parte inferior do terreno: Etapa 2.....	53
Figura 32: Movimentos de expansão para a implantação da 2ª Etapa.....	53
Figura 33: Estruturação da ocupação: Finalização do sistema de ruas e quadras.....	54
Figura 34: Consolidação das quadras na parte superior da Ocupação.....	55
Figura 35: Estruturação do casarão e atividades da Bartlett.....	55
Figura 36: Estruturação da Ocupação na parte superior.....	56
Figura 37: Lotes “Abandonados” e/ou necessitando de manutenção.....	57
Figura 38: Estruturação da Ocupação na parte superior.....	58
Figura 39: Muros Construídos na parte lateral e frontal do terreno.....	59
Figura 40: Cercamentos laterais e ao fundo da Ocupação.....	59
Figura 41: Oficina das relações de Vizinhança e Pré-Projeto junto a moradores.....	60
Figura 42: Praça de convivência e parque infantil.....	61
Figura 43: Mapa da região com a configuração atual do entorno da ocupação.....	62
Figura 44: Escritura de Compra e Venda do terreno.....	64
Figura 45: Escritura de Compra e Venda do terreno.....	64
Figura 46: 1ª Reunião da Comissão.....	66
Figura 47: 2ª Reunião da Comissão.....	66
Figura 48: Entrada do Cartório de Lauro de Freitas.....	67
Figura 49: Visita ao INCRA em Salvador.....	67
Figura 50: Pagamento de custas no Cartório de Salvador.....	68
Figura 51: Entrada do Cartório de Salvador.....	68
Figura 52: Consulta realizada no setor COREF –CONDER.....	69
Figura 53: Consulta realizada no setor INFORMS – CONDER.....	69
Figura 54: Registro da região em questão fornecido pela CONDER.....	70
Figura 55: Reunião no dia 19/03/18 na sede da SEDUR Estadual.....	72
Figura 56: Reunião no dia 29/05/18 na ocupação.....	73
Figura 57: Reunião com a comissão dia 13/07/18 na Ocupação.....	74
Figura 58: Ata da 1ª reunião.....	74
Figura 59: Visita a terrenos próximos a região da Ocupação.....	75
Figura 60: Mapeamento dos terrenos para discussão junto a comissão.....	75

Figura 61: Assembleia coletiva dos moradores.....	76
Figura 62: Panfleto utilizado para divulgar a Oficina da Cartografia na Ocupação.....	82
Figura 63: Símbolos utilizados para representar as questões propostas na Oficina de Cartografia.....	82
Figura 64: Mapa ilustrativo da configuração espacial da Ocupação Guerreira Maria Felipa.....	83
Figura 65: Aproximação de moradores com o mapa.....	83
Figura 66: Mesa com grupo das questões relacionadas à saneamento trabalho e renda.....	84
Figura 67: Marcações feita sobre o papel manteiga na Oficina da Cartografia.....	84
Figura 68: Itens da Cesta Básica segundo o DIEESE por região.....	85
Figura 69: Tabela construída com os moradores com base na tabela do DIEESE.....	86
Figura 70: Oficina Moradia é só Casa?.....	87
Figura 71: Materiais usados na Oficina O que queremos para o Casarão?.....	89
Figura 72: Mapa dos Desejos.....	90
Figura 73: Moradores na Ação Educativa de Saneamento.....	91
Figura 74: Resultados da Ação Educativa de Saneamento.....	92
Figura 75: Ação Educativa Espaços Comuns.....	93
Figura 76: Apresentação das ações educativas para Regularização Fundiária.....	94
Figura 77: Favela da Rocinha, 2018.....	95
Figura 78: Confecção de jogo de telhas com Garrafa PET.....	95
Figura 79: Maquete da Ocupação na escala de 1/500.....	96
Figura 80: Modelo da Ficha da Inscrição Cadastral Folha 01.....	96
Figura 81: Modelo da Ficha da Inscrição Cadastral Folha 02.....	96
Figura 82: Ação Educativa Questões Urbanas.....	97
Figura 83: Ação Educativa Geração de Renda.....	100
Figura 84: Apresentação da banda no Circuito Cultural.....	102
Figura 85: Imagem da lateral do Casarão com citação de moradora da Ocupação.....	104
Figura 86: Imagem da animação Consciente Coletivo Instituto Akatu.....	105
Figura 87: Exibição do filme no Circuito Cultural Cinema.....	105
Figura 88: Separação de pneus para construção do Mão na Massa.....	107
Figura 89: Crianças participando da construção do Mão na Massa.....	107
Figura 90: Construção do Mão na Massa.....	108
Figura 91: Finalização da construção Mão na Massa.....	108

Figura 92: Comemoração de 1 ano de Ocupação.....	109
Figura 93: Oficina de implantação de Horta Comunitária.....	109
Figura 94: Leitura Fundiária do território e suas delimitações, constantes no Diagnóstico do Vetor Ipiranga, 2013.....	111
Figura 95: Leitura Fundiária do território e suas delimitações, constantes no Diagnóstico de São José, Niterói, 2017.....	112
Figura 96: Planta Geral com foto aérea – atualização cadastral - Comunidade São José.....	113
Figura 97: CTPE na exigência por terra e moradia na Argentina, 2014.....	114
Figura 98: CTPE – Bairros Populares exigindo obras de infraestrutura e moradia, 2018.....	115
Figura 99: Mapeamento preliminar ilustrando a Ocupação e o seu entorno.....	116
Figura 100: Reunião preliminar para definição da metodologia de trabalho.....	117
Figura 101: Instrumentos utilizados nas primeiras medições.....	117
Figura 102: Medição dos lotes por triangulação.....	118
Figura 103: Base Estática e móvel do GNSS.....	118
Figura 104: Identificação dos pontos de medição.....	118
Figura 105: Marcação dos pontalotes.....	118
Figura 106: Levantamento Planialtimétrico e de Zoneamento da Ocupação.....	119
Figura 107: Planta de Locação das Quadras.....	119
Figura 108: Levantamento Cadastral dos lotes da Ocupação.....	120
Figura 109: Lotes regulares e irregulares da quadra “A”.....	121
Figura 110: Lotes regulares e irregulares da quadra “B”.....	122
Figura 111: Lotes regulares e irregulares da quadra “C”.....	123
Figura 112: Lotes regulares e irregulares da quadra “E”.....	124
Figura 113: Lotes regulares e irregulares da quadra “F”.....	125
Figura 114: Planta de Situação e Localização da Ocupação.....	126
Figura 115: Ficha Cadastral.....	127
Figura 116: Planta de Situação do Imóvel.....	127

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Responsável pelo lar por gênero e número de moradores por casa.....	31
Tabela 2 - Cor de pele dos moradores.....	31
Tabela 3 - Moradores que sabem ler e escrever na Ocupação Guerreira Maria Felipa.....	33

Tabela 4 - Moradores que estudam ou não estudam por faixa etária na Ocupação Guerreira Maria Felipa.....34

Identificação da Ocupação

Ocupação Guerreira Maria Felipa

Nome do bairro e localidade

Jardim das Margaridas, Salvador - Bahia

Nome da(s) Associação(ções) Parceira(s), Personalidade Jurídica, cópia de inscrição

MSTB - Movimento Sem Teto da Bahia; IDEAS Assessoria Popular - Instituto de Desenvolvimento e Ações Sociais; CNPJ: 27.357.478/0001-20; Escola Politécnica da Universidade Federal da Bahia - Departamento de Engenharia de Agrimensura e Cartográfica.

Endereço completo e Telefone/E-mail/ Website/ Blog da(s) Associação(ções)

IDEAS Assessoria Popular - Ladeira dos Barris, nº145, Barris, Salvador, Bahia. CEP 40070310, Brasil. Telefone de contato: (71) 93654762 / (71) 87745053

Nome e função do representante legal, cópia da identidade, ata de indicação e principais lideranças para contato

Wagner Moreira Campos: Coordenador Estadual do MSTB, Bacharel em Direito, Representante do MSTB e do IDEAS

Maria Lucienne Lobato Ferreira (Lora): Coordenadora Estadual do MSTB e da Ocupação Guerreira Maria Felipa.

Iuri Falcão Xavier Mota: Advogado, Representante do IDEAS e Assessor Jurídico de Movimentos Sociais.

Sumário

1. INTRODUÇÃO.....	15
2. A ASSISTÊNCIA TÉCNICA.....	19
3. IDENTIFICAÇÃO DA OCUPAÇÃO.....	20
3.1 HISTÓRICO.....	20
3.2 APROXIMAÇÃO.....	24
3.3 DIAGNÓSTICO GERAL.....	26
3.1.1 DIAGNÓSTICO NO ÂMBITO DA PROPOSTA INDIVIDUAL.....	33
a. Caracterização Jurídica da Ocupação Guerreira Maria Felipa.....	33
b. Caracterização Físico-Espacial Da Ocupação e do Território.....	40
c. Diagnóstico e Leitura Fundiária.....	63
d. Conflitos Fundiários E Mediações.....	70
4. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS.....	77
4.1 NO ÂMBITO DA PROPOSTA COLETIVA.....	77
4.1.1 Objetivo.....	77
4.1.2. Justificativa.....	77
4.2 NO ÂMBITO DA PROPOSTA INDIVIDUAL.....	78
4.2.1 Objetivo.....	78
4.2.2 ObjetivosEspecíficos.....	78
4.2.3 JUSTIFICATIVA.....	78
5. AÇÕES NO TERRITÓRIO.....	80
5.1. OFICINAS.....	81
1. Oficina – Cartografia.....	81

2.	Oficina – Moradia é só casa?	85
3.	Oficina - O que Queremos para o Casarão?	88
4.	Ações Educativas - Vamos Pensar juntos?	89
a.	Ação Educativa Saneamento.....	91
b.	Ação Educativa Espaços Comuns.....	93
c.	Ação Educativa Regularização Fundiária.....	94
d.	Ação Educativa Questões Urbanas.....	97
e.	Ação Educativa Geração De Renda E Trabalho.....	100
5.2	CIRCUITO CULTURAL	102
a.	Música.....	102
b.	Cinema.....	104
5.3	MÃO NA MASSA	106
a.	Construção De Espaço De Lazer E Convivência.....	106
5.4	OUTRAS AÇÕES	108
5.5	AÇÕES PREVISTAS	109
6.	PROPOSIÇÕES RELATIVAS A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	109
6.1	PROPOSIÇÕES A CURTO PRAZO – DIAGNÓTICO FUNDIÁRIO	110
6.2	PROPOSIÇÕES A MÉDIO PRAZO – LEITURA FUNDIÁRIA E FICHA CADASTRAL	112
6.2.1	Proposições a Médio Prazo – Resultados	118
6.3	PROPOSIÇÕES PÓS-RESIDÊNCIA: AÇÕES EDUCATIVAS E INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS NA OCUPAÇÃO	128
6.3.1	Diretrizes para Ações Educativas e Intervenções Estruturais na Ocupação	128
1.	Ações Educativas para Regularização Fundiária	128

a. Metodologia.....	129
b. Metas.....	129
c. Instrumentos a serem utilizados.....	130
2. Intervenções Estruturais na Ocupação.....	130
a. Metodologia.....	131
b. Metas.....	132
c. Instrumentos a serem utilizados.....	133
7. CRONOGRAMA & ORÇAMENTO.....	134
7.1 – ORÇAMENTO: RECURSOS HUMANOS.....	135
7.2 – ORÇAMENTO: RECURSOS MATERIAIS.....	136
Referências Bibliográficas.....	138
Apêndices.....	143
Planta de Situação e Localização da Ocupação	
Planta de Marcação e Locação do Terreno	
Levantamento Planialtimétrico e de Zoneamento	
Levantamento Cadastral dos Lotes	
Planta Humanizada da Ocupação	
Ficha modelo cadastral e Planta esquemática de um dos lotes	
Tabelas dos Levantamentos Planialtimétricos	

1. INTRODUÇÃO

A moradia no Brasil e em Salvador perpassa a concretização do direito humano à moradia. O direito à moradia, segundo Silva (2006) *apud* Rangel e Silva (2009), pode ser entendido como “ocupar um lugar como residência; ocupar uma casa, apartamento etc., para nele habitar e residir com animus de permanência, na condição de recôndito para abrigar a família”. O direito à moradia faz parte da Convenção Internacional dos Direitos Humanos de 1948, no seu artigo 25. Ele também foi incluído no artigo 6º da Constituição Federal de 1988 no capítulo II que trata dos direitos sociais e posteriormente no Estatuto da Cidade, lei nº 10.257/2001. O Estatuto inclui o direito à moradia como uma das diretrizes a cidades sustentáveis, associando-o ao “pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana” em seu artigo 2º.

Entretanto este só ocorre quando existe o direito à cidade e se reflete sobre a integração das classes sociais consideradas marginalizadas e/ou excluídas da sociedade, consideradas frutos do crescimento econômico. Para Lefebvre, a concepção do direito à cidade não é um direito apenas de visitar os centros de cidades históricas, ou de o trabalhador passar o dia na cidade da qual foi expulso: trata-se de um direito à vida urbana transformada e renovada. O direito à cidade aponta para o fim das segregações, a reconquista da cidade pelas classes e grupos minoritários dela excluídos (LEFEBVRE, 2001). Nesse contexto, compreende-se que o direito de morar está diretamente ligado a utilizar e participar da produção das cidades de maneira mais justa, inclusivas, democráticas e sustentáveis, bem como os direitos civis, políticos, sociais, econômicos e culturais estão incluídos no direito à cidade e garantem a promoção dos direitos humanos. (AMANAJÁS; KLUG, 2018)

Contudo, existe a décadas uma grande demanda da classe trabalhadora por moradia com boa localização e infraestrutura no Brasil. Nesse contexto, tem sido efetivada políticas habitacionais que estão desconectadas das reais necessidades da população e que valorizam o aumento do produto interno bruto (PIB), da renda e do emprego para efetuarem a construção da cidade de maneira legal e formal. O problema fundamental na cidade capitalista é que a moradia e o solo urbano são tratados como mercadorias e, portanto, são bens comercializáveis. Por essa razão, o acesso à moradia e ao solo urbano passam a ser mediados pelas regras que definem o acesso e o uso da propriedade privada. E como qualquer mercadoria no capitalismo, a moradia e o solo urbano têm valor de uso e valor de troca (LEFEBVRE, 2001).

Apesar do que é previsto na Constituição Federal de 1988, no Estatuto da Cidade, no Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social (SNHIS), no Plano Nacional de Habitação (PNH)

e nos planos estaduais e locais de habitação de interesse social, que estabelecem orientações e buscam regularizar todas as formas de ilegalidade no que se refere à utilização e à ocupação do solo nos municípios. Claramente, identifica-se o aumento dos assentamentos irregulares, revelando que as iniciativas do Poder Público no cumprimento das leis que corroboram com a inclusão socioespacial, bem como a gestão das cidades de forma democrática não foram suficientes para solucionar a problemática habitacional (BRASIL, 2008).

De fato, enquanto as políticas habitacionais voltadas para Habitação de Interesse Social (HIS), forem utilizadas como mecanismos facilitadores para a reprodução do capital, não será possível a efetivação do direito humano à moradia no País. Os programas vêm sendo utilizados pelo governo federal como um instrumento voltado para a acumulação urbana, - como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) – quando se apropriam de parcelas significativas dos recursos públicos destinados às políticas habitacionais, que contribuíram para aumentar as dificuldades para a execução do direito à cidade (BRASIL, 2010).

Se olharmos para a história, veremos que a cidade de Salvador no século XVI, foi a última no modelo medieval fundada fora da Europa e é atualmente uma das maiores cidades do Brasil e da América Latina. De fato, terceira metrópole em número populacional e extensão urbana do País, ficando atrás apenas das metrópoles de São Paulo e do Rio de Janeiro. Uma cidade de extrema importância na história do Brasil, foi por dois séculos a capital da colônia portuguesa, sendo o centro político e administrativo. Seu porto marítimo foi nos dois primeiros séculos da Idade Moderna o mais importante do hemisfério Sul em trânsito de navios e fluxo de mercadorias. Porém, depois da mudança da capital portuguesa de Salvador para o Rio de Janeiro em meados do século XVIII, a cidade baiana entra em declínio econômico, seguido por uma diminuição no comércio da cana-de-açúcar, que passa por alterações do segmento econômico para a mineração e posteriormente, no século XIX, ao cultivo do café. Nas primeiras décadas do século XXI, a cidade de Salvador continua com a economia sem expressão no cenário nacional (BRASIL, 2010).

O Estado da Bahia, a partir de meados do século XX, inicia o desenvolvimento dos processos de industrialização e, conseqüentemente, o seu crescimento econômico, isso se dá principalmente em Salvador e em seguida nas cidades que hoje compõem a sua região metropolitana. A cidade de Salvador começa a crescer sem o acompanhamento de uma política de planejamento que conseguisse conter o rápido crescimento demográfico, associado a uma crise financeira, ao aumento dos custos da terra urbana e a ausência de programas públicos de habitação voltados aos cidadãos de renda mais baixa, a consequência

foi a rapidez do aparecimento das ocupações informais e de um déficit habitacional que ainda persiste.

De acordo com Barreto (2011), as primeiras “invasões” de Salvador surgiram nos anos 1940, chamadas assim, pois na época o termo era utilizado para os assentamentos, que eram considerados casos de polícia e seus ocupantes tratados como vândalos e marginais. São elas Corta Braço, hoje conhecida como Pero Vaz, Gengibirra que se tornou Vila Conceição e a Vila Rui Barbosa ou Alagados. Essas “invasões” eram vestígios de uma cidade agrícola e algumas se originaram de cortiços e mocambos. Este era um período em que a legislação urbanística era calcada na higiene, na aparência e no conforto ambiental fazendo com que apenas a cidade formal fosse validada pelo Poder Público. Considerando isto, no ano de 1942 houve o avanço na execução de um importante instrumento de gestão e planejamento, o Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador (EPUCS), que mesmo tendo contribuído para o planejamento urbano da Cidade, não foi largamente empregado, pois inexistiam condições materiais mínimas para fazê-lo (BARRETO, 2012; SAMPAIO, 2015).

Grandes transformações ocorreram nas décadas de 1950 e 1960 tanto no âmbito nacional, quanto regional e local, como a criação do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), da Petrobrás, do Instituto de Aposentados e Pensionistas da Indústria (IAPI), da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), do Banco Nacional da Habitação (BNH) e do Centro Industrial de Aratu (CIA). Principalmente este último, gerou a abertura de vias, migrações de populações do interior para Salvador e expansão do fluxo urbano, com ênfase no uso do automóvel.

Houve uma ampliação da procura habitacional, porém os programas habitacionais da época eram massivamente voltados para famílias com renda mensal entre 3 e 5 salários mínimos, deixando aqueles com renda menor desprovidos do acesso ao mercado imobiliário formal. As “invasões” se espalharam pela orla marítima da Cidade, chegando às áreas mais ricas.

O Poder Público, a partir dos anos 1970, passou a flexibilizar suas ações com relação às “invasões”, deixando de expulsar as famílias para tentar agir fiscalizando e reassentando-as, porém, essa iniciativa não teve sucesso. A partir desse período, o termo utilizado para esse tipo de habitação passa a ser ocupação, que corresponde ao assentamento para fins de moradia, geralmente espontânea e gradativa, em que a edificação antecede a definição dos lotes e que foi adotado ao tratar desse tipo de assentamento neste trabalho (BARRETO, 2011).

O processo de planejamento iniciado pelo EPUCS, em 1978, foi dado continuidade com a instauração do Plano de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PLANDURB), ambos instrumentos de planejamento que incorporaram o uso de modelos urbanísticos espaciais voltados para a ocupação e para a circulação na Cidade. Entretanto, a execução destes dois instrumentos de gestão e planejamento urbano: EPUCS e PLANDURB, foi quase nula e não evitou os problemas urbanos de Salvador, que continuaram a se expandir. Os aspectos ligados à habitação popular se destacavam entre as principais demandas da gestão política (BRASIL, 2008).

Principalmente o Subúrbio Ferroviário, que aumentou progressivamente seu número populacional nas três últimas décadas do século XX, novas tipologias e arranjos habitacionais começavam a surgir e a adensar-se. A geografia do relevo acidentado da cidade de Salvador, inclusive na Falha Geológica que divide a Cidade entre alta e baixa, não foi empecilho para os que precisavam de moradia. Morros, encostas, tabuleiros e até mesmo o mar da Baía de Todos os Santos começaram a ser ocupados pela população de baixa renda, que cada vez mais se mostrava necessitada por moradia, independentemente da localização do espaço (BRASIL, 2010).

A partir de 1980, tem-se o início da consolidação das ocupações na Cidade, período em que os movimentos de luta pela moradia se mostraram mais presentes. A luta era pela legalização dos lotes, pelo Movimento de Defesa dos Favelados (MDF), pela Federação das Associações de Bairros de Salvador (FABS) e em seguida pelo Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB) (BARRETO, 2011).

O movimento, originalmente chamado de Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS) com início em 2003, era formado por famílias que ocupavam terrenos, prédios e galpões abandonados como meio de garantir o direito à moradia. O Movimento era caracterizado por famílias que não possuíam condições de pagar aluguel, que moravam de favor ou estavam em situação de rua. Houve uma grande adesão ao Movimento por consequência da falta de políticas públicas que atendessem ao déficit habitacional de mais de 150 mil unidades habitacionais. Em 2005, quando já possuía aproximadamente 25 mil cadastrados, foi discutida a questão dos Sem Teto no seu primeiro Congresso que já se consolidava no interior do estado, tendo a mudança de nome aprovada para Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB) (MIRANDA, 2008).

Mesmo com as produções habitacionais no período do PMCMV, a Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios (PNAD) do IBGE divulgou em 2015 que o déficit habitacional era de pouco mais de 130 mil domicílios. A questão não foi sanada em Salvador e só tende a piorar

com o alto índice de desemprego que de acordo com a Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PEDRMS) se mantém acima dos 20% desde fevereiro de 2016. Considerando isto, a situação da falta de moradia tende a ser intensificada nos próximos anos, corroborando a importância do fortalecimento dos movimentos sociais que lutam por moradia que deve se ampliar para além do espaço físico da casa para equipamentos e infraestrutura que garantam uma melhor condição de vida a essas famílias.

A formação espacial de uma cidade está relacionada com as contradições sociais e as soluções encontradas para resolvê-las ao longo de sua evolução. Neste sentido “a cidade é a expressão viva do modo de ser do seu povo, da sua cultura, da ordem social, das desigualdades sociais de sua população” (ESPINHEIRA, 2002, p.32). Como considera Boaventura de Sousa Santos, a “*questão urbana* é um dos afloramentos, ao nível da superfície, das contradições que se produzem na estrutura mais profunda das sociedades capitalistas” (SANTOS, 1982, p. 67-68). Isto posto, Alfonsin (2006) apud Araújo e Fernandes (2010), considera que o Estado é um dos principais agentes no processo de formação espacial da cidade, que apesar da existência de leis que deem suporte à função social da propriedade, as políticas públicas para sua implementação costumam não existir ou serem ineficientes.

2. A ASSISTÊNCIA TÉCNICA

A Assistência Técnica dentro da Universidade Federal da Bahia (UFBA) se constitui por meio da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, implantada em 2011 como pós-graduação *lato sensu*. A residência em Assistência Técnica para Habitação e Direito à Cidade foi inspirada nas residências existentes e já consolidadas na área de saúde e teve como objetivo pôr em prática a Lei de Assistência Técnica, nº 11.888/2008.

Agora na 3ª edição, a equipe formada por 1 engenheira ambiental, 1 assistente social, 1 urbanista e 2 arquitetos urbanistas, iniciou o trabalho na Ocupação Guerreira Maria Felipa, em novembro de 2017. Desde então diversos desafios têm sido enfrentados pela equipe. Um dos principais, é compreender a linha entre Assistência Técnica e Assistencialismo. Enquanto o primeiro visa a elaboração de projetos participativos para que os cidadãos possam alcançar a inclusão urbana, o segundo é uma prática individual, em forma de ajuda que sana as necessidades emergenciais dos indivíduos, mas não transforma sua realidade social.

As famílias de baixa renda têm acesso mais comumente com práticas assistencialistas, onde quase sempre são sujeitos passivos das relações, apenas recebendo ajudas e doações. Este processo dificulta o desenvolvimento do trabalho de Assistência Técnica, no que se refere a

participação dos moradores de forma ativa, a mobilização, a organização de maneira autônoma e o compromisso na execução prática do que é proposto coletivamente entre moradores e residentes. A compreensão do que é a Assistência Técnica têm sido trabalhada, tanto por parte dos profissionais em processo de especialização, na aplicação em campo dos conhecimentos adquiridos, quanto pelos moradores que precisam entender que o processo possui um prazo maior de realização e que não possui resultados imediatos.

A ideia do título, “Conhecer para Resistir”, surge do fato de que o conhecimento é uma importante parte do processo de resistência. Os moradores da Ocupação precisam conhecer os seus direitos para resistir e os profissionais residentes precisam aprender com os conhecimentos vividos destes moradores para contribuir no processo de resistência. Neste sentido, a Assistência Técnica nada mais é que a troca de conhecimentos em um processo de construção que têm um objetivo comum.

3. IDENTIFICAÇÃO DA OCUPAÇÃO

3.1 HISTÓRICO

A Ocupação onde esse trabalho foi desenvolvido, faz parte de um conjunto de ocupações realizadas pelo Movimento dos Sem Teto da Bahia (MSTB), cujo núcleo chama-se Força e Luta. O MSTB emergiu em 2003, como Movimento dos Sem Teto de Salvador (MSTS) e foi inspirado no modelo organizativo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). O objetivo era organizar aqueles que não tinham moradia, primeiro para conquistá-la e para, futuramente, chegar a uma “reorganização social e cultural da sociedade para a construção de relações libertárias e de poder popular” (nas palavras do Movimento). A principal bandeira de luta do Movimento é a questão habitacional, utilizando-se de mecanismos de pressão social como mobilização de um expressivo número de famílias de sem teto, oriundas de diversas áreas da cidade de Salvador, que realizam passeatas, ocupam prédios, terrenos públicos ou privados que estejam em condição de abandono ou subutilizados, exigindo conceder terrenos devolutos à construção de moradias, para que atendam a função social da propriedade.

Figura 1 - Entrada do Casarão da Ocupação Guerreira Maria Felipa.



Fonte: REIS, 2018.

Não há informações precisas relativas à definição da área que foi ocupada. Previamente ao alojamento das famílias no terreno decidido foram realizadas reuniões e debates promovidos pelo MSTB acerca das estratégias para instalação das famílias no terreno (Figura 1). Dentre as estratégias, sugeriu-se a partir de apoio técnico de um Arquiteto, colaborador do IDEAS, a delimitação dos lotes (Figura 2) com o objetivo de facilitar uma possível regularização do loteamento, baseando-se na lei que dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano, onde “os lotes terão área mínima de 125m² e frente mínima de cinco metros, salvo quando o loteamento se destinar à urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovado pelos órgãos públicos competentes” (Art. 4, inciso II da Lei nº 6.766/1979 alterada pela Lei nº 9.785/1999).

Figura 2 - Croqui da implantação da Ocupação Guerreira Maria Felipa.



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2016.

A primeira etapa da Ocupação Guerreira Maria Felipa ocorreu no ano de 2016, composta, em sua maioria, por antigos moradores da Ocupação Guerreira Ninha, que passaram a morar do Conjunto Bosque das Bromélias de aluguel ou de favores em casa de familiares e amigos. Outros integrantes vieram de bairros do Miolo e do Subúrbio da Cidade, compondo uma totalidade de 68 famílias. Houve um cadastramento preliminar das famílias que norteou a distribuição dos lotes, onde os idosos e pessoas com necessidades especiais foram priorizadas e alocadas próximas à entrada principal do terreno. A primeira noite de ocupação foi marcada por um conflito entre o suposto proprietário do terreno e os ocupantes. Conflito este que se agravou com a presença de policiais que, segundo relatos, apareceram sem distintivo, efetuaram disparos para o alto com intuito de amedrontar e dispersar os ocupantes, que resistiram. Este fato foi registrado no Boletim de Ocorrência da 14^o Delegacia de Polícia no dia 27/11/16. (ARAÚJO et al., 2017)

Três dias após o início da Ocupação, o dito proprietário aciona a Justiça dando entrada em uma ação de Reintegração de Posse, com indenização e pedido de “Medida Liminar”, registrado no Tribunal de Justiça do Estado da Bahia com o número do processo 0582043-60.2016.8.05.0001, cujo conteúdo principal está na tentativa de comprovação de Esbulho, Turbação e Ameaça de posse por parte dos ocupantes.

A segunda etapa foi marcada pela chegada de 12 novas famílias, em março de 2017, ocupando a parte mais baixa do terreno totalizando 80 famílias. No local foi encontrado um cemitério clandestino (Figura 3), desativado após a descoberta. A situação foi veiculada nas principais mídias locais e corrobora com a informação de que a propriedade não estava cumprindo sua função social. A insegurança provocada por essa descoberta, resultou na mudança das 12 novas famílias para a parte mais alta do terreno, onde alguns lotes com maior dimensão foram divididos de forma a manter todos com pelo menos 125m² para acomodar algumas famílias e outras ocuparam lotes desocupados, totalizando 78 lotes e famílias.

Figura 3 - Cemitério Clandestino noticiado em Jornais.

2017-8-28 'CEMITÉRIO DO CRIME': SSP confirma dois corpos desenterrados no Parque das Bromélias » Aratu Online fis. 1

**aratu
online**

'CEMITÉRIO DO CRIME': SSP confirma dois corpos desenterrados no Parque das Bromélias

Fonte: Da redação
Atualizado em 16/12/2016 às 7:40



A assessoria de Comunicação da Secretaria de Segurança Pública (SSP-BA) confirmou ao **Aratu Online** na tarde desta quinta-feira (15/12) que foram desenterrados dois corpos no suposto 'cemitério do crime' localizado no Parque das bromélias na manhã de ontem (14/12).

Ainda de acordo com a SSP-BA, os corpos estavam em estado avançado de decomposição, por isso não foi possível identificá-los. O Departamento de Polícia Técnica (DPT) vai tentar fazer a papiloscopia (identificação através da coleta de impressão digital das mãos ou sola dos pés) e, se não for possível, o DPT terá que usar outros métodos de identificação.

LEIA MAIS: CEMITÉRIO DO CRIME: Polícia encontra 15 corpos enterrados no Parque das Bromélias (<http://www.aratuonline.com.br/noticias/cemiterio-do-crime-policia-encontra-15-corpos-enterrados-no-parque-das-bromelias/#>)

No entanto, na última quarta-feira (14/12), a equipe de reportagem da TV Aratu conseguiu confirmar com uma fonte confidencial da polícia que cerca de 15 corpos teriam sido desenterrados e removidos pelo DPT do Parque das Bromélias.

O caso é investigado pelo Departamento de Homicídios e Proteção a Pessoa (DHPP).

Acompanhe nossas transmissões ao vivo e conteúdos exclusivos na página facebook.com/aratuonline (https://facebook.com/aratuonline?__mref=message_bubble).

**Publicada originalmente às 13h25*

Fonte: Arquivo de notícias publicado no Jornal Aratu Online, 16/12/16.

Com relação ao processo de reintegração de posse, em 30 de maio de 2017, para a surpresa da assessoria jurídica do MSTB (IDEAS - Assessoria Popular), dos ocupantes e frustração do requerente, o juiz de direito da 10ª Vara Cível e Comercial do Estado da Bahia, bem como o Ministério Público do Estado da Bahia (MP-BA) indeferiram a ação, reconhecendo os ocupantes como os reais posseiros do terreno. Para ambas instituições, a decisão por não acatar a reintegração de posse, de forma geral, foi favorável para quem melhor comprova a posse do terreno. O requerente não conseguiu apresentar provas contundentes, mesmo anexando um material fotográfico e relatórios técnicos ao processo na tentativa convencer o juiz de direito a decidir em seu favor. Os detalhes referentes às essas questões envolvendo o processo que tramita na justiça, a evolução dos movimentos de crescimento e retração da ocupação serão descritas com maior amplitude no trabalho específico de Regularização Fundiária.

A Ocupação Guerreira Maria Felipa interagiu com a UFBA e a Bartlett Development Planning Unit (DPU) da Universidade de Londres, durante intercâmbio entre os alunos do Mestrado em Práticas de Desenvolvimento Social da DPU e alunos da disciplina do PPGAU/FAUFBA

"Política, Democracia e Direito à Cidade", além de voluntários e colaboradores. As atividades desenvolvidas durante o intercâmbio tiveram como objetivo compreender e apoiar as lutas coletivas pelo direito à cidade.

A Ocupação participou de duas das três edições do intercâmbio, na primeira em 2017, foram realizadas atividades por um período de 15 dias, com o intuito de construir um instrumento de auxílio que pudesse ser utilizado nas mesas de negociações, perante o Governo do Estado e o Município de Salvador. Optou-se pela realização de um "cadastro social" com o objetivo de coletar dados sobre o histórico da Ocupação e dos moradores, as motivações que os levaram a ocupar o terreno e suas expectativas. A partir de uma leitura prévia da Ocupação com utilização de metodologia participativa para criação do cadastro social, foram levantados dados por meio de rodas de conversas e entrevistas para conhecer o histórico do território e dos ocupantes, visitas de campo, levantamento das atividades e serviços do entorno, análise da documentação da Ocupação, e a realização de oficinas participativas para construção coletiva do diagnóstico: a Linha do Tempo; a Oficina dos Sonhos, Aspirações e Valores; a Organização Interna da Ocupação; a Oficina do Direito à Cidade; e o Cadastro Físico.

Em 2018, a metodologia construída buscava articular diversas lideranças de comunidades e movimentos sociais em Salvador. Ao invés de cada equipe do intercâmbio passar um período de 15 dias em cada local, como ocorrido na versão anterior, todo o grupo passava um dia inteiro em cada área, contando ainda com a participação de lideranças de outras comunidades. Na Ocupação foram feitas rodas de conversas com os moradores, sobre temas diversos, dentre eles: Habitação, Mobilidade e Espaços comuns. Além disso foi feito o reconhecimento do entorno, com visita ao Conjunto Bosque das Bromélias, tanto das áreas comuns, quanto de um dos seus apartamentos e do Conjunto Residencial Jardim das Margaridas.

Desde maio de 2017, o graduando em Arquitetura e Urbanismo da FAUFBA, Leonardo Stanziola está realizando o seu Trabalho Final de Graduação (TFG) na Ocupação. O trabalho visa prestar Assistência Técnica por meio de soluções alternativas para autoconstrução. Ressalta-se que este trabalho está sendo orientado pela Profa. Dra. Thaís Troncon Rosa, professora da RAU+E e tutora de uma integrante desta equipe, em função disso diversas articulações ocorreram entre os trabalhos, inclusive uma Oficina e o edital de extensão PaexDOC. As atividades realizadas por profissionais estudantes da RAU+E na Ocupação tiveram início em outubro de 2017, sobre as quais será discorrido no tópico de aproximação

3.2 APROXIMAÇÃO

O primeiro contato da 3ª turma da Residência Profissional em Arquitetura, Urbanismo, Engenharia e afins (RAU+E) com a Ocupação Guerreira Maria Felipa, ocorreu no Auditório Mastaba da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA), em uma mesa de diálogo com o intuito de serem apresentadas suas demandas e um breve relato histórico para contextualização da situação que vivem. A liderança, “Iara”, apresentou como principais demandas, a elaboração de um plano urbanístico e de um projeto de requalificação de uma casa existente no terreno, intitulada pelos moradores como “Casarão”, local destinado para um futuro espaço de cooperativa de costura, ou para dar suporte às atividades de geração de renda.

O segundo contato foi uma visita realizada pelos alunos e professores às comunidades proponentes, com objetivo de conhecê-las e auxiliar na escolha dos profissionais residentes da área do trabalho de assistência técnica a ser realizado no ano de 2018. Nela foram identificadas demandas relacionadas à regularização fundiária, devido ao desejo dos ocupantes em permanecerem no local e problemas relacionados ao saneamento básico, além das demandas apresentadas anteriormente pela liderança.

A partir dos encontros acima descritos e da identificação das demandas, se formou a equipe de trabalho composta por Jéssica Macêdo - Engenheira Ambiental e Sanitarista, Ludmila Vale - Assistente Social, Rodrigo Machado - Arquiteto Urbanista, Taiane Moreira - Urbanista e Vanessa Dantas - Arquiteta Urbanista, que definiram a Ocupação como o local de desenvolvimento dos seus trabalhos.

A convite do MSTB, foi apresentada aos residentes uma demanda de mutirão para o plantio de árvores frutíferas e ornamentais, bem como para a reforma do Casarão. Este convite foi mais uma oportunidade aproximação da equipe com os moradores da Ocupação.

Na semana de workshop interno da RAU+E, foi realizado pela equipe, em conjunto com outros colegas e professores, um mutirão de plantio de uma horta coletiva, solicitado pela comunidade. Foi um momento oportuno para observar as pessoas mais interessadas em participar e colaborar com a atividade, as relações de convívio entre os moradores, e o grande envolvimento das crianças.

Concluída a fase de aproximação entre a equipe e os moradores, foi elaborado um plano de trabalho, considerado pela residência necessário para o planejamento das atividades em campo. Nele estão delineados os objetivos e metodologias, baseadas na demanda inicial apresentada pelo movimento à RAU+E, assim como as fases necessárias para realização da

assessoria técnica, como levantamento de dados, elaboração de diagnóstico, oficinas, visitas técnicas com a finalidade de nortear o desenvolvimento do trabalho. Ele também é o método pelo qual os residentes são avaliados com relação à primeira etapa da residência, nas cinco disciplinas do curso. Considerando que o trabalho contempla o uso de metodologias participativas, os objetivos e ações se modificaram ao longo do ano a partir do contato dos residentes com os moradores da Ocupação Guerreira Maria Felipa.

3.3 DIAGNÓSTICO GERAL

A Ocupação Guerreira Maria Felipa está em um terreno com área de aproximadamente 16.300m², localizado no município de Salvador, próximo ao seu limite norte (divisa com o município de Lauro de Freitas) no bairro Jardim das Margaridas. A rua Joaquim Ferreira dá acesso a Ocupação e fica próxima à rodovia BA-526, também conhecida como CIA-Aeroporto. No seu entorno estão os conjuntos do PMCMV, Bosque das Bromélias e Jardim das Margaridas (Figura 4).

Figura 4 - Mapa de Localização da Ocupação Guerreira Maria Felipa.



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2016.

A região se caracteriza pela presença das Represas do Ipitanga (que contribuem para parte do abastecimento de água de Salvador). Somente no PDDU 2008, Lei nº 7.400, é a que a região passou a fazer parte da Zona Urbana do Município de Salvador. Por ter sido zona rural, a região era desprovida de equipamentos e infraestrutura que dessem suporte a função residencial. *Pari passu*, as instâncias municipal e estadual do governo buscavam recursos para implantação dos empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento

Urbanização de Assentamentos Precários (PAC-UAP) e do PMCMV, e essa região, por possuir pouco atrativo para o mercado imobiliário e, conseqüentemente, menores valores foi o principal foco para eles. O primeiro previa a implantação de equipamentos e infraestrutura, além de novas habitações ou de melhorias habitacionais. A única localidade próxima à Ocupação que recebeu financiamento do PAC-UAP foi a ZEIS Nova Esperança. Já o PMCMV contribuiu para a mudança do uso, mas inicialmente, focou apenas na produção habitacional com a construção de 18 empreendimentos nos últimos 10 anos, com pouca ou nenhuma preocupação com a provisão de equipamentos.

O terreno onde se localiza a Ocupação Guerreira Maria Felipa está em processo judicial de Reintegração de Posse com pedido de Liminar como mencionado no tópico anterior, impetrada pelo proprietário contra o Movimento. A Ocupação e o Movimento estão sendo assistidos pelo IDEAS - Instituto de Desenvolvimento e Ações Sociais, a partir da prestação de assessoria jurídica gratuita nos termos dos arts. 98 e 99 do CPC e da Lei nº 1.060/50, pautando uma discussão que girou em torno de duas questões: a propriedade e a posse, evidenciando os posicionamentos das instituições públicas envolvidas nesse processo. O processo ainda não apresentou uma sentença definitiva e os moradores permanecem ocupando o terreno.

O Diagnóstico da Ocupação foi construído com base na Oficina de Mapeamento realizada com o estudante de graduação que também está trabalhando na Ocupação, Leonardo Stanzola, no Cadastro Socioeconômico e aspectos técnicos observados a partir das visitas à campo registrado por meio de Diário de Campo e fotografias. A Oficina não foi suficiente para a extração dos dados e as informações foram cruzadas com as obtidas no Cadastro para que fosse possível fazer uma leitura melhor da Ocupação (Figura 5).

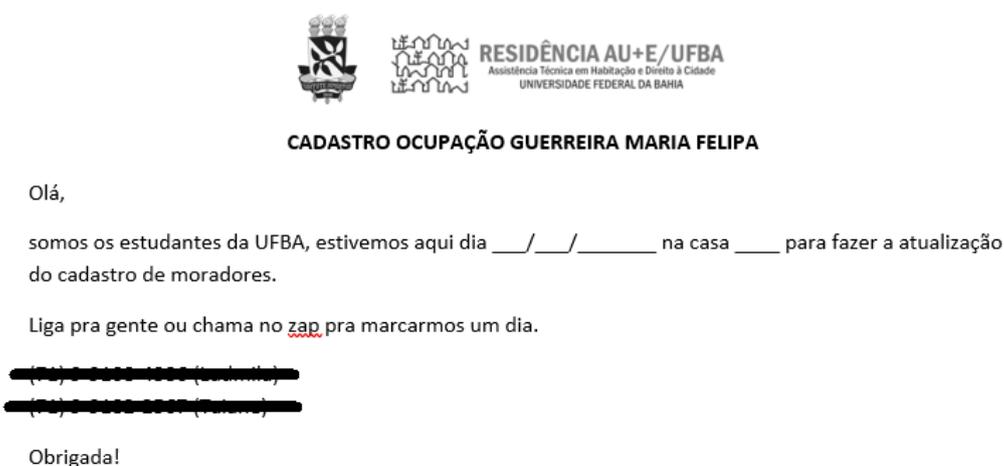
Figura 5 - Moradores na Oficina do Mapeamento.



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

A atualização do Cadastro Socioeconômico dos moradores da Ocupação foi realizada entre os meses de abril e maio de 2018, em 92% das moradias foram encontrados responsáveis que o responderam. Os outros 8% correspondem a moradores que não estavam em casa quando os residentes aplicaram os questionários. Nesses casos foram deixados um panfleto pedindo que entrassem em contato com a equipe, os vizinhos não souberam informar meios de contato com esses moradores (Figura 6). O questionário para cadastro foi um instrumento utilizado para coletar um grande número de informações, entre elas o perfil populacional e econômico, quantidade de moradores, cor da pele, responsável pelo lar, bem como as que estão relacionadas à educação, saúde, transporte, trabalho, acesso a serviços e aos materiais utilizados para construção da casa que vivem. Desde então esses dados foram sistematizados e usados como base para direcionar as atividades seguintes da equipe na Ocupação.

Figura 6 - Panfleto deixado na casa dos moradores que não foram encontrados para realização do Cadastro Socioeconômico (contatos dos residentes foram suprimidos).



Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

Atualmente, a distribuição dos lotes se encontra organizada em um total de 75 lotes destinados para moradia, no qual 69 destes encontram-se ocupados, 3 vazios (2 terrenos sem construção e 1 com construção de alvenaria inacabada) e em 4 não foram encontrados os moradores. Segundo a liderança do movimento, dois desses lotes destinados a moradia serão cedidos para a construção da futura sede do IDEAS (Assessoria Popular), e um dos lotes que não tem destino para moradia, será instalado uma mercearia, totalizando 78 lotes.

No terreno já existia a construção de uma casa (chamada pelos moradores de Casarão) (Figura 7), que não estava em bom estado, pois passou muito tempo descoberta e sem manutenção, além de um pequeno anexo (o MSTB declarou interesse em instalar um posto médico), que serve como depósito (Figura 7, 8 e 9).

Figura 7 - Visão frontal do Casarão.



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

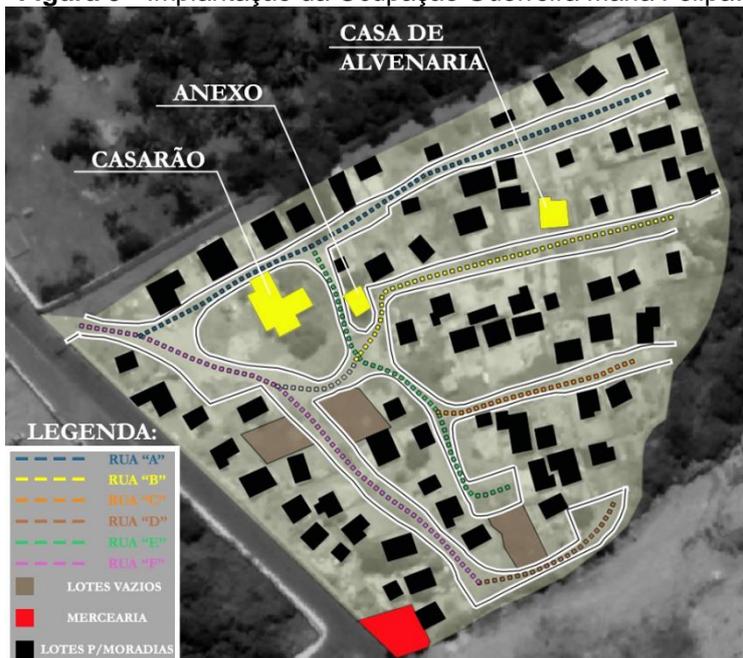
Figura 8 - Pequeno Anexo, com previsão para posto de saúde.



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

As unidades habitacionais são provisórias, feitas de materiais como maderite, madeira de descarte, estroncas para a sustentação da cobertura, geralmente telhas de amianto, nocivas à saúde, ou com alguns retalhos de madeira e lonas. Em seu revestimento interno as laterais do barraco são forradas com lona e/ou papelão, enquanto que na área externa, alguns se utilizam de lonas, plástico ou madeira compensada. Estes materiais não proporcionam segurança, conforto térmico, acústico, nem apresentam durabilidade para resistir aos intempéries naturais como chuvas, sol intenso e a durabilidade do mesmo.

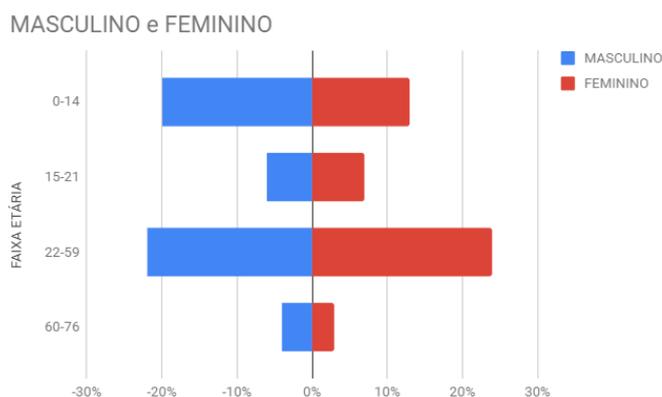
Figura 9 - Implantação da Ocupação Guerreira Maria Felipa.



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2018.

A população da Ocupação, desconsiderando os quatro lotes não entrevistados, é de 156 moradores com idades entre 0 e 76 anos, o que resulta em uma densidade bruta da Ocupação igual a 95,70 hab/ha. Na figura 10 consta a distribuição da população por idade/gênero.

Figura 10 - Gráfico de moradores por idade e gênero.



Fonte Gráfico produzida pela equipe - RAUE+E/ UFBA, 2018

Quanto aos dados coletados na atualização do cadastro socioeconômico relativos à atribuição da responsabilidade pelo domicílio, a maioria declarou ser do homem e em apenas um caso ela foi dita como compartilhada.

De acordo com o Atlas do Direito de Morar em Salvador (2012), a maior parte dos moradores das ocupações em um contexto geral são mulheres, porém na Ocupação Guerreira Maria Felipa a população do sexo masculino é maior que a do feminino, 52% e 47%, respectivamente.

Na maioria dos domicílios, os homens declararam-se responsáveis pelo lar. Porém, como pode ser visto na tabela 1, percebe-se que o homem se destaca como responsável pelo lar nas unidades que mora apenas uma pessoa, enquanto que em casas com três ou mais moradores, as responsáveis são majoritariamente mulheres.

Tabela 1 - Responsável pelo lar por gênero e número de moradores por casa.

Nº TOTAL DE CASAS	Nº DE MORADORES	RESPONSÁVEL PELO LAR		
		FEMININO (%)	MASCULINO (%)	AMBOS OS SEXOS (%)
25	1 morador	24	76	0
16	2 moradores	44	50	6
7	3 moradores	100	0	0
10	4 moradores	80	20	0
3	5 moradores	0	100	0
1	6 moradores	100	0	0

Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

Com relação à cor, quase todos os moradores se declaram de cor parda ou preta (Tabela 2), evidenciando o cenário de desigualdades do Brasil e de Salvador, onde a população com menor renda é formada por um percentual maior de pessoas negras. Essa relação também é vista especialmente em Salvador, a população que vive na região da Orla tem um padrão econômico maior, enquanto que no Miolo e Subúrbio Ferroviário a população possui renda mais baixa.

Tabela 2 - Cor de pele dos moradores.

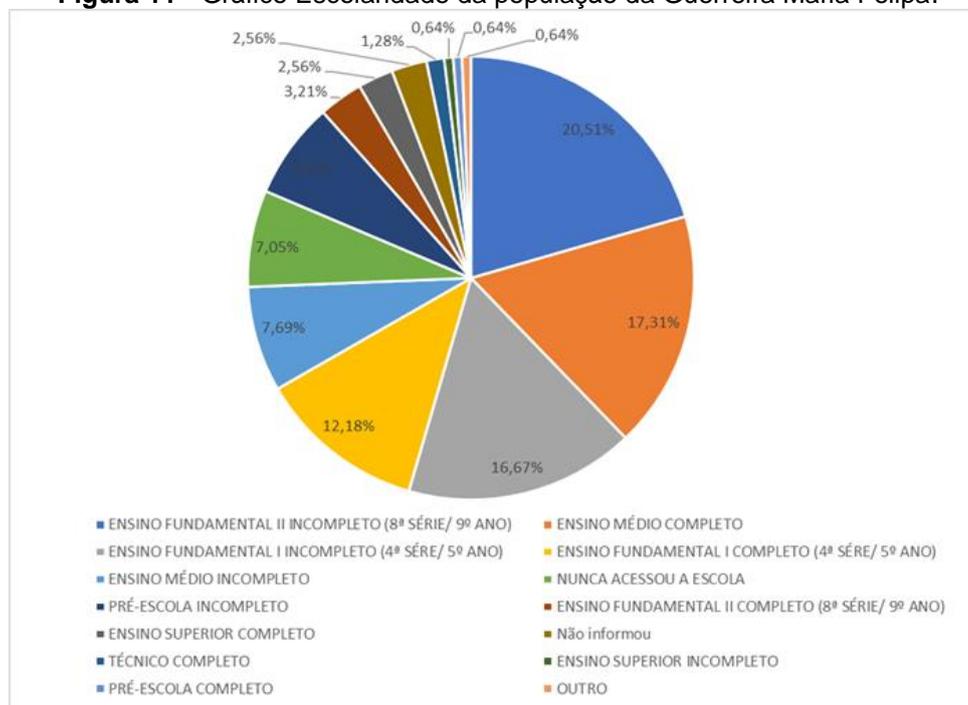
	COR DA PELE (%)		
	BRANCA	PARDA	PRETA
MASCULINO	0,00	18,59	33,97
FEMININO	0,64	21,15	25,64
TOTAL	0,64	39,74	59,61

Fonte: Tabela produzida pela equipe- RAUE+E/ UFBA, 2018

Quanto à educação na Ocupação, 33% dos moradores estudam atualmente, 92% declararam ler e escrever e 2% não lê, escreve ou assina o nome (Tabelas 3 e 4). Ao considerar o grau de escolaridade 20,51% dos moradores têm o ensino fundamental II incompleto, 16,67%

ensino fundamental I incompleto e 12,18% o ensino fundamental I completo, valores inferiores aos apresentados no Atlas do Direito de Morar em Salvador (2012), respectivamente, 26,37%, 28,35% e 14,61% (SANTOS, 2016). Cerca de 7% da população afirmou nunca ter frequentado a escola, dado próximo ao apresentado no Atlas, 6%. A figura 10 apresenta o grau de escolaridade da população da Ocupação.

Figura 11 - Gráfico Escolaridade da população da Guerreira Maria Felipa.



Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

Tabela 3 - Moradores que sabem ler e escrever na Ocupação Guerreira Maria Felipa.

FAIXA ETÁRIA (anos)	LÊ E ESCRIVE (%)	APENAS LÊ (%)	APENAS ESCRIVEM (%)	ASSINA O NOME (%)	NENHUM (%)	NÃO INFORMOU (%)
7 a 14	85	0	0	0	7,5	7,5
15-21	100	0	0	0	0	0
22-59	94	0	1,5	1,5	1,5	1,5
acima de 60	82	9	0	0	0	9
Total	93	1	1	1	2	2

Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

Próximo à Ocupação Guerreira Maria Felipa, existem duas escolas que atendem do Grupo 2 ao 8º ano do ensino fundamental, deixando então ausente o atendimento aos estudantes do 9º ano, do Ensino Médio e a Educação para Jovens e Adultos (EJA). Considerando que apenas nos conjuntos habitacionais do Minha Casa, Minha Vida (MCMV) somam-se 3420 unidades/famílias uma escola que atenda essa carência seria de grande importância.

Tabela 4 - Moradores que estudam ou não estudam por faixa etária na Ocupação Guerreira Maria Felipa

FAIXA ETÁRIA (anos)	ESTUDAM (%)	NÃO ESTUDAM (%)	NÃO INFORMARAM (%)
0-6	46	46	8
0-14	96	4	0
15-21	33	52	15
22-59	7	65	28
60-76	0	91	9

Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

3.3.1 DIAGNÓSTICO NO AMBITO DA PROPOSTA INDIVIDUAL

a. Caracterização Jurídica Da Ocupação Guerreira Maria Felipa

O Bairro Jardim das Margaridas encontra-se em estágio de desenvolvimento e expansão de sua malha urbana, sendo beneficiado recentemente por obras de infraestrutura realizadas pela SUCOP - Superintendência de Conservação e Obras públicas de Salvador por como pavimentação de ruas, esgotamento sanitário, iluminação pública, voltadas a atender a uma demanda muito requisitada pelos moradores da região.

Contudo, é possível perceber a influência de características rurais que antes marcaram a paisagem urbana deste bairro tais como: ruas sem pavimentação, sítios e pequenas casas, terrenos abandonados, servindo somente para fins especulativos. Em algumas situações, não constam marcos limítrofes dos lotes como cercas e/ou registros visuais que venham possibilitar a identificação da sua propriedade, contrariando aos princípios básicos da função social da propriedade, estabelecidos na CF/1988, em seu art. 182, principalmente no inciso §2º, que versa sobre esses princípios, e que também são respaldados pela lei 9.069/16 - PDDU do município de Salvador, por meio de seu art. 10º, Título II – Política Urbana do Município, Capítulo I – Princípios II e inciso I e II.

Segundo a Constituição Federal 1988:

Art. 182. A política de desenvolvimento urbano, executada pelo Poder Público municipal, conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

§ 2º A propriedade urbana cumpre sua função social quando atende às exigências fundamentais de ordenação da cidade expressas no plano diretor.

Segundo o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano da cidade de Salvador (2016):

Art 10 - Os princípios que regem a Política Urbana do Município de Salvador são:

II – A função social da propriedade urbana.

§ 1º A função social da cidade no Município de Salvador corresponde ao direito à cidade para todos, compreendendo o direito à terra urbanizada, à moradia, ao saneamento básico, à segurança, à infraestrutura, aos serviços públicos, à mobilidade urbana, ao acesso universal a espaços e equipamentos públicos e de uso público, à educação, à saúde, ao trabalho, à cultura, ao lazer e à produção econômica.

§ 2º A propriedade urbana cumpre a sua função social quando atende ao princípio do interesse público, expresso na função social da cidade, e obedece às diretrizes fundamentais do ordenamento da cidade, estabelecidas neste Plano Diretor, sendo utilizada para as atividades urbanas permitidas, assegurando o atendimento das necessidades dos cidadãos quanto à qualidade de vida, à justiça social e ao desenvolvimento das atividades econômicas.

Ademais, outro instrumento que versa sobre a questão da função social da propriedade é o Estatuto da Cidade, em seu artigo 2º, VI, “a” e “f”, que diz:

“**Art. 2º.** A política urbana tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade urbana, mediante as seguintes diretrizes gerais: (...)

VI – ordenação e controle do uso do solo de forma a evitar: (...)

a) a utilização inadequada dos imóveis urbanos; (...)

f) a deterioração das áreas urbanizadas; ”.

Figura 12: Rua Joaquim Ferreira, acesso principal à ocupação, 2016.



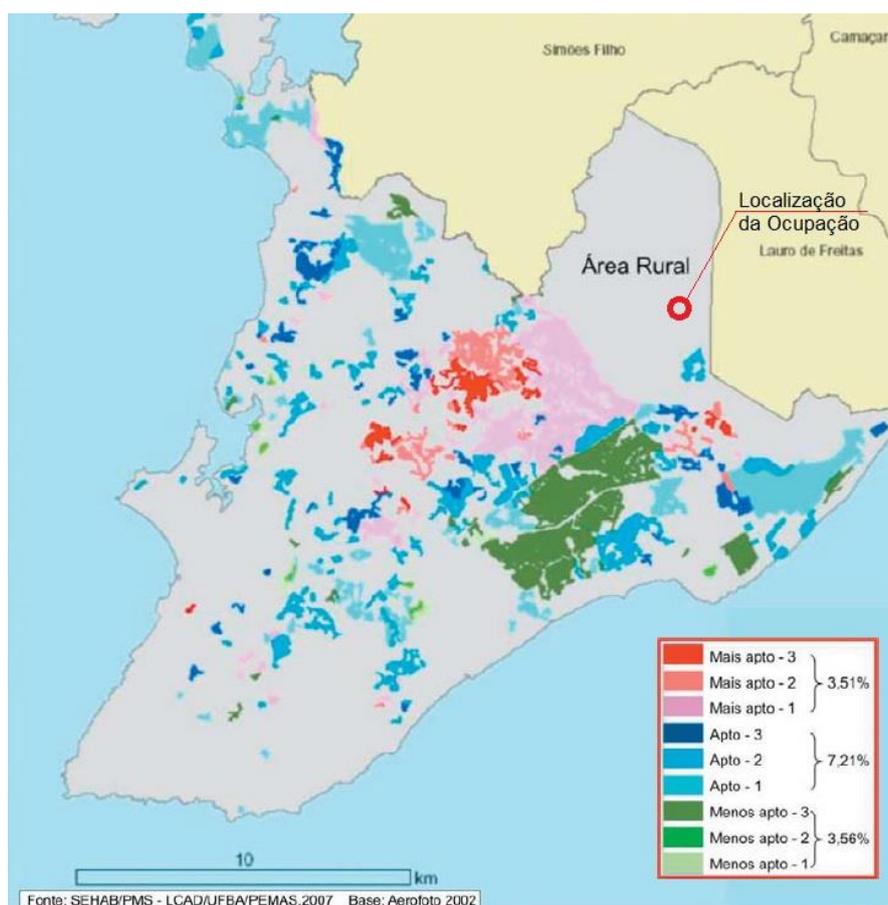
Fonte: Google Earth, 2016.

Figura 13: Rua Joaquim Ferreira, acesso principal à ocupação, 2017.



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2017.

Figura 14: Total de Áreas Vazias aptas para Habitação.



Fonte: SEHAB/PMS, 2007, adaptado pelo autor desse texto, 2018.

De acordo com o PDDU (2016), a região está localizada em uma Macro área de Integração Urbana, definida pela lei como área de desenvolvimento estratégico da cidade de Salvador por articular a metrópole com regiões do seu entorno, neste caso do Jardim das Margaridas, visa estimular o desenvolvimento e a ampliação das infraestruturas locais, atraindo investimentos e a construção de novos empreendimentos que venham atender aos interesses do capital especulativo. Porém, atualmente percebe-se que este bairro se destaca pela

formação de grandes bolsões de zonas habitacionais “guetificadas”, desassociadas do tecido urbano da cidade, longe dos postos de trabalho e sem equipamentos de lazer, saúde e educação suficientes e acessíveis para atender a um aumento da densidade populacional de forma vertiginosa, reproduzindo manchas urbanas monofuncional, característica principal dos impactos que a expansão do programa MCMV proporcionou em grande escala.

Nesta conjuntura de fatores descritas é que se enquadra a ocupação Guerreira Maria Felipa. Considerando Cloux (2008) acerca do Atlas sobre o direito de morar em Salvador (2012), e da vivência do autor deste texto junto às lideranças do movimento MSTB - Movimento dos Sem Terra da Bahia, sobre os modelos e estratégias utilizadas na sua principal bandeira de luta - Direito à Moradia, faz-se jus destacar algumas dessas questões para o entendimento da formação desta, bem como de outras ocupações:

1 - Ocupar terrenos privados/públicos ociosos com mais de 5 anos, inutilizados para fins especulativos em desacordo com o que é definido pela CF/1988;

2 - Formação de novos núcleos de força e luta em cada nova ocupação como instrumento de luta, visando pressionar as instituições públicas a uma possível negociação de construção de moradias populares para as pessoas desprovidas de recursos, que em sua grande maioria não mantém relação alguma com a organização do Movimento, todavia, por se tratarem de demandas similares, e de estarem amparados pelos artigos 98 e 99 do Código de Processo Civil e da Lei 1.060/50 - Assistência Técnica Jurídica Gratuita, juntam-se ao movimento nesta luta.

O movimento conta que na noite do dia 26 de novembro de 2016, um grupo de pessoas juntamente com lideranças do MSTB, entenderam que o terreno no qual se encontra a ocupação atenderia a essas estratégias consideradas por Cloux (2008), mesmo sem terem a confirmação exata sobre a propriedade do terreno.

Segundo relatos das pessoas da ocupação, no dia seguinte ao início da ocupação, compareceu a propriedade uma pessoa que se intitulava como dono da propriedade, acompanhado de 2 policiais sem identificação - infração prevista na Lei nº 7.289/1984, mas com fardamento, no qual tentaram demover as pessoas da ideia de ocupar o terreno, tentando expulsá-las a força. Somando a este fato, ao final do primeiro dia em que a ocupação iniciou, foi registrado um BO na 14ª delegacia conforme descrito no diagnóstico geral, que relatava uma situação de tiros e perseguição de policiais a “meliantes” na região.

Observando as sucessivas tentativas que não lograram êxito, o proprietário recorre ao remédio jurídico, ingressando com uma Ação de Reintegração de Posse, Esbulho e

Turbação, com o número do processo 0582043-60.2016.8.05.0001 datado de 30 de novembro de 2016, com o pedido de liminar, e também de reparação de danos no juízo da 10ª Vara Cível da comarca de Salvador/BA no dia 30 de Novembro de 2016.

Vale aqui destacar o significado de tais ações possessórias para o entendimento da situação processual na qual perpassa a ocupação até os dias atuais. Segundo Marcato apud Falcão (2009), as ações possessórias, conhecidas também como interditos, são tipificadas em: reintegração de posse, manutenção de posse e Interdito Proibitório. As ações de Reintegração de posse visam reintegrar o possuidor da coisa possuída, ou seja, quando o possuidor foi “esbulhado - tomado a força, exemplo: invasões” do imóvel injustamente, desapossado da coisa por um terceiro. A manutenção de posse se trata de quando por ato de um terceiro, o possuidor tiver sua posse “turbada - tumultuar, impedir o exercício da posse”, evitando o livre exercício da posse. O interdito proibitório versa sobre a ameaça iminente de invasão ou concretização da turbação, ou esbulho, visando proteger a propriedade e a sua posse.

O Código de Processo Civil no art. 561 afirma que diante de um processo de proteção possessória, ou seja, quando o seu possuidor exerce a posse e utiliza desse instrumento para evitar uma iminente “invasão” da propriedade, cabe ao autor o ônus de comprovar sua posse anterior a ocorrência e a data de esbulho, evidenciando a impossibilidade de continuar posteriormente na posse da coisa esbulhada, fato também endossado pelo art. 927. Caso não haja a comprovação da posse anterior, faz jus destacar o que está definido no art. 485 do código civil, que proclama como o possuidor, todo aquele que tem de fato, o exercício pleno ou não, de alguns poderes inerentes ao domínio ou a propriedade e o art. 926 definindo que o possuidor tem o direito a ser mantido na posse em caso de turbação e reintegrado no para os casos de esbulho.

Além deste arcabouço jurídico, há de se destacar a recomendação conjunta da CGJ/CCI (Corregedoria Geral de Justiça e da Comarca do interior da Bahia) - 01/2013, que determina aos juízes observarem o disposto no art. 91 da lei 10.845/2007, que discorre da seguinte forma: “Diante da grande demanda de processos, pedidos, e reclamações referentes a questão da terra, conflitos fundiários, recomendam que para prestação de serviços jurisdicionais, o juiz far-se-á presente no local do litígio, e deverá consultar o INCRA e o Instituto de Terras da Bahia – INTERBA”. Atendendo a finalidade do que está prescrito nesta recomendação, comprovar-se-á se os testemunhos dados nas audiências de justificação - recurso importante para se ouvir as testemunhas indicadas pelo autor da ação, como pelo réu, fazendo-se jus aos fatos evidenciados nos discursos de ambas as partes.

Fica evidente que neste processo o que está em questão é uma disputa judicial que envolve os dois conceitos que norteiam todo o andamento deste processo: propriedade e posse. A propriedade está definida por lei como um direito real que assiste todo Brasileiro segundo a CF/1088, desde que este possa comprovar por meio de registros oficiais do poder público a sua procedência. A posse se trata do direito que assiste ao proprietário, ou a quem melhor esboça a posse do bem no cumprimento da função social da posse, que diretamente se concretiza com a função social da propriedade. Segundo Falcão (2009), uma só pode existir por meio da execução da outra: apenas por meio do efetivo apossamento do imóvel é que o proprietário pode iniciar os atos tendentes ao cumprimento da função social do mesmo.

Durante todo processo, o proprietário levanta a questão que a sua propriedade foi esbulhada e o seu imóvel encontra-se turbado, sendo impossibilitado de se realizar atos que revelem sua posse no local, como destinação econômica ou social, conservação da coisa, proteção do bem, vigilância entre outros. Entretanto, como afirma Falcão (2009), as ocupações coletivas urbanas geralmente ocorrem em áreas vazias, ou em imóveis abandonados, demonstrando por meio da própria ação do tempo a falta de interesse do verdadeiro proprietário sua pretensão em atribuir alguma função para a propriedade, bem como a posse.

Os ocupantes, em sua grande maioria, são criminalizados pelo ato de “ocupar” imóveis abandonados, que segundo o Atlas de morar em Salvador (2012), esse processo é fruto da expressão do descaso das autoridades públicas em lidar com questões que envolvem conflitos urbanos gestados no contexto do modelo fordista e keynesiano da cidade industrial, produtora de mercadorias e da cidade como centro do poder.

De acordo com Falcão (2009), diante de terrenos ou imóveis vazios muitas vezes por anos, ou décadas, essas famílias, que já vem enfrentando grande dificuldade de ter acesso ao seu direito fundamental à moradia, contando com um Estado incapaz de exercer o seu papel de prover moradia, a única solução viável para suprir esse déficit de moradia ocorre por meio de ocupações de áreas vazias.

A constatação por meio de denúncia e de uma perícia feita no terreno por moradores da região, da existência do cemitério clandestino, fato que foi comprovado e noticiado pela imprensa baiana no dia 16/12/16 conforme destacado no tópico anterior, contribuiu para fortalecer a tese de que o terreno se encontrava em situação de falta de interesse do proprietário em querer exercer a posse ou qualquer atividade que expresse isso neste terreno.

Sendo assim, desde a entrada do processo na justiça com a medida liminar de reintegração de posse no dia 30 de novembro de 2016 até o presente momento, o proprietário ainda não conseguiu constar provas cabais que levassem o juiz de Direito da 10ª Vara Cível o

entendimento que o mesmo exerce a posse no terreno a menos de 1 ano e 1 dia, conforme prescreve art. 545, inciso §1º.

Mesmo apresentando alguns documentos que supostamente apresentam a legalidade da propriedade como o registro do mesmo no 2º Ofício de registro de imóveis, fotos que supõem evidenciar o ato de esbulho e turbação do imóvel em litígio, pagamento da DAJE (documento de arrecadação de taxas judiciais), e contrato particular de promessas de compra e venda do imóvel com a MRV, o Juiz de Direito, conforme menciona o art. 565, incisos §2º e §4º, deve por força da lei, solicitar audiências junto aos outros órgãos públicos, que fazem parte da política urbana, fortalecendo o papel coletivo e integrado de tais para a apuração meticulosa do caso em questão.

“Art. 565. No litígio coletivo pela posse de imóvel, quando o esbulho ou a turbação afirmado na petição inicial houver ocorrido há mais de um e dia, o juiz, antes de apreciar o pedido de concessão da medida liminar, deverá designar audiência de mediação, a realizar-se em até 30 (trinta) dias, que observará o disposto nos §2º e §4º.

§2º. O Ministério Público será intimado para comparecer à audiência, e a Defensoria Pública será intimada sempre que houver parte beneficiária de gratuidade da justiça.

§4º. Os órgãos responsáveis pela política agrária e pela política urbana da União, de Estado ou do Distrito Federação e de Município onde se situe a área objeto do litígio poderão ser intimados para a audiência, a fim de se manifestarem sobre seu interesse no processo e sobre a existência de possibilidade de solução para o conflito possessório”.

Conforme explicita a lei, faz-se necessário a presença dos órgãos como o Ministério Público do Estado, Defensoria Pública, Estado por meio de SEDUR e a SEDHAM (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Habitação e Meio Ambiente de Salvador). Apenas o Ministério Público e a SEDUR se pronunciaram durante o processo, pois como os moradores e o movimento estavam sendo assessorados juridicamente pelo IDEAS - Instituto de Desenvolvimento de Ações Sociais na qual presta serviços de assessoria técnica gratuita nos termos dos arts. 98 e 99 do CPC e da Lei nº1.060/50, não houve a necessidade do suporte jurídico por parte da Defensoria Pública.

Após uma série de audiências de justificação solicitadas pelo juiz de direito, pois o mesmo entendeu que os documentos apresentados não demonstraram a veracidade do que foi alegado durante o processo, houve a necessidade de ser coletado depoimentos de testemunhas indicadas pelo autor da ação, conforme segue o rito jurídico em ações possessórias. Porém, ao final deste processo, mesmo com os depoimentos, que estão

constados na ação de reintegração de posse conforme o processo de nº0582043-60.2016.8.05.0001 datado de 30 de novembro de 2016, ficou subentendido que as provas orais coletadas não foram suficientes para que se comprovasse os fatos descritos na peça jurídica impetrada pelo autor da ação, sendo indeferida a liminar da reintegração de posse no dia 30/05/17, seguida do parecer do Ministério Público do Estado no dia 20/05/17.

Desta forma, foi solicitado ao movimento (representante oficial de todos moradores) por meio do IDEAS, apresentar a sua defesa de contestação dos fatos expostos pelo autor. A mesma foi protocolada no dia 28/06/18, sendo acolhida pelos órgãos competentes citados no parágrafo anterior, possibilitando-os de efetuar as análises cabíveis que viabilizassem a continuidade do andamento do processo sob pena de nulidade caso a parte do réu não se posicionasse.

Como resultante dessas últimas e atuais movimentações no processo, o juiz de direito da 10ª Vara Cível, solicita por meio de uma intimação ao Ministério Público, seu entendimento sobre as últimas questões expostas, e designa uma audiência de conciliação, instrução e julgamento agendada para o dia 22/10/18, conduzindo o processo no mesmo rito que foi feito anteriormente: ouvir as testemunhas colhendo seus depoimentos, para que ao final, com o panorama completo de ambos os lados contemplados pelo mesmo direito que os são concernentes nessa questão, seja permitido ao juiz de ter subsídios técnicos assertivos e contundentes para posicionar sua sentença final sobre este caso em questão, acompanhado também da decisão que será emitida pelo Ministério Público do Estado da Bahia.

b. Caracterização Físico-Espacial Da Ocupação e do Território

Neste tópico será elaborado uma abordagem histórica que consiste na identificação e descrição das características principais que marcam a evolução do território à ocupação, apontando para os movimentos que influenciaram ambos e suas implicações diretas na conformação do que se apresenta nos dias atuais.

Na escala territorial, essa caracterização físico-espacial está descrita no trabalho específico de “Questões Urbanas”. Na perspectiva da regularização fundiária, por meio de uma pesquisa a órgãos públicos como CONDER, SEDUR e SEFAZ do município, na qual foram obtidos levantamentos planialtimétricos da região; fotografias aéreas extraídas do Google Earth em distintas temporalidades; trabalhos acadêmicos como o de Tosta (2016) e do “Relatório de Atividades Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2017” realizado na parceria UFBA - Equipe DPU/Bartlet - Londres, estudantes do intercâmbio Bartlet - UCL's - London's Global University; consultoria de corretores de imóveis sobre o valor da terra local, foi possível

entender como foram e quais os impactos das transformações que ocorrem e influenciaram positiva ou negativamente toda a região em que está localizada a ocupação.

Segundo o livro Caminho das Águas em Salvador (2010), este território na qual se encontra a ocupação denominava-se “Fazenda do Oitizeiro” na década de 1970. Em 1980 passou a ser chamada de Fazenda das Margaridas, na qual se encontrava um pequeno conjunto de casas, projetado para atender as demandas de moradias destinadas à funcionários da Petrobrás que trabalhavam no distrito petroquímico de Camaçari e também no porto de Aratu, conhecido como CIA (Centro Industrial de Aratu). Porém, muitos moradores desistiram de morar neste local, pois esta localidade se encontrava desprovida de infraestrutura básica como água encanada, linha telefônica nem transporte, além de ser longe da cidade e dos serviços públicos, servindo apenas para abrigar casas de veraneio.

Figura 15: Mapa da região em 2008.



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2018.

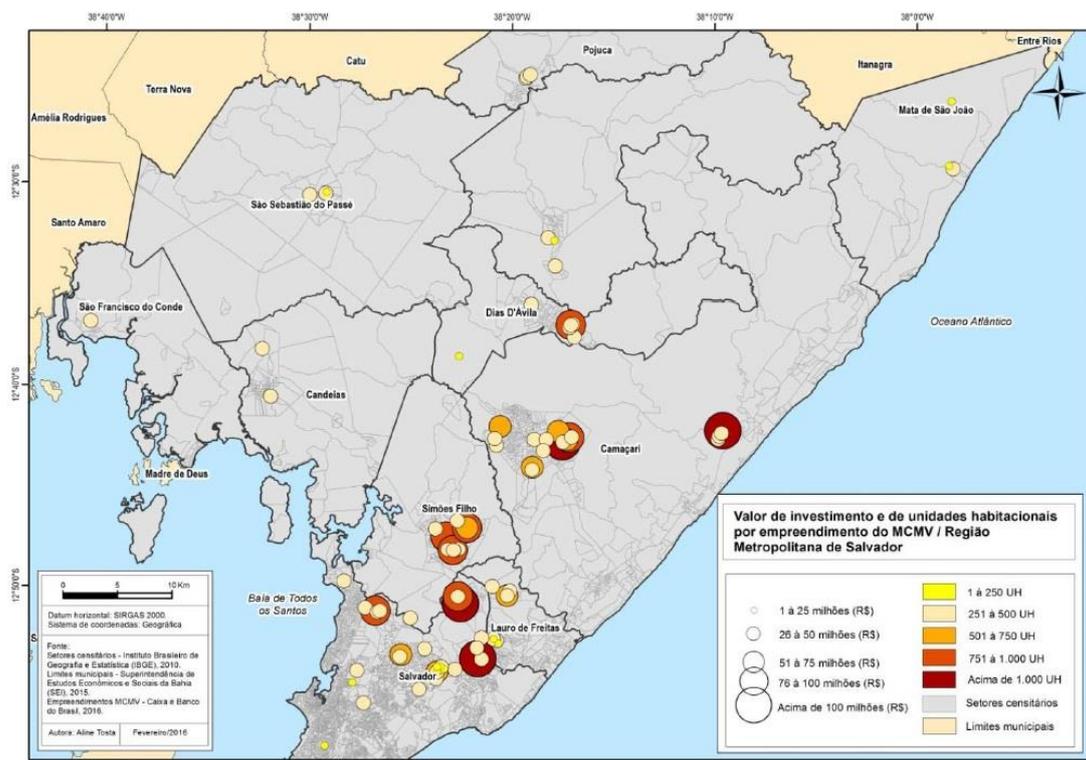
De acordo com o SEHAB/PMS (2007), a cidade de Salvador já não apresenta mais espaço físico para expansão de suas fronteiras, que se encontram estancadas nos limites dos municípios que perfazem hoje a RMS, como Camaçari, Candeias, Dias d'Ávil, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Mata de São João, Pojuca, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Simões Filho e Vera Cruz. Assim, uma das estratégias da população pobre utilizada para suprir o enorme déficit Habitacional da cidade são as ocupações de terrenos e prédios vazios, como ocorre no bairro Comércio e na antiga Zona Industrial de Itapagipe, locais onde o capital não observou mais serventia em seu uso.

A ocupação Guerreira Maria Felipa está inscrita no bairro Jardim das Margaridas, caracterizado atualmente como zona de crescimento e de expansão do tecido urbano da cidade de Salvador como já descrito. Este bairro ainda detém de uma extensa área de terras

vazias, que a partir de 2010 vem sendo alvo do capital especulativo, recebendo investimentos na ordem de 51 a 75 milhões de reais segundo afirma Tosta (2016). A maior parte desses investimentos tem aplicação direta em obras de caráter social para habitação, por meio das parcerias público/privadas.

A ação estatal na produção de empreendimentos habitacionais do programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) veio no intuito de combater o alto índice do déficit habitacional da cidade de Salvador que segundo Tosta (2016), é o segundo maior do Brasil, atrás somente de São Paulo. No conjunto de investimentos financiados pela CEF e o FAR, a prefeitura municipal de Salvador foi responsável por entregar mais de 10 empreendimentos nesta região. Os que se encontram próximos a ocupação e tem maior destaque - por apresentarem um caráter mais popular -, são os conjuntos Bosque das Bromélias com 2.400 unidades e o Jardim das Margaridas com 1.800 unidades, provendo habitação para atender cerca de 5.800 famílias, totalizando 10.600 pessoas.

Figura 16: Mapa demonstrando os investimentos por região do MCMV.



Fonte: Tosta (2016).

Apesar do poder público empreender esforços para mitigar a crise habitacional visando somente atender a uma demanda quantitativa, como contrapartida, surgem uma série de outras problemáticas, nas quais se destacam: carência de áreas de lazer para as famílias, que também enfrentam dificuldades para acessar aos serviços públicos, já que estes empreendimentos se encontram distantes dos centros urbanos; ausência de equipamentos

públicos de saúde, educação, infraestrutura básica para a região, além do transporte coletivo, carência de oportunidades de emprego e da constante insegurança.

Logo após a entrega do primeiro conjunto - Bosque das Bromélias em 2012, essas questões começaram a ser pautadas e reivindicadas pelos próprios moradores que se organizaram coletivamente e foram à luta por meio de manifestações organizadas, resultando na conquista de algumas benfeitorias para o bairro como creches e escolas.

Figura 17: Bosque das Bromélias, Salvador.



Fonte: Tosta (2016)

Já na entrega do conjunto Jardim das Margaridas em 2018, algumas questões que foram pautadas anteriormente, como áreas de lazer, postos de saúde, escolas, creches próximas ao empreendimento, acessibilidade ao conjunto por meio de via asfaltada, transporte público, entre outros, foram contempladas. Contudo, segundo relatos dos moradores da ocupação, para pessoas que não são comprovadamente residentes do conjunto, não são permitidos de usufruir destes equipamentos, demonstrando que ainda existem muitas questões a serem trabalhadas para atender o direito do cidadão à Moradia e a Cidade.

Figura 18: Pré entrega do conjunto Jardim das Margaridas.



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2018.

As influências do desenvolvimento econômico e estrutural das regiões circunvizinhas que se conectam a este território, a duplicação da via CIA-Aeroporto em 2013, atendendo a um intenso fluxo de escoamento de mercadorias e de pessoas que transitam diariamente por esta região, estabelecendo conexões importantes com a BR101 e a outras cidades satélites, ao caso de Feira de Santana, foram alguns dos importantes fatores que apontam para o crescimento e aumento da valoração deste território.

Segundo relatos de um corretor de imóveis da região, aponta que todos estes aspectos citados elevaram o aumento do preço do metro quadrado na região ao dobro. Levando em consideração o espaço/tempo entre 2011 a 2018, o preço do metro quadrado da terra que antes era cotado em R\$60,00, atinge em 2018 a cota de R\$120,00, fator que explica o aumento da aplicação do capital especulativo na região, a exemplo da construtora MRV que vem desenvolvendo projetos de caráter “social” com uso de recursos provenientes do MCMV.

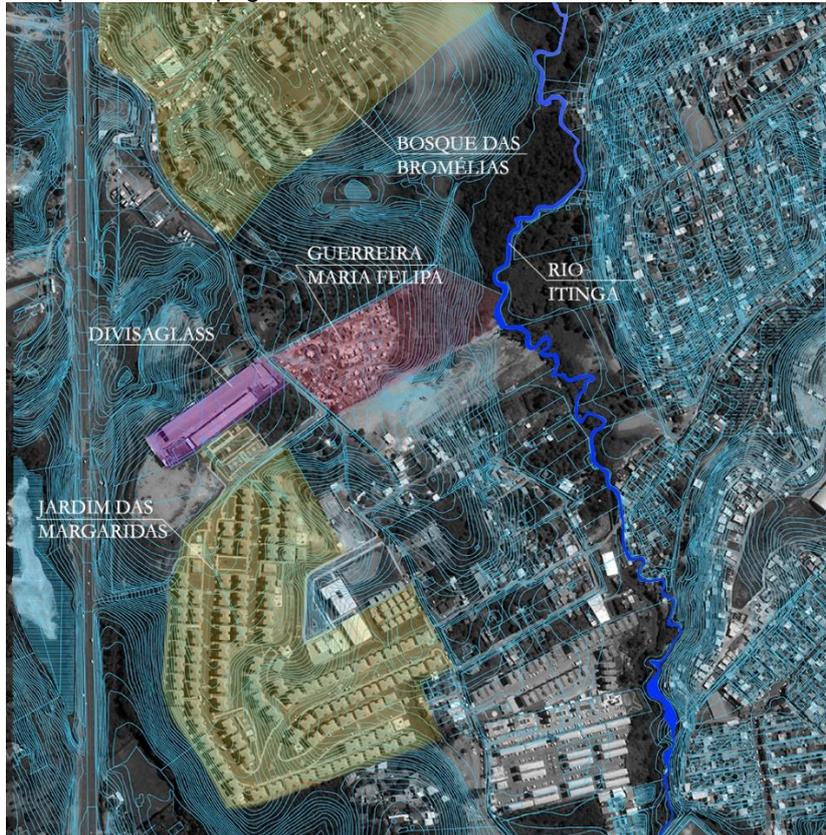
Por fim, como citado no tópico anterior, esta região encontra-se o rio Itinga, no qual seus afluentes são provenientes das represas do rio Ipitanga. Este rio nasce em Simões Filho e vem percorrendo os bairros da Nova Esperança, Cassange, Cajazeiras XI, Fazenda Grande II, Boca da Mata, São Cristóvão, e Jardim das Margaridas, tangenciando a parte inferior do local em que se encontra a ocupação (que se encontra assentada na parte superior do terreno). Nesta parte inferior se encontra uma área verde que segundo a Lei Federal 12.651/12 - Código Florestal, versa sobre áreas de preservação ambiental, neste caso, o PDDU (2016) identifica áreas intituladas como “Estágio Inicial” próximas ao rio Itinga nesta região, que delimita o território de Salvador e Lauro de Freitas.

Da escala do território à ocupação, serão encontrados mais detalhes complementares deste item no trabalho específico de “Espaços Comuns”. Nesta análise, a pesquisa contou com o levantamento e análise das fontes já citadas incluindo a Fundação Mário Leal, estudos de solo realizado pela empresa TransGEO, constados nos autos do processo de número 0582043-60.2016.8.05.0001 datado de 30 de novembro de 2016, e as visitas técnicas de professores da Politécnica, no caso de 2 Engenheiros Civis, sendo um também sanitarista e outro com ênfase em Geotécnica. Depreende-se a identificação de quatro momentos que historicamente marcaram as transformações da estrutura físico-espacial da ocupação.

O primeiro deles foi na década de 90, quando as plantas da área em que se localiza a ocupação fornecidas pela CONDER em oposição à atual configuração do território evidenciam algumas mudanças na topografia da região. Esta constatação foi confirmada após ser feito uma visita técnica em loco, contando com a presença de 2 engenheiros civis, sendo um deles especialista em solo, na qual por meio de um corte lateral existente no

terreno, foi possível detectar o que se encontrava abaixo da superfície do terreno: metal, placas de concreto, restos de vidro, plástico entre outros.

Figura 19: Mapeamento Topográfico em 1994, inserido no mapa do Território atualmente.



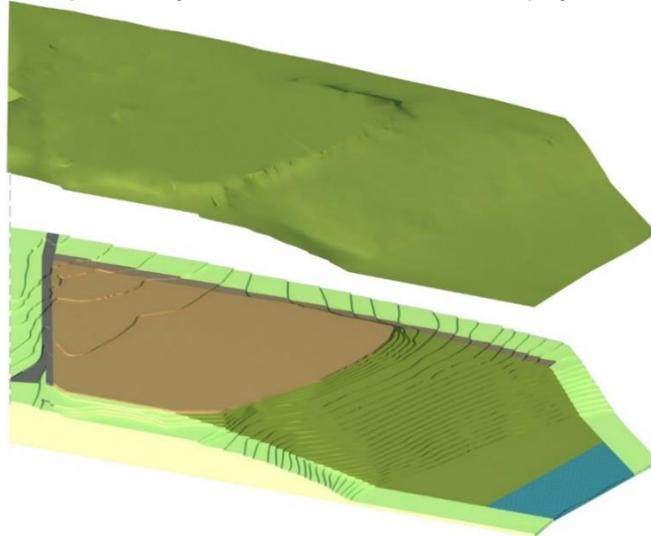
Fonte: CONDER, 2018.

Figura 20: Mapeamento Topográfico da Ocupação em 24.08.16.



Fonte: TransGEO (2016), constado nos autos do processo, editado pelo autor deste trabalho, 2018.

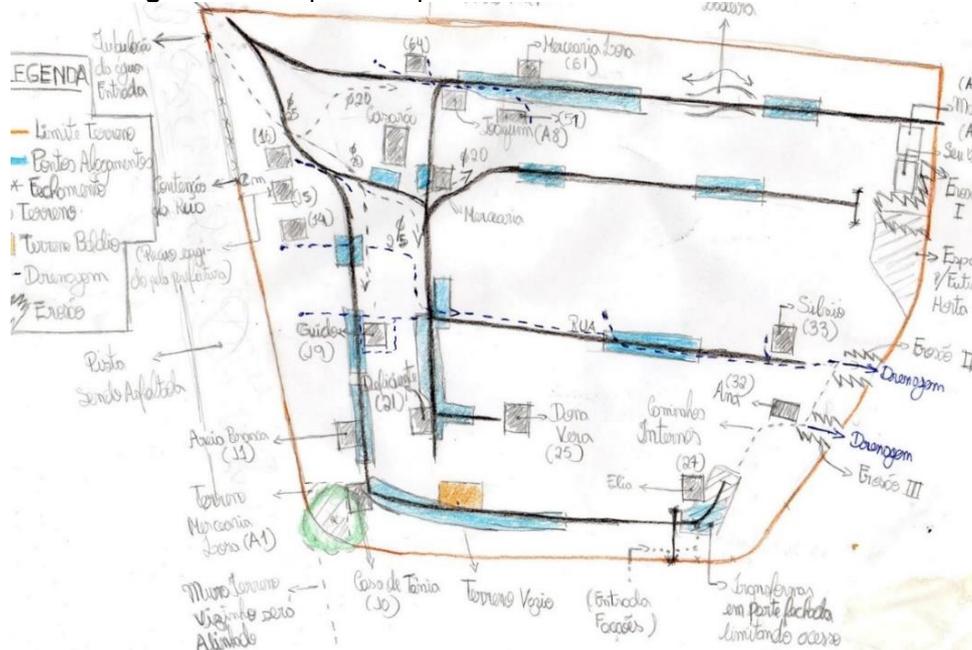
Figura 21: Representação em 3D do terreno da Ocupação em 24.08.16.



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2018.

No que tange ao meio ambiente, o saneamento básico que compreende a visão de quatro eixos temáticos: água, esgotamento, resíduos sólidos e drenagem, foram observadas as seguintes problemáticas: valetas de drenagem cruzando lotes, no qual em muitos casos a falta de declividade e altimetria do terreno não permitia o caimento suficientemente necessário para fazer o escoamento das águas; alagamentos constantes em diversos pontos da ocupação devido a topografia irregular e a impermeabilização do solo; erosão no fundo do terreno por conta das chuvas e agravadas pelo intenso volume de águas direcionado pelas valas; falta de manutenção de alguns lotes, favorecendo o surgimento de mosquitos geradores de doenças; ausência de local para disposição dos resíduos gerados na ocupação.

Figura 22: Croqui do mapeamento de Saneamento Ambiental.



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2018.

As descrições sobre Saneamento Ambiental retratadas de forma breve neste trabalho refletem a carência de infraestrutura básica da ocupação, sendo que algumas dessas questões serão desenvolvidas com maior propriedade no trabalho específico “Saneamento Ambiental” desenvolvido pela engenheira ambiental e sanitária que compõe este grupo e que se fazem importantes quando o intuito deste trabalho visa propor instrumentos de luta para que possa efetivar a regularização da terra.

Figura 23: Áreas alagadas e impermeabilização do solo com uso de concreto.



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2018.

Embora a ocupação não se encontre em uma área inserida nas ZEIS – Zona Especial de Interesse Social, a mesma atende a alguns pré-requisitos definidos em lei no tocante a regularização fundiária, como afirma o PDDU (2016), Capítulo III, Seção I, inciso V, definindo que o poder público tem como critérios e prioridades o atendimento de áreas urbanizáveis ocupadas, principalmente assentamentos precários ou irregulares, bem como o Capítulo II, Subseção I, art. 135º, inciso XVI, onde determina que no ordenamento territorial tem como estratégia *“a promoção de regularização urbanística – jurídico legal dos assentamentos precários e irregulares existentes, ocupados por população de baixa renda, com provisão adequada de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas e estímulo a implantação de atividades não residenciais capazes de gerar emprego e renda”*.

Em um segundo momento, denominado como “início da ocupação e luta para se firmar”, os primeiros desafios consistiam em vencer as questões de ordem técnica, estrutural e operacional, como: falta de instrumentos e manuseio dos mesmos para que fossem utilizados nas medições dos lotes de acordo com o desenho inicial; materiais e pessoas com experiência para efetuar as demarcação dos lotes e montagem dos abrigos provisórios nos respectivos lotes; insegurança considerando o processo que tramita na justiça e as condições que se apresentava o terreno, que estava em situação de abandono e falta de conservação.

Figura 24: Terreno que se localiza a ocupação em 2016.



Fonte: Google Earth, 2016.

A impermeabilização do solo iniciou durante esta fase inicial, pois próximo da ocupação havia uma obra pública de construção do anel viário que conecta Salvador a cidades da RMS. Sendo assim, parcela do terreno e de alguns lotes, foram cobertas por esse concreto que chegava como “bota fora” restante desta obra, ocasionando variados pontos de alagamento como visto na figura 22 e 23, bem como o mesmo foi de grande serventia para a construção de fossas e de contrapiso das casas de muitos moradores no decorrer do tempo.

As variações altimétricas do terreno juntamente com a cobertura vegetal que recobria grande parte da superfície do terreno gerou muitos casos de incompatibilidade técnica na implantação dos primeiros lotes, inviabilizando que muitos desses pudessem vim a atender as solicitações do projeto inicial. Por consequência disso, a ocupação foi sendo implantada paulatinamente, sendo totalmente concluída após 1 mês de sua primeira fase. O plano inicial da ocupação consistia na implantação das quadras em que o nível se apresentava com maior regularidade - caso das quadras “A” e “C”, na qual logo em seguida foram expandidas no sentido da quadra “D”. As restantes, como é o caso das “B”, “E” e “F” mostraram-se inviáveis a princípio, devido a questões de ordem técnica: o desnível ocasionado pela formação de montanhas de entulhos de restos de materiais de construção advindos de obras do entorno, lixos descartados neste terreno e uma grande parcela de areia encontrada na região, conforme notamos na descrição da figura 26.

Figura 25: Croqui do planejamento inicial da Ocupação.



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2017, baseado no Croqui Inicial.

Figura 26: Caminhão do concreto descartando o “bota-fora”

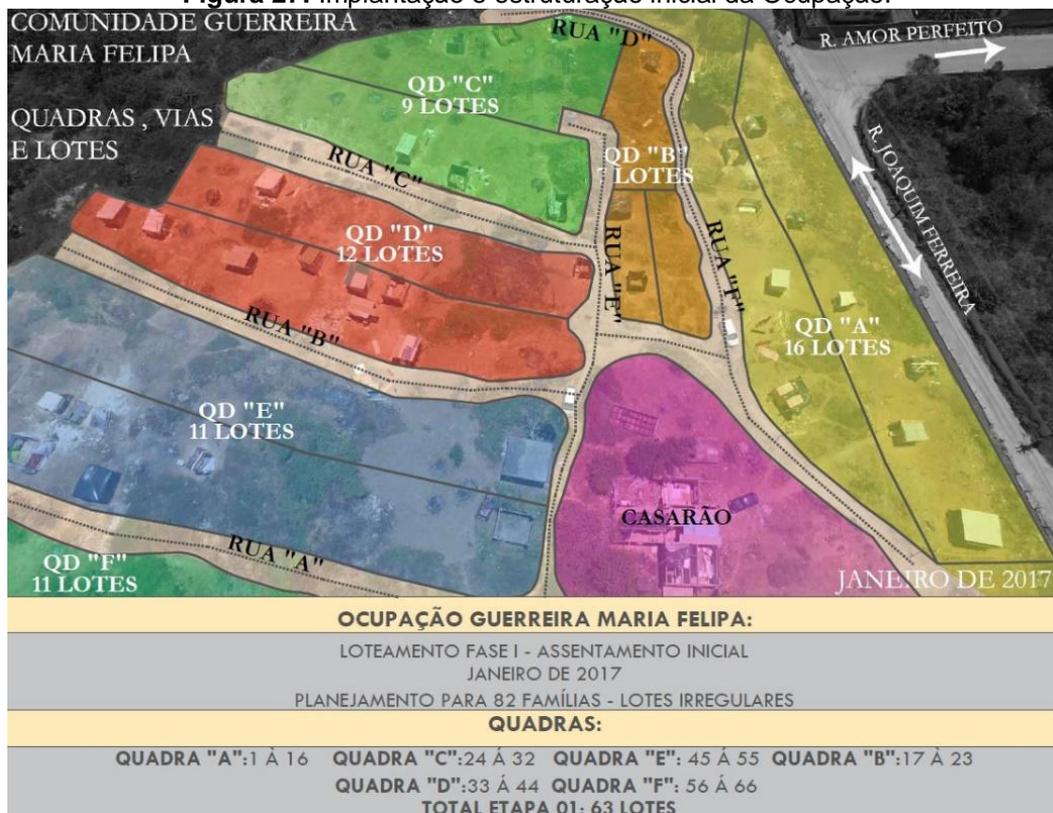


Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2018.

A falta de infraestrutura básica, como as provisões de água, luz e esgotamento sanitário no início ocasionaram em um movimento mais arrefecido na consolidação da ocupação, pois não constava no terreno nenhum hidrômetro e quadro de distribuição de energia. Em ambos os casos, a solução deliberada pelo movimento foi para a criação de uma rede de instalações provisórias e irregular - improvisada, com ressalvas para a questão do esgotamento sanitário. Destaca-se que as despesas relativas a essas instalações (com exceção do esgotamento sanitário) ficou a encargo do movimento, que em acordo coletivo estabeleceu junto aos moradores o pagamento das mesmas mediante uma contrapartida simbólica financeira (R\$10,00 reais) ao passo que a ocupação fosse se consolidando.

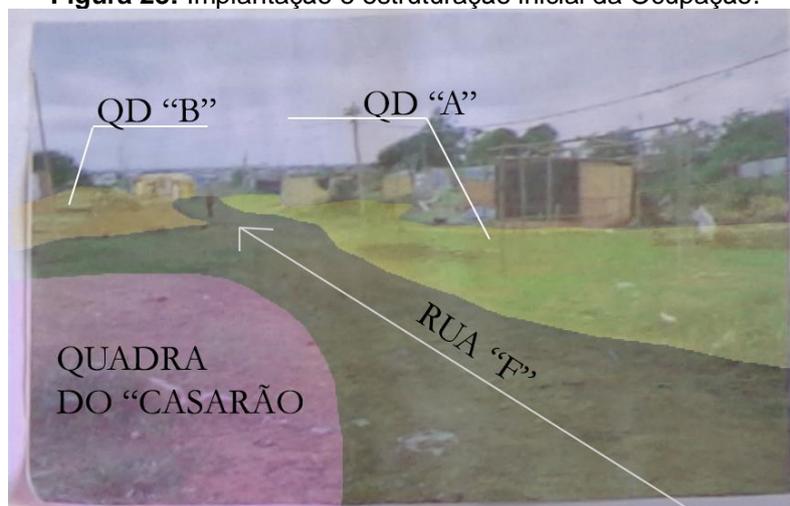
Com relação ao esgotamento sanitário, a primeira solução apontada foi para o uso do “banheiro seco” - tecnologia social com enfoque principal na sustentabilidade, facilidade no manuseio por parte de seus usuários, baixo custo e ausência de água. Porém, logo após ser implementado, esse protótipo foi desestimulado por decisão da liderança, recomendando que cada morador ficasse responsável por criar sua própria fossa, feito de maneira rudimentar. Todas essas questões marcaram o início da consolidação da ocupação, resultando em uma configuração físico-espacial aquém do que foi pensado inicialmente pelo desenho original.

Figura 27: Implantação e estruturação inicial da Ocupação.



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2017.

Figura 28: Implantação e estruturação inicial da Ocupação.



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2017.

Figura 29: Montagem do banheiro seco.



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2017.

Esta primeira etapa está compreendida entre o final do mês de novembro de 2016, até fevereiro de 2017, segundo relatos orais dos moradores da ocupação, ortofotos obtidas da região por temporalidade, bem como em informações extraídas do Relatório de Atividades Ocupação Guerreira Maria Felipa (2017) demonstrando a veracidade dos relatos orais.

Figura 30: Entrada principal, com a consolidação do núcleo de Força e Luta.



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2017.

No terceiro momento está compreendido pelo movimento de expansão e retração da estrutura físico-espacial da ocupação no terreno. Diante da solicitação de um espaço para morar, famílias oriundas de diversos bairros da cidade de Salvador se aproximam junto às lideranças do movimento - ator principal que atua no controle e gestão da organização interna dessas famílias e das estratégias políticas de ocupação, além de intermediar negociações com os agentes externos em suas lutas -, ocasionando na expansão de seu território para a parte inferior do terreno.

Figura 31: Assentamento das famílias na parte inferior do terreno: Etapa 2.



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2017.

Durante este período, que se inicia em fevereiro e se estende a junho de 2017, a impermeabilização do solo continua a ocorrer com os “bota fora” de concreto, enquanto que os movimentos internos resultam na expansão de novas quadras e lotes na ocupação, atingindo ao limite determinado pela cota máxima proposta pelo plano inicial. Isso ocasionou na inserção da quadra “G”, que como solução para esta ocasião, foi implantada na parte inferior do terreno, já que na parte superior houve a consolidação das quadras “B”, “E” e “F”.

Figura 32: Movimentos de expansão para a implantação da 2ª Etapa.



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2018.

Figura 33: Estruturação da ocupação: Finalização do sistema de ruas e quadras.



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2018.

Conforme relatos dos moradores, esse movimento da chegada de novas famílias levou à ocupação ampliar suas fronteiras territoriais para a parte inferior do terreno. Porém antes de completar 4 meses de assentamento, a coordenação do movimento foi levada a tomar a decisão de retroceder com o projeto de expansão. Uma das questões que influenciou nesta decisão foi a falta de segurança e de integração com a parte superior do terreno, pois como se trata de uma área de domínio do tráfico de drogas, que se faz presente e também disputa o território com outras facções, resultaram nestes inconvenientes, ocasionando a retirada das famílias que por ali estavam a se consolidar.

Além dessas questões, a incompatibilidade técnica por falta de recursos do movimento e também dos moradores - que viviam sobre situação de precariedade-, haveria de ter a necessidade de ampliação da infraestrutura da parte superior para a inferior, tais como água e luz. Assim, após este movimento, a ocupação entra em estado de recessão e estagnação, partindo para uma nova etapa.

Importante destacar que foi durante este período que ocorreram as atividades da 1ª e 2ª edição da Bartlett junto aos estudantes do curso de mestrado da UFBA, nas quais foram relatadas no diagnóstico geral do grupo e que forneceram inúmeros subsídios que alimentaram este trabalho bem como a de todos componentes deste grupo.

Figura 34: Consolidação das quadras na parte superior da Ocupação.



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2018.

Figura 35: Estruturação do casarão e atividades da Bartlett.

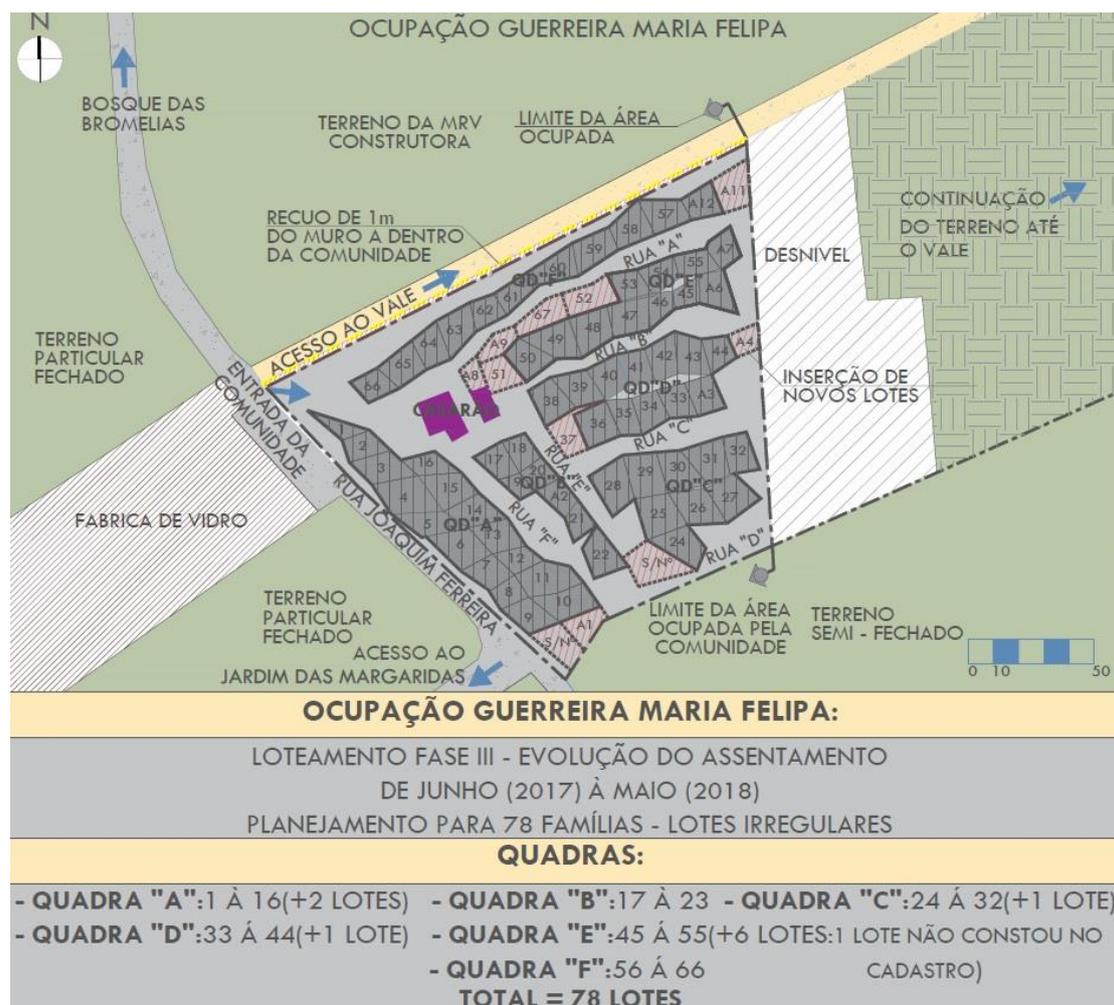


Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2018.

No quarto até o atual momento, foram utilizadas como suporte teórico as referências já citadas, atividades práticas da residência elaboradas em campo, parceria com o estudante de Graduação do FAU/UFBA Leonardo Stanziola e com o Departamento de Engenharia de Transportes e Geodésia por intermédio do professor coordenador do curso Engenharia de Agrimensura e Cartográfica da politécnica Dr. Artur Caldas Brandão, além dos relatos e da participação dos moradores nas atividades de oficinas que resultaram na confecção desse diagnósticos, montagem dos mapas da ocupação e na confecção da proposta de assessoria técnica.

Em meados de junho de 2017, um novo ciclo de mudanças começou a ganhar forma para a ocupação. A primeira transformação que ocorreu foi na reestruturação das quadras já existentes, pois com o deslocamento das famílias que estavam na parte inferior para a superior, implicou em uma série de mudanças na estruturação interna das quadras e do sistema de ruas internas, exigindo uma nova compatibilização do espaço existente para inserção dos novos lotes. Isso acabou implicando em distorções dos alinhamentos tanto de quadras, como de alguns lotes conforme nos aponta a figura 36, gerando uma nova distribuição espacial, mais compacta e com mudanças cadastrais dos números que identificavam os barracos.

Figura 36: Estruturação da Ocupação na parte superior.



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2018.

Neste período também foi proposto pelo movimento e pactuado em assembleia junto ao coletivo a criação do pacto de “boa vizinhança e de moradia” que visava estabelecer as ordens disciplinares e acordos para morar e conviver dentro da ocupação. Este pacto resultou em um intenso movimento de saídas e entradas de novas famílias em 2017 até os dias atuais, sem intercorrências de alteração no dimensionamento dos lotes. Porém, vale ressaltar que antes das famílias que não se enquadravam nas regras estabelecidas, as mesmas seriam convidadas a se retirar da ocupação pelas lideranças do movimento, podendo vender seus itens ou a própria estrutura do barraco para quem manifestasse interesse, ou o mesmo ficaria responsável por realizar a tarefa de retirar a estrutura de seu barraco. Antes de ocorrer a decisão final sobre o desligamento de certa família da ocupação, estas eram alertadas e convocadas a uma reunião junto às lideranças, no intuito de estabelecer uma conciliação para solucionar o conflito, pois ressaltava sempre o cumprimento dos acordos pactuados de forma coletiva, e as mesmas seriam aconselhadas a atender a esses normativos, entre um desses, o principal que se tratava de demonstrar o interesse em morar e cuidar do lote.

Este pacto de “boa vizinhança e de moradia” tem como objetivo introjetar na formação do ser o sendo de responsabilidade para com o objeto em questão: seu lote, sua propriedade, que caso a mesma não venha a atender a suas funções, neste caso, será destinado a outra família que tenha interesse de mostrar esse interesse pelo objeto em questão. Isso traz ao debate a função do movimento como agente gestor e promotor de leis que venha a instituir de forma informal sua prerrogativa de atuar como coordenador e também agente transformador e protagonista da história de vida de muitas pessoas que assim criam uma relação de dependência direta da ação destes para sobreviver. Porém, essa questão não é objeto de discussão deste trabalho, portanto sua análise não será aprofundada, nem emitido juízo de valor sobre tal perspectiva.

A recomendação conjunta da CGJ/CCI (Corregedoria Geral de Justiça e da Comarca do interior da Bahia) - 01/2013 conforme já foi citado neste trabalho, determina aos juízes observarem o disposto no art. 91 da lei 10.845/2007, que assegura a um juiz uma tomada de decisão mais prática e rápida por conta da grande demanda de processos, pedidos, e reclamações referentes a questão da terra, conflitos fundiários que estes órgãos recebem, mediante a sua presença no local do litígio. Assim, caso o juiz por ventura mediante ao bom andamento do processo for quisto de se fazer presente na ocupação, e constatar que a mesma se encontrar vazia, em péssimas condições estruturais, entendendo que as famílias de pessoas que por ali habitam, tem fontes ou recursos para se sustentar sem precisar recorrer a necessidade de ocupar uma área cujo a principal função e a luta por moradia, poderá levantar provas cabais para proferir uma sentença positiva ao dito proprietário, assegurando como procedente o seu pedido de liminar de reintegração de posse.

Figura 37: Lotes “Abandonados” e/ou necessitando de manutenção.



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2018.

Algumas outras questões foram observadas durante este período que compreendeu de junho de 2017 aos dias atuais. Com relação a estrutura físico-espacial sobre o território da ocupação, pode-se descrever uma das que mais impactaram: Execução dos muros por parte da MRV e da SEDUR do município, acordadas antecipadamente entre os atores envolvidos neste processo como o movimento e o proprietário, adentrando no território, ocasionando a subtração de área como descrito na figura 38.

Figura 38: Estruturação da Ocupação na parte superior.



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2018.

Para muitos moradores, essa concepção que parte do pressuposto de vedar a ocupação com o assentamento dos muros, foi bem aceita, pois os mesmos demonstraram ter interesse em isolar a ocupação por meio de cercamentos, como foi o caso notado na parte lateral e no fundo do terreno com os seus vizinhos (com arame farpado e pontaletes de pré-moldados de concreto), visando assegurar mais segurança, evitando casos de meliantes que adentram a ocupação. Em outra ocasião, pode-se avaliar este tipo de comportamento tanto pela oficina das "Ações Educativas para Regularização Fundiária" como será retratado no tópico 5, bem

como pela oficina promovida pelo estudante Leonardo Stanziola, quando o mesmo desenvolveu um trabalho que visava o estudo das relações de vizinhança e estruturação de um pré-projeto com os moradores, nesta ocasião, foram desenvolvidos junto a três pessoas que demonstraram interesse por tal iniciativa: Silvio-Casa A3, Roque – 27 e Eliane - 26.

Figura 39: Muros Construídos na parte lateral e frontal do terreno.



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2018.

Figura 40: Cercamentos laterais e ao fundo da Ocupação



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2018.

Figura 41: Oficina das relações de Vizinhança e Pré-Projeto junto a moradores.



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2018.

Alguns problemas com relação a disposição dos lotes foram detectados na Quadra A, pois com a construção do primeiro muro lateral que adentrou a ocupação em 1 metro - realizado pela SEDUR em comum acordo entre o proprietário, lideranças do movimento e o poder público, os lotes que estão posicionados com a fachada voltada para Rua Joaquim Ferreira ficaram prejudicados, pois não haveria acesso aos seus respectivos lotes. A solução encontrada partiu por iniciativa dos próprios moradores que entre si estabeleceram acordos, em alguns casos, demonstrando bom senso diante da situação, para que com isso, fosse viabilizado o acesso daqueles que apresentavam dificuldades de acessar seus respectivos lotes. Porém, essa tarefa que não logrou 100% de êxito, gerando atualmente inúmeros conflitos entre os mesmos, que agregado a outras questões evidenciadas no quarto tópico, necessitam de ser solucionadas, apresentando-se como uma demanda real e emergencial de ser trabalhada, não somente restritas a quadra A, mas na ocupação em geral.

Com relação a quadra F - que também recebeu fechamento do muro conforme indica a figura 38, o único ponto que gerou conflito, ao contrário do que ocorreu na quadra A, não foi relacionado à acessibilidade, mas para aqueles que estavam com seus barracos posicionados próximos a poligonal que delimita o terreno, tiveram que desconstruir parcela do seu barraco para o assentamento do muro, como foi o caso única e exclusivamente do lote 62. Vale ressaltar que houveram duas intervenções realizadas neste muro: na primeira houve o avanço de 1 metro (figura 38), porém a caixa da rua apresentou-se muito estreita para passagem de veículos, sendo feito uma segunda intervenção a entrada de mais 1 metro, totalizando 2 metros de recuo a dentro da ocupação, e uma rua de 6m de largura final.

Além destas alterações, outras questões implicaram em transformações dentro da ocupação, principalmente em relação aos “espaços comuns”, tema que será trabalhado com maior propriedade dentro do trabalho específico desenvolvido pela arquiteta urbanista que compõe este grupo. Em resumo pode-se apontar para as seguintes questões: o estímulo à prática de plantação de hortas nos lotes individuais a partir da implantação de uma horta comunitária, implantada na ocupação no final de 2017 pelos estudantes residentes da RAU+E, implantação de um parque infantil compreendido na atividade denominada “mão na massa”, sendo seu projeto uma elaboração da arquiteta urbanista presente neste grupo e executado em conjunto com moradores nas proximidades do casarão, valorizando e tornando o espaço mais atrativo tanto para jovens como para os adultos; a estruturação do casarão mediante o trabalho comunitário realizado por meio de regime de mutirão que teve como intuito possibilitar as atividades que venham a tratar de geração de renda e eventos coletivos, ao caso das oficinas desenvolvidas pela RAU+E.

Figura 42 – Praça de convivência e parque infantil.



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta Guerreira Maria Felipa, 2018.

Em linhas gerais, todas essas alterações e/ou transformações no espaço-físico territorial que impactaram diretamente na configuração das quadras e dos lotes foi observado tanto nos levantamentos cadastrais feitos pela equipe da 1ª edição Bartlett/UFBA como pelo trabalho desenvolvido por este grupo. Suas consequências podem ser notáveis atualmente quando observamos a configuração final em que está estruturada a ocupação, como são os casos dos desalinhamentos das quadras, lotes irregulares ocasionando a produção de áreas distintas entre os lotes e a projeção na qual foi previsto inicialmente.

Essas distorções das dimensões técnicas bem como os critérios de ocupação na relação Lote X Casa, tornam algumas áreas mais privilegiadas do que outras, afetando na elaboração de

projetos que visem trabalhar questões relacionadas aos espaços comuns e saneamento ambiental, além de se tornar um condicionante para o atendimento do que preconiza a Lei 6.766/79, Capítulo II, art. 4º da lei de Parcelamento do solo, e a Lei 9.148/16 - Lei de Ordenamento do uso do solo e da Ocupação do Solo do Município de Salvador - (2016), nos seus arts. 46, 47, 48 e 49 do Título IV, Capítulo I, os requisitos e parâmetros de parcelamento e urbanização, viabilizando uma possível regularização.

Figura 43: Mapa da região com a configuração atual do entorno da ocupação.



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Embora o terreno em questão se encontre sobre uma propriedade cujo sua procedência é questionada, como será visto no tópico a seguir, existem instrumentos legais previsto em Lei para esta área em questão, tanto pelo PDDU (2016) descritos no Título VIII, Capítulo II, Subseção art. 136º, como Estatuto das Cidades – Lei 10.257/2001 Capítulo II, Seção I art. 4º e nova Lei da regularização fundiária 13.465/17, que podem ser aplicados nesta área para que a mesma venha a atender aos princípios fundamentais da função social da propriedade, tais como IPTU Progressivo, Desapropriação, Demarcação Urbanística para fins de regularização e a Legitimação de posse.

Contudo, este trabalho não pretende desenvolver uma discussão em cima desses instrumentos, embora este tema fosse pautado em reuniões entre o autor desse texto junto a consultoria e assessoria jurídica do IDEAS, onde levantaram-se hipóteses que apontavam para possíveis indicativos dos moradores desta ocupação serem legalizados na área, como está previsto pela lei no caso do cumprimento de seus critérios. Desta forma, seria precipitado afirmar ou trabalhar em torno dessas questões sendo de que para tal, faz-se jus aguardar uma resposta consistente resultante do julgamento do processo que ainda está tramitando na 10º Vara Cível da comarca de Salvador.

c. Diagnóstico e Leitura Fundiária

Esta etapa de trabalho consistiu na análise e apuração dos dados e documentações que constam ação de reintegração de posse, com o número do processo 0582043-60.2016.8.05.0001 datado de 30 de novembro de 2016, sobre a situação fundiária do terreno, constando toda a documentação fundiária existente, sobrepondo a mesma as legislações pertinentes a temática no processo.

Como ponto de partida, o primeiro passo consistiu na observação precisa das informações que constam no título de propriedade, a fim de investigar a veracidade desses dados, podendo servir de subsídios argumentativos e provas documentais à assessoria jurídica do movimento, que está responsável pela confecção do instrumento jurídico de defesa dos moradores na respectiva ação de reintegração de posse em que perpassa a ocupação Guerreira Maria Felipa.

Esses dados contidos na escritura de compra e venda foram essenciais para confecção deste diagnóstico, e podem ser descritos na seguinte forma: histórico de venda/compra da propriedade bem como das pessoas envolvidas neste processo, localização do terreno, dimensão da área, número de matrícula e local onde foi registrado. Vale destacar que essas informações podem ser acessadas pelo processo da ação de reintegração de posse, com o número do processo 0582043-60.2016.8.05.0001 datado de 30 de novembro de 2016 e que a busca pela compilação documental para a elaboração desse diagnóstico está circunscrita no período em que o Juiz de Direito da 10ª Vara Cível e o Ministério Público indeferiram a “medida liminar” e a defesa protocolada pelo IDEAS.

No tópico sobre o histórico de venda/compra, nº de matrícula e local de registro, ressalta algumas questões presentes na escritura, que deverão ser avaliadas logo em seguidas: trata-se de um documento datado de 31 de julho de 1974, com o terreno cadastrado até então no INCRA sob o número 320.048.004.014-7, e devidamente registrado no R-01 de matrícula nº 8.046 do cartório do 2º Ofício de registro de imóveis de Salvador. Este terreno pertenceu a um antigo dono, intitulado na escritura como interveniente cedente - Augusto Ribeiro Salles e sua respectiva esposa Maria da Conceição Rodrigues Salles -, na qual por meio de contrato de promessas de compra e venda em 1978 celebrou a venda do imóvel para o Júlio Navarro Rodrigues e sua respectiva esposa Maria de Lourdes Duarte Rodrigues, sendo estes os últimos a negociar este imóvel, intitulados como Outorgantes Vendedores, efetuando no dia 01/03/2011 a última transação de venda para a atual Outorgada Compradora - MPS Mineração Perfuração e Sondagem LTDA, representada nesta ocasião por Washington Célio de Andrade Santos.

Figura 44: Escritura de Compra e Venda do terreno.

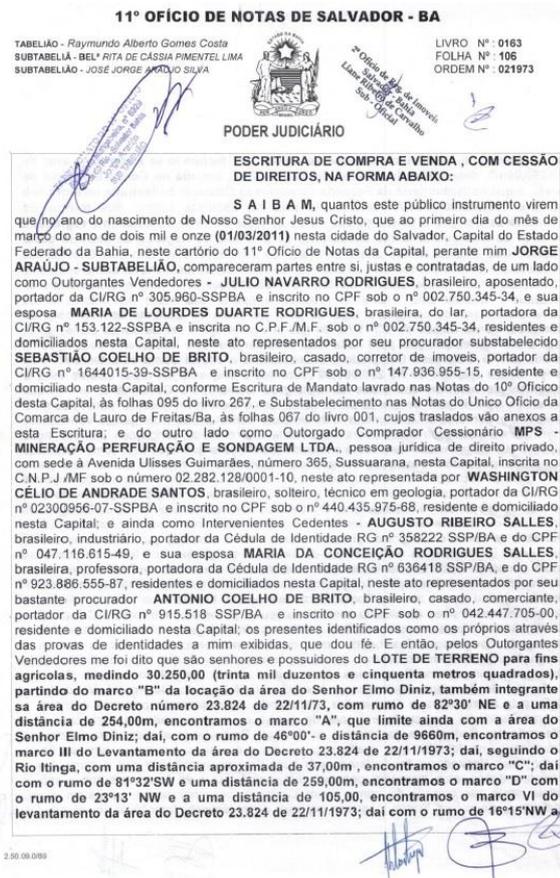
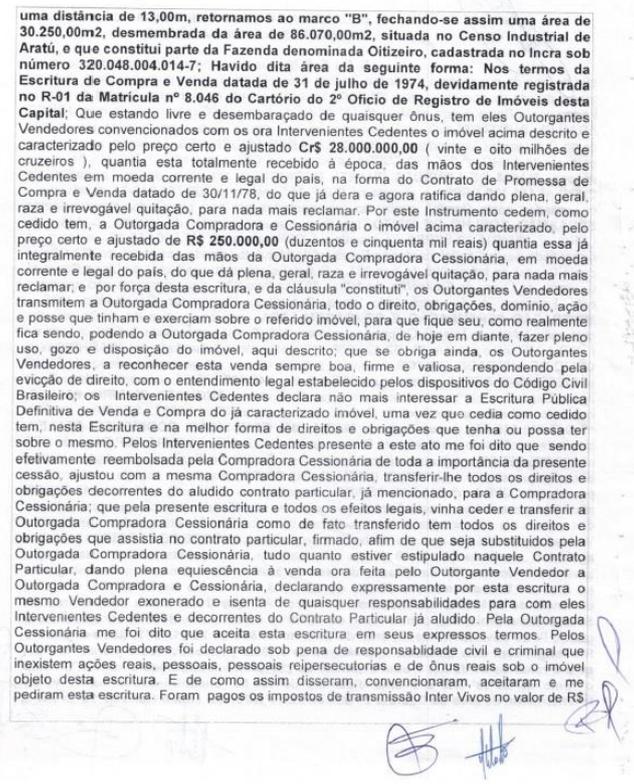


Figura 45: Escritura de Compra e Venda do terreno.



Fonte: Processo nº0582043-60.2016.8.05.0001, 2016.

Fonte: Processo nº0582043-60.2016.8.05.0001, 2016.

Antes de discorrer sobre os resultados obtidos dessa busca documental, faz jus destacar o entendimento das leis municipais que versam sobre a política urbana sobre o município de Salvador, levando a análise para o terreno em questão.

A lei 7.400 que versa sobre o PDDU 2008, qualifica esta região como Macrozona de Consolidação Urbana, tratando de uma Zona Preferencial 3, entendendo que se trata de uma região com inúmeros condicionantes, exigindo cautela em seu adensamento. Esta passou por um processo de revisão no ano de 2016, vigorando assim a 6.096/16, que desta vez, já apresenta a região como uma Macrozona de Integração Urbana, com zoneamento descrito em uma ZPR2 - Zona Preferencial Residencial 2, ou seja, depreende-se que todas estas mantém-se atrelado a definição de que a região está enquadrada no perímetro urbano da cidade de Salvador, contudo, deve-se levar em consideração para esta penúltima, que apresenta no art. 136 inciso II, a inclusão do dispositivo da regularização fundiária, se apropriando de instrumentos previstos tanto nesta lei como no Estatuto das Cidades como: usucapião especial de imóvel urbano e demarcação urbanística e legitimação de posse, desapropriação, ZEIS entre outros.

Para esta ocupação, o planejamento inicial constou em atender aos pré-requisitos mínimos citados nos dispositivos da lei municipal 9.148/16 - Lei de Ordenamento do uso do solo e da Ocupação do Solo do Município de Salvador - LOUOS (2016). Segundo orienta o Manual de Regularização da Terra e Moradia (2002) para fins de regularização fundiária, o terreno deve atender aos normativos do que preconiza a legislação municipal, neste caso, as que já foram citadas acima e a LOUOS (2016), que dispõe nos seus arts. 46, 47, 48 e 49 do Título IV, Capítulo I, os requisitos e parâmetros de parcelamento e urbanização. Estes dispositivos fazem menção direta às exigências prescritas da Lei de zoneamento do solo 6.766/79, para loteamentos e parcelamentos.

Este terreno foi incluído no perímetro urbano da cidade de Salvador a partir da promulgação da Lei 7.400/2008, pois até então o mesmo se encontra em uma área rural e com características típicas desse perfil, conforme pode ser observado por meio de fotos aéreas do google earth da época em que o mesmo se apresenta como tal, na própria escritura de compra e venda, que menciona a titulação da mesma sob o número do INCRA e a denominação da área como “Fazenda do Oitizeiro”, bem como nas plantas de inscrição que constam no acervo documental da CONDER .

Desta forma, como ponto de partida para o levantamento dos documentos que comprovem historicamente o registro fundiário, informando sua origem e dos seus proprietários, chamou atenção este dado relativo à inscrição deste imóvel se encontrar em uma zona rural, pois entendendo a condição de registro no INCRA, faz-se jus acompanhar o percurso histórico deste imóvel nos órgãos competentes para entender a sua procedência e veracidade dos fatos apresentados na peça instrumental jurídica, contida no processo 0582043-60.2016.8.05.0000, contida no processo 0582043-60.2016.8.05.0001 datado de 30 de novembro de 2016 .

Para o acompanhamento nas visitas a esses órgãos e também como forma de esclarecimento para os moradores da ocupação, foi eleita uma comissão de 10 pessoas da própria ocupação em assembleia - na qual tinha como intuito a criação de uma associação (fato que será melhor explanado no próximo tópico), sendo este espaço utilizado também na tentativa de formação dos seus integrantes para o conhecimento do tema “regularização fundiária” e de como essa questão está intrínseca dentro da realidade em que eles vivem.

Figura 46: 1ª Reunião da Comissão.



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta
Guerreira Maria Felipa, 2016.

Figura 47: 2ª Reunião da Comissão.



Fonte: Acervo da Ocupação Força e Luta
Guerreira Maria Felipa, 2016.

Iniciando essa pesquisa documental, no primeiro dia foi visitado os órgãos INCRA, Prefeitura Municipal de Lauro de Freitas e o Cartório de Registro de Imóveis de Lauro de Freitas, sendo que estes dois últimos foram em decorrência da visita ao primeiro. Durante este primeiro dia, presentes 2 moradores, que ficaram incumbidos de comunicar as informações obtidas para os membros da comissão, sendo esta responsável pela transmissão do conteúdo para os demais moradores da ocupação.

Ao chegar no INCRA, foi solicitado o Certificado de Cadastro de Imóvel Rural - CCIR - peça fundamental para registro de imóveis em áreas rurais, levando em consideração o número de inscrição presente na escritura, que para a surpresa de todos, teve sua última emissão do pagamento desse certificado em 01/12/17, ainda de classificação fundiária como minifúndio, registrado com número 16708269180 e no nome do dito interveniente cedente da escritura atual: Augusto Robeiro Salles. Com isso, ficou comprovado que o terreno ainda se encontra em área rural sob a titulação do antigo proprietário, localizada no município de Lauro de Freitas, contrariando todas as informações descritas na escritura pública de compra e venda.

Seguindo as instruções do Manual de Regularização da Terra e Moradia (2002), indagou-se a possibilidade de verificar os dados que poderiam estar dispostos no cartório de notas e/ou de registro de imóveis do município de Lauro de Freitas, bem como na prefeitura para verificar se o mesmo porventura tenha passado por algum processo de inclusão em área urbana gerando alguma possível guia de IPTU. Porém, ao chegar tanto ao Cartório de Registro de Imóveis como a Prefeitura do município de Lauro de Freitas, fornecendo os dados tanto do interveniente cedente, interveniente vendedor ou do outorgado comprador, a resposta foi a mesma: não constou nenhum registro em nome dos citados acima, salve guarde uma propriedade em imóvel urbano constatada em nome do outorgado comprador e do interveniente cedente neste município.

Figura 48: Entrada do Cartório de Lauro de Freitas.



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018

Figura 49: Visita ao INCRA em Salvador.

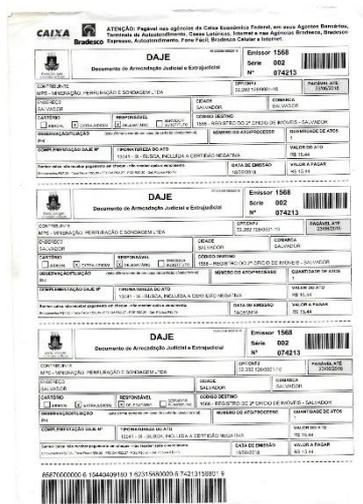


Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018

Obtidos esses resultados, em um segundo dia, dessa vez sem a presença dos moradores, indagou-se como uma única e última possibilidade do mesmo está inscrito no 2º Cartório de Registro de Imóveis de Salvador e no 11º Ofício de Notas, além da SEFAZ do município de Salvador no intuito de verificar a legitimidade dos documentos apresentados e também das possíveis pendências administrativas que poderia constar sobre o nome do possível proprietário e do terreno.

Seguindo a mesma linha metodológica, após as visitas aos órgãos citados, foi comprovado que a transação comercial foi executada e registrada nos nomes das pessoas que constam na escritura de compra e venda, porém o mesmo não apresentou nenhum registro de inscrição territorial urbana, conseqüentemente não constando nenhum pagamento do Imposto Territorial Urbano - IPTU, desde a época em que se efetivou sua compra realizada no dia 01/03/11 aos dias atuais. Esperava-se encontrar este registro pois perante o prazo de tempo em que o mesmo foi adquirido até o dia 19/11/2017 - em que foi aprovado na câmara municipal de Salvador um projeto de lei prevendo o aumento de IPTU em toda capital baseado no cálculo do VUPc e VUPt por região (Valor Unitário Padrão de Construção e Terreno) apontando para um reajuste de 2,8% desta alíquota -, o terreno deveria apresentar-se em situação de regularidade, pois se o proprietário demonstrasse interesse em dar função social a propriedade exercendo seu livre direito da posse do imóvel que lhe é inerente, essa situação em que se encontra atualmente o imóvel não seria de fato existente

Figura 50: Pagamento de custas no Cartório de Salvador.



Fonte: 2º Cartório de Registro de Imóveis de Salvador, 2018.

Figura 51: Entrada do Cartório de Salvador.



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Para concluir essa pesquisa, em um sucessivas visitas aos órgãos da CONDER e SEDUR do município, sem a presença dos moradores (porém em uma segunda reunião conforme demonstrado nos registros fotográficos acima, os membros da comissão eram constantemente munidos dessas informações sobre os resultados bem como os caminhos utilizados para essa busca), tinha como intuito de verificar a localização do imóvel e o registro cadastral do mesmo, como plantas e possíveis nomes dos proprietários da terra em questão, cruzando com as informações constantes na escritura, que está descrita assim:

“Lote de terreno para fins agrícolas, medindo 30.250,00 (trinta mil duzentos e cinquenta metros quadrados), partindo do marco “B” da locação da área do senhor Elmo Diniz, também integrante da área do decreto número 23.824 de 22/11/1973; com o rumo de 82°30’ NE e a uma distância de 254,00m, encontramos o marco “A”, de limite ainda com a área do Senhor Elmo Diniz, daí com o rumo de 46°00’ e a distância de 9660m, encontramos o marco III do levantamento do área do decreto 23.824 de 22/11/1973; daí seguindo o Rio Itinga, com uma distância aproximada de 37,00m, encontramos o marco “C”; daí com o rumo 81°32’SW e uma distância de 259,00m, encontramos o marco “D” com o rumo de 23°13’ NW e a uma distância de 105,00, encontramos o marco VI do levantamento da área do decreto 23.824 de 22/11/1973; daí com o rumo de 16°15’NW a uma distância de 13m retornarmos ao marco “B”, fechando-se assim uma área de 30.250,00m², desmembrada da área de 86.070,00m², situada no Censo Industrial de Aratu, e que constitui parte da Fazenda denominada Oitizeiro (...)

Como se tratavam de informações que não usuais nos dias atuais, como “área de decreto” datadas de 1973, imprecisões nos dados do sistema de coordenadas mencionados que se mostraram incompatíveis com a localização do terreno em loco, mesmo com o uso do programa Qgis que opera com arquivos de geoprocessamento na base SICAR. Sendo assim, surgiu a necessidade de consultar a Fundação Mário Leal, SEDUR e CONDER.

Na Fundação Mário Leal foi constatado que o setor responsável pelas informações cadastrais e de geoprocessamento do município de Salvador foram todas transferidos para SEDUR. Já na SEDUR, na tentativa de se obter informações mais precisas sobre a confirmação da localização exata do terreno descrito na escritura, houveram restrições que inviabilizaram acesso ao conteúdo, impossibilitando o avanço na obtenção de novos resultados para esta ocasião, pois para tal feito, haveria de se ter o consentimento do proprietário ou este outorgando a um terceiro por meio de uma procuração a permissão de preenchimento de um requerimento solicitando as informações desejadas.

Por fim, essa busca foi finalizada com a visita a CONDER - órgão público responsável pelo registro de atividades construtivas e mapeamento de regiões da cidade de Salvador. Ao ser apresentado dados sobre a titularização do terreno, localização e nomes específicos dos proprietários em questão, tanto no setor do mapeamento da cidade - INFORMS, como na COREF, responsável pela regularização fundiária, nenhum registro novamente foi constatado nos nomes dos proprietários fornecidos pela escritura de compra e venda, mas a região se encontra cadastrada em nome de um cidadão chamado Francisco Alves Pereira, cujo vendeu a área em questão para uma Cooperativa de Habitação de Brota-Seção II/Metron Eng.Ltda. ou seja, não informando novamente nenhum registro compatível com a do atual dito proprietário nas escrituras pública anexas ao processo.

Figura 52: Consulta realizada no setor COREF -CONDER.



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa,2018.

Figura 53: Consulta realizada no setor INFORMS - CONDER.



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa,2018.

Figura 54: Registro da região em questão fornecido pela CONDER.

Identificação do ponto

Zona de Concentração de Uso:	ZR 33 - MUSSURUNGA
Região Administrativa:	10
Localidade:	Jardim das Margaridas
Folha SICAR:	134.320
Parcelamento:	Jardim das Margaridas - COHABRO 3
- Localização:	Jardim das Margaridas
- Proprietário:	Cooperativa Hab. de Brota-Seção II/Metron Eng.Ltda.

Fonte: CONDER, 2018.

d. Conflitos Fundiários e Mediações

No quarto e último tópico deste diagnóstico destaca-se os “Conflitos Fundiários e Mediações”, que ocorreram em diversos momentos durante o período de trabalho desta assessoria, ocasionando na mudança de estratégia de atuação de alguns profissionais que compõem esta equipe em razão dos novos rumos que poderia tomar a ocupação. Para este item, no trabalho específico desenvolvido pela assistente social deste grupo poderão ser encontradas outras análises, na perspectiva do social, demonstrando suas implicações.

Antes da chegada dos trabalhos que desenvolvidos pela Bartlett School/UFBA nas duas edições (2017 e 2018), do trabalho em desenvolvimento de TCC do estudante Leonardo Stanzola, a presença da residência como campo de atuação em assessoria técnica, juntamente com o indeferimento do processo de liminar de reintegração de posse na justiça impetrado pelo proprietário, a ocupação se encontrava em um constante movimento de expansão e retração até se estabilizar. Com o envolvimento em ações práticas desenvolvidas por estes agentes em conjunto com os moradores da ocupação, notou-se uma movimentação interna de cunho progressista, alimentando desejos e anseios, contudo, com o enfrentamento da estigma da pobreza (Freire,1987) que em muitas vezes inibia e que acabava estancando com o desenvolvimento em progresso na perspectiva social e estrutural da ocupação e de seus moradores, que em muitos casos necessitava somente de serem estimulados e provocados para que de forma construtiva, viabilizassem o trabalho coletivo de forma unificada em prol dos interesses em comum.

Estruturada como uma linha do tempo em que ocorreram os fatos, pode-se ordenar os eventos e suas implicações em duas frentes de exposição: conflitos e mediações envolvendo agentes externos e internos.

Com relação aos agentes externos, podemos citar o envolvimento do movimento com os seguintes agentes dessa questão: SEDUR do Estado e o Proprietário. Nessa perspectiva aponta-se para os seguintes fatos, de forma resumida demonstrando suas implicações.

Em uma primeira aproximação junto ao movimento no início das atividades da residência em campo, por meio das visitas técnicas e registros constados no diário de campo realizados uma vez por semana a ocupação, a equipe foi informada pela liderança que no dia 14/07/18, anterior a entrega do conjunto Jardim das Margaridas que ocorreu no dia 09/03/18, a SEDUR do município propõe ao movimento a entrega de 50 unidades habitacionais no conjunto Jardim das Margaridas, porém, o movimento em reunião interna decidiu optar no não aceitar essa proposta, pois visto que dentro da ocupação havia 78 famílias cadastradas, parte destas não seriam contempladas com tal proposta, e também o movimento sairia enfraquecido pela enorme perda contingencial de pessoas.

Assim, o movimento decidiu que esta essa proposta não seria uma solução, porém, haveria de ser pactuada junto aos moradores da ocupação. Assim, foi convocada uma assembleia com os moradores (como é de costume ocorrer essas assembleias de 15 em 15 dias, sempre as sextas a noite, que tem como objetivo tratar de assuntos de interesse do coletivo) no intuito de informar as pessoas que poderiam contribuir com sua opinião a respeito, chegando a conclusão de que a melhor opção seria não pleitear essas unidades.

Em um segundo momento, ocorreu em uma reunião de mediação convocada pela SEDUR do Estado no dia 19/03/18, que teve como intuito de informar o movimento e proprietário sobre o indicativo de construção de unidades habitacionais pelo programa MCMV entidades. Segundo Paulo César – representante da SEDUR, estariam cotadas em torno de 50.000 unidades previstas para todo o Brasil, sendo que a Bahia estaria pleiteando 20.000 dessas unidades. Desta forma, esta reunião mostrou-se improdutiva pois ficou entendido por ambas partes de que não seria tratado nenhuma proposta que visasse uma mediação de conciliação entre o movimento e o proprietário, sendo que até os dias atuais, essas unidades habitacionais nunca chegaram a estar efetivamente construídas, nem lançadas em editais para possibilitar as empresas de se candidatarem ao processo de licitação pública.

Figura 55: Reunião no dia 19/03/18 na sede da SEDUR Estadual.



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Em um terceiro momento foi um marco que influenciou na mudança do plano de trabalho da equipe e de estancamento do trabalho de consolidação dos moradores na ocupação. No dia 29/05/18, o proprietário entrou em contato com a liderança do movimento e se propôs a investir em uma possível negociação do terreno via extrajudicial mediante uma contrapartida financeira. Esse valor seria obtido por meio da venda do terreno para a construtora MRV (como está descrito no contrato de promessas de compra e venda, anexo dos autos do processo), e o dinheiro seria repartido de maneira equânime à ambos. Capitalizados, os moradores poderiam adquirir um novo terreno que se encontrasse legalizado, sendo elaborado inicialmente o parcelamento do solo viabilizando um plano de loteamento da área, permitindo que cada morador fosse detentor da escritura da propriedade, com a identificação da fração ideal e seus respectivos lotes.

A outra opção sugerida determinava que tanto o proprietário como o movimento – este último organizado por meio de uma comissão de moradores (item constatado no capítulo III deste trabalho) iniciariam uma busca por terrenos nas regiões próximas a ocupação, com condições físicas e área suficientes para viabilizar o assentamento das 78 famílias que se encontram atualmente na ocupação. A condição para tal seria de que este terreno deveria estar legalizado perante os órgãos públicos e estar registrado em cartório de notas e de registro de imóveis, não constando nenhuma pendência jurídica ou administrativa sobre o imóvel.

Figura 56: Reunião no dia 29/05/18 na ocupação.



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Frente a essas propostas, o movimento sugere em reunião junto aos moradores a subdivisão dessa tarefa em duas linhas de atuação: a primeira ficaria responsável pela formação de uma associação para o caso da negociação envolver a manipulação de dinheiro, isentando o movimento dessa responsabilidade; enquanto que a outra ficaria responsável pela busca de terrenos viáveis de serem pleiteados mediante uma avaliação físico-espacial, deixando a cargo de obter essa informação a partir de consultas à órgãos gestores da política urbana de desenvolvimento urbano e do valor venal junto a corretores de imóveis tanto da área em que se encontra a ocupação como no bairro Jardim das Margaridas.

Nesse sentido, foi prestado o serviço de assessoria técnica ao movimento com a produção do Diagnóstico Fundiário (detalhado no tópico III) e aos moradores (com a participação do autor desse texto na comissão) no intuito de orientar na escolha de terrenos viáveis de serem pleiteados em contraproposta ao que por ventura, fosse apresentado pelo proprietário, além de intermediar o diálogo junto a corretores de imóveis. Para a criação de uma associação conforme foi sugerido pelo movimento, embora se apresentasse como uma forte demanda, de caráter emergencial, foi avaliado que neste requisito necessitaria de um maior prazo de trabalho dessa assessoria junto aos moradores, sendo esta pauta uma demanda que por ventura, pode vim a ser trabalhada no futuro.

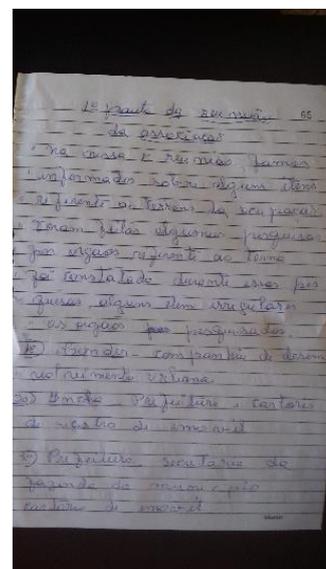
No trabalho junto a comissão, o foco manteve-se atrelado a capacitação dos moradores, fornecendo conhecimento técnico sobre os trâmites burocráticos da consolidação de processos que impliquem em uma regularização fundiária. Levando em consideração a realidade na qual é enfrentada na ocupação, foi apresentado os resultados colhidos durante as buscas documentais realizadas nos órgãos públicos, ao passo que seriam explanados os conceitos relativos ao conteúdo exposto e se proposto estratégias de como proceder.

Figura 57: Reunião com a comissão dia 13/07/18 na ocupação.



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018

Figura 58: Ata da 1ª reunião.



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018

A ideia dessa assessoria consistiu em tentar ampliar essa discussão para outros momentos, visando a constituição de um grupo fixo, capacitado e criando condições de que seus integrantes pudessem ampliar as redes de articulações com outras pessoas, quiçá com lideranças de outras ocupações, que problematizassem a questão dos conflitos fundiários e como proceder em casos que visassem futuras áreas passíveis de regularização fundiária. Porém, por outras demandas que não cessavam de ocorrer, essas ideias não lograram êxito.

Com relação aos terrenos, foram realizadas algumas visitas técnicas junto a liderança do movimento que tivesse como características fundamentais: viabilidade físico-espacial para se cogitar um projeto de assentamento; área suficiente para acolher as 69 famílias levantadas no último cadastro social-econômico feito nesta ocupação; acessibilidade e proximidade com o entorno da ocupação atual, entendendo que seus atuais moradores já desenvolveram vínculos sociais e muitos detêm de seus meios de subsistência nas proximidades de onde se localizam, senão, dentro da própria ocupação. Também, foi consultado um corretor de imóvel que informou a cotação do valor das terras nessa região.

Figura 59: Visita a terrenos próximos a região da ocupação.



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Figura 60: Mapeamento dos terrenos para discussão junto a comissão.



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Em uma segunda aproximação sobre a questão levantada no início desse capítulo, as relações com os agentes internos podem ser identificadas como: movimento e moradores, e entre os próprios moradores, se apresentando como uma demanda a ser trabalhada.

Com relação ao movimento, destaca-se ao que foi expresso no tópico 3, relacionado ao pacto de “boa vizinhança e de moradia” pactuado de forma coletiva, funcionando como método disciplinar para a boa convivência e estabilidade da ocupação, fato que aos olhos de muitos moradores não era compreendido de tal forma.

Entre os moradores cabe destacar que durante visitas técnicas ao decorrer das semanas, pode-se constatar problemáticas relacionadas às questões estruturais precárias tanto de habitação como de infraestrutura, carência de espaços comuns e apropriação desses por aqueles moradores que se mostram como “exemplos bons a serem seguidos”, invasão e fechamento de passagem de um lote ao outro, falta de organização dos moradores para envolvimento em ações coletivas e para geração de renda, o que gerava “fofocas” entre aqueles que se destacavam. Todas essas questões foram tratadas pela equipe nas ações educativas e oficinas, que se mostraram produtivas no sentido do esclarecimento e formação dos moradores. Algumas destas, tiveram desdobramentos em ações práticas, a exemplo da atividade “mão na massa”.

Figura 61: Assembleia coletiva dos moradores.



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Sendo assim, do que foi exposto neste aspecto dos conflitos fundiários e mediações, o Diagnóstico e Leitura Fundiária se fizeram como um importante instrumento de luta, pois muniram de subsídios técnicos a assessoria jurídica que presta serviço ao movimento, bem como visou estimular o desenvolvimento e o envolvimento de pessoas da ocupação nas ações educativas como meio de organizá-los por meio da instrução deste conteúdo específico, no esforço de tornar possível a capacitação e autonomia dos moradores, estimulando os mesmos a assumir futuras tomadas de decisões. Contudo, o tempo em que estava estipulado para o trabalho dessa assessoria técnica da residência acadêmica não logrou êxito no cumprimento dessa questão para este momento, cogitando-se esse item como uma futura demanda que pode ser melhor trabalhada e articulada com os integrantes e lideranças desta ocupação.

4. JUSTIFICATIVA E OBJETIVOS

4.1 NO ÂMBITO DA PROPOSTA COLETIVA

4.1.1 OBJETIVO

Promover a formação e capacitação dos moradores da Ocupação Guerreira Maria Felipa por meio da assistência técnica interdisciplinar como prescrito na Lei nº 11.888/2008, a fim de desenvolver autonomia individual e coletiva, visando ampliar e garantir os direitos sociais e urbanos conforme preconiza a CF/1988 e o Estatuto da Cidade (Lei nº 10.257/2001).

4.1.2 JUSTIFICATIVA

As ocupações urbanas populares são formadas por famílias de baixa renda não atendidas por políticas habitacionais que ocupam espaços ociosos na cidade a fim de garantir o direito à moradia. Conforme dados do Atlas sobre o Direito de Morar em Salvador publicado pelo EDUFBA em 2012, 60,33% dos responsáveis pelo domicílio nas ocupações declararam não ter rendimento e 37,86% rendimento mensal de até 1 salário mínimo (SANTOS, 2016). Segundo Maricato (2014), apenas 30% da população brasileira tem acesso ao mercado imobiliário "formal"; os investimentos em habitação social, apesar de terem crescido nos últimos anos, são insuficientes: em Salvador, mais de 30% da população vive em ocupações.

No geral, tais ocupações são caracterizadas pela privação dos direitos sociais básicos como os serviços de educação, saúde, lazer, saneamento básico, transporte e fornecimento de energia. Para contrapor as forças dominantes que regem o jogo político da cidade, é necessário recorrer a apropriação dos instrumentos da Lei que proporcionem a produção de um urbanismo crítico, enquadrado no aspecto da cidade real, promovendo avanços e conquistas das forças populares. Estas necessitam de ações claras e adequadas às suas necessidades, que devem ter como pré-requisito a construção de um processo pedagógico participativo e inclusivo, sendo capaz de desconstruir valores de subordinação e construção social do Sujeito como Sujeito, e não como Objeto. (MARICATO, 2011; FREIRE, 1987)

A Ocupação Guerreira Maria Felipa como foi mencionado neste trabalho, está localizada em um terreno de origem privada, que passa por uma ação judicial de reintegração de posse com o risco das famílias serem despejadas e enfrenta atualmente problemas relacionados ao desconforto de morar em pequenas unidades provisórias, dificuldade de empregabilidade e de acesso aos equipamentos sociais urbanos, precariedade e/ou ausência dos serviços públicos de saneamento básico e de infraestrutura dos espaços comuns de convivência e socialização. Considerando o exposto, o presente trabalho tem por objetivo auxiliar os

moradores a desenvolverem sua autonomia individual e coletiva, visando ampliar e garantir os direitos sociais e urbanos, independentemente do resultado da ação judicial.

4.2 NO ÂMBITO DA PROPOSTA INDIVIDUAL

4.2.1 OBJETIVO

Proporcionar aos moradores da ocupação por meio da assessoria técnica, ferramentas capazes de consolidá-los na região, fortalecendo sua permanência e ao mesmo tempo subsidiando tecnicamente o movimento nas questões pertinentes a Regularização Fundiária.

4.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Promover a formação e capacitação dos moradores por meio da assistência técnica interdisciplinar como prescrito na lei 11.888/08, a fim de desenvolver autonomia individual e coletiva; organizar a documentação fundiária existente e sobrepô-las a legislação; elaborar mapas e plantas necessárias a leitura fundiária e fichas cadastrais dos lotes de cada família estruturando a organização interna da ocupação.

4.2.3 JUSTIFICATIVA

A Ocupação Guerreira Maria Felipa, faz parte de um processo de autogestão do levantamento de uma demanda e escolha de um terreno como forma de pressionar o Estado a garantir o direito à moradia e sobrevivência no espaço urbano. São muitos os problemas enfrentados pelos moradores: a insegurança de permanência na área; o desconforto de morar em pequenas casas temporárias; dificuldade de empregabilidade; deficiência na gerência dos resíduos sólidos; problemas de drenagem das águas pluviais com a impermeabilização descontrolada do solo. A aproximação de forma participativa entre os moradores e um grupo interdisciplinar da Residência foi muito importante para buscar nas questões técnicas, urbanas, sociais, ambientais e sanitárias, formas capazes de minimizar essas dificuldades, munindo-os de instrumentos para conquistar a permanência no terreno.

No contexto do urbano e questões relativas à Arquitetura, Urbanismo e Engenharia, a região na qual está alocada a ocupação é identificada pela Lei municipal 9.069/16, que trata do Plano diretor, através de seu anexo Mapa 01A Macroáreas, como Zona de integração metropolitana, desta forma, configura-se como uma região passível de construção de um projeto que vise regularizar a moradia no local. Todavia, a ocupação se encontra em um terreno de origem privada - informações levantadas por meio de visitas feitas em loco e relatos da liderança local junto ao coordenador do MSTB, no entanto, diante do tempo que a ocupação já se encontra assentada, com tentativas fracassadas de reintegração de posse do suposto proprietário, sem obter êxito em atestar sua identificação como real proprietário

mediante titulação ou documento de registro em cartório que comprove sua veracidade, a ocupação segue resistindo e se consolidando cada vez mais.

Desta forma, essa questão da regularização fundiária se apresentou uma real e forte demanda para a atender ao objetivo geral, que trata da consolidação e permanência da ocupação, com a apropriação de instrumentos urbanísticos previstos pela Lei Federal do Estatuto das Cidades 10.257/01, na Lei Federal 10.977/09 que trata do MCMV, substituída a parte da Regularização Fundiária pela Nova Lei 13.465/17, e ainda dos instrumentos do Plano Diretor, há possibilidade de se constituir ações entre as partes jurídicas, física como por meio de um plano urbanístico, social por meio de um trabalho social e participativo, desenvolvido por técnicos sociais. Ações essas que fazem parte dos procedimentos de regularização fundiária conforme legislação local e que podem possibilitar a permanência dos moradores na ocupação.

Contudo, este trabalho não visou atender a todos os parâmetros exigidos por essa nova lei da regularização fundiária, pois para sua implementação, deve ser um processo elaborado e implementado por etapas. A concepção do trabalho se dá com intuito de atender a uma real demanda emergencial, de organizar e sistematizar os dados existentes, constatada sobretudo na vivência e nas atividades desenvolvidos em campo, juntamente a boas e descontraídas conversas com os moradores da ocupação, bem como em reuniões com as lideranças do MSTB.

Assim, ficou entendido que seria importante o desenvolvimento do trabalho nesta temática específica, de forma a fornecer subsídios técnicos e instrumentais para compor algumas das partes processuais no pleito a demanda por regularização fundiária. Se tratando da sistematização de documentações pertinentes ao diagnóstico fundiário, subsidiando a ação técnico-jurídica que acompanha a ação impetrada contra o movimento e os moradores da ocupação na justiça. Também subsidia a uma futura elaboração de um plano urbanístico por meio das informações levantadas nos cadastros, constando as características físico-territoriais de seus lotes, descrevendo a ocupação em uma linguagem técnica, apresentando jogos de plantas baixas e de um memorial descritivo referentes a cada morador e seu respectivo imóvel.

Como afirma Maricato (2011), para contrapor as forças dominantes é necessário recorrer a apropriação dos instrumentos que a Lei proporciona para se produzir um urbanismo crítico, cujo os avanços e conquistas que sempre ficaram subordinados a correlação de forças sociais venha a ter uma leve inclinação para o lado das forças populares, que necessitam diretamente de ações claras, adequadas às suas necessidades, objetivas e que venham implicar em um processo pedagógico participativo e inclusivo, podendo desconstruir os

valores de subordinação social, assegurando o real direito à moradia, e também, futuramente, o direito à cidade à Ocupação Guerreira Maria Felipa.

5. AÇÕES NO TERRITÓRIO

As atividades desenvolvidas no período de atuação da equipe de profissionais residentes junto a Ocupação Guerreira Maria Felipa, descritas abaixo, propuseram a utilização de metodologias participativas, para uma reflexão e absorção de informações trabalhadas na escala da localidade do bairro, do contexto da Cidade e da sociedade atual. As atividades buscaram promover rodas de conversas, oficinas, ações educativas e lúdicas, com participação efetiva dos moradores da Ocupação visando a troca de saberes técnicos, acadêmicos e populares.

Alves (2003), considera que uma compreensão mútua da linguagem é essencial para a intercompreensão. Dessa forma, a “escutatória”, metodologia utilizada por este educador, propõe que a partir da escuta e da partilha de informações o aprendizado ocorre de forma mútua de parte a parte, favorecendo a construção de um saber comum, por meio de rodas de conversas, atividades coletivas ilustrativas, estimulando o lúdico e o cognitivo.

Como defendido por Freire (1987), a educação deve ser pautada em um formato que vise a problematização das questões pertinentes à vida das pessoas, fato que envolve a relação direta do conteúdo formal com o não formal, se apropriando da linguagem do seu cotidiano para levar as questões, incitando o pensamento crítico. O aluno, com a riqueza do seu próprio saber, seria incitado à criatividade e à consciência crítica, fundamentado assim no diálogo com a aprendizagem feita conjuntamente: Educar x Educando, e não simplesmente depositando o conteúdo na mente do aluno. Dessa forma, entende-se que o oprimido a partir do momento em que começa a criar a consciência e voz crítica, inicia a desconstrução das introjeções das ideias negativas como a estigma da pobreza, elevando-se a um outro patamar, entendido como o reconhecimento do valor de sua ação no mundo e do seu poder de transformação, mesmo que de forma modesta em seu dia a dia, mas compreendendo o seu valor como homem consciente do protagonismo de sua história.

Em continuidade aos conceitos relativos à educação, para Gohn (1999), a educação não-formal designa um processo de formação para a cidadania, de capacitação para o trabalho, de organização comunitária e de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes diferenciados, podendo em muitos casos ser associada a outros modelos de educação, como a social, a popular e a comunitária. Entendendo que o trabalho a ser desenvolvido pela equipe seria realizado em uma Ocupação com moradores que possuem diversos tipos de conhecimentos, experiências e vivências, estabeleceu-se que o conceito teórico que mais

condiz com esta realidade e mais eficiente para o alcance do objetivo da equipe seria focado na educação não-formal.

Dessa forma, a equipe traçou uma estratégia que visava diluir esse formato de trabalho em quatro frentes de atuação: oficinas, ações educativas, circuito cultural e mão na massa. As oficinas surgem como necessidade da equipe em obter maiores informações sobre as demandas apresentadas pelo MSTB a RAU+E, de entender o território da Ocupação, junto com os moradores e de construir estratégias futuras de forma participativa.

As Ações Educativas surgem a partir da percepção dos residentes sobre a necessidade de trocar com os moradores conhecimentos sobre os temas trabalhados por cada integrante da equipe, isso ocorreu em consonância com um momento que a permanência deles no terreno passou a ser incerta. Nesse contexto, as temáticas tinham o intuito de estimular os moradores a respeito da sua autonomia nos processos decisórios e fortalecer o discurso sobre o direito à terra e à moradia.

O Circuito Cultural tinha como intenção, abordar os conteúdos de maneira lúdica e leve, assim como houve a tentativa de atrair moradores que não participam das ações da equipe. Por fim, o Mão na Massa tinha como objetivo deixar algo concreto no território, a partir das demandas e desejos dos moradores. As oficinas ocorreram em três encontros, as ações educativas em quatro - abordando cinco temas, o circuito cultural em dois e houve um encontro para a atividade mão na massa.

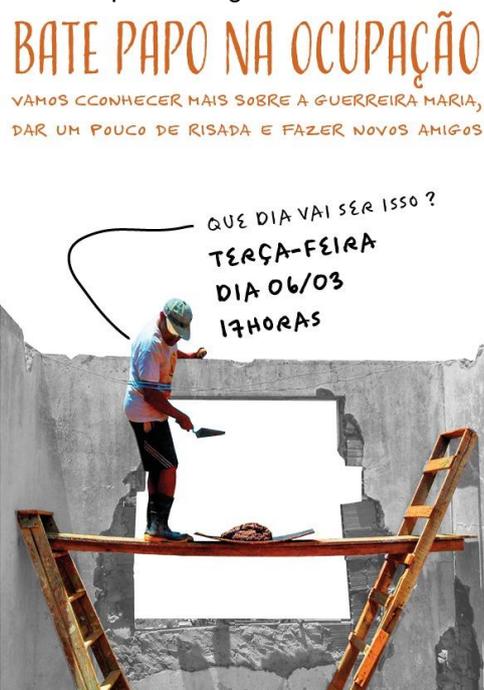
5.1. OFICINAS

1. Oficina - Cartografia

A Oficina de Cartografia foi a primeira realizada pela equipe na Ocupação Guerreira Maria Felipa, foi construída em conjunto com Leonardo Stanziola, estudante da graduação em Arquitetura e Urbanismo que está desenvolvendo o seu Trabalho Final de Graduação (TFG) na Ocupação, orientado pela professora Thaís Troncon Rosa. O objetivo central foi o mapeamento das especificidades da Ocupação dentro dos temas (Habitação, Saneamento Básico, Geração de Trabalho e Renda, Espaços Comuns, Questões Urbanas, Regularização Fundiária) que seriam trabalhados pelos integrantes da equipe.

Para planejar a oficina, a equipe de residentes da RAU+E reuniu-se com Leonardo, para organizar e dividir tarefas. Utilizou-se imagens aéreas do Google para construção de mapas que ilustravam a configuração espacial da Ocupação. Para divulgar a oficina, foi criado um panfleto e entregue aos moradores (Figura 62).

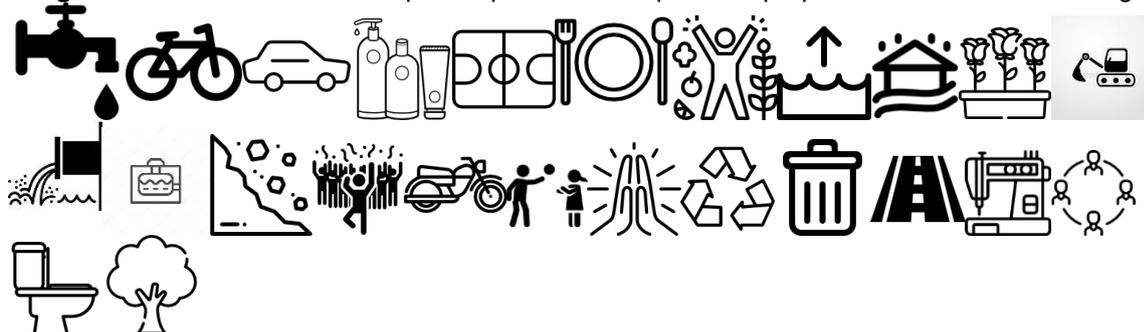
Figura 62: Panfleto utilizado para divulgar a Oficina da Cartografia na Ocupação.



Fonte: Acervo da Equipe, 2018.

Foi planejado que a oficina começaria informalmente, com algumas comidas e bebidas, assim os moradores poderiam chegar aos poucos, se servirem e ao mesmo tempo familiarizar-se com o mapa da Ocupação exposto em uma mesa. A ideia era que identificassem a própria casa no espaço. Ao chegar um número razoável de moradores, a oficina foi dividida em dois grupos. Foram utilizados ícones para representar, as seguintes questões (Figura 63) relacionadas ao tipo de atividade remunerada desenvolvida, pontos de alagamento, infiltração, erosão, pontos de descarte de lixo doméstico e de construção, trechos de rua pavimentados, casas que possuem banheiro, fossa, horta, jardim, árvore e pontos de água. Outras questões foram relacionadas à locais de reunião, áreas utilizadas pelas crianças para brincar, locais que ocorrem festas e atividades religiosas, assim como os que mais gostam e acham mais agradáveis. Por fim, algumas questões se relacionavam com o meio de locomoção utilizado nas casas como carro, moto e bicicleta.

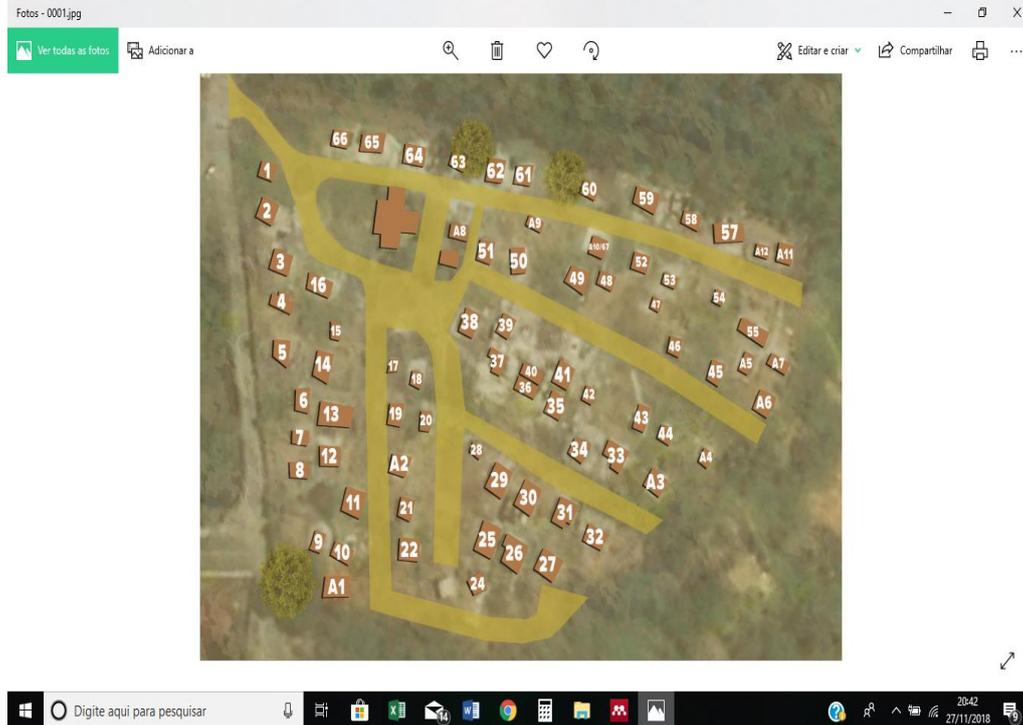
Figura 63: Símbolos utilizados para representar as questões propostas na Oficina de Cartografia.



Fonte: Flaticon, 2018.

Foram montadas duas mesas, que deram suporte aos lanches, aos mapas, e a uma lista com a numeração das unidades habitacionais de acordo com o mapa para que os moradores identificassem suas casas (Figura 64).

Figura 64: Mapa ilustrativo da configuração espacial da Ocupação Guerreira Maria Felipa.



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Figura 65: Aproximação de moradores com o mapa.



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Na atividade havia uma média 40 pessoas, que foram divididas em dois grupos, um grupo identificou questões relacionadas ao saneamento e trabalho e renda (Figura 66) e o outro as questões relacionadas à arquitetura e ao urbanismo.

Figura 66: Mesa com grupo das questões relacionadas à saneamento trabalho e renda.



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Notou-se dispersão e saída de alguns moradores ao longo da atividade. O papel manteiga colocado sobre o mapa (Figura 67) e a falta de iluminação local dificultou para que alguns moradores enxergassem ou conseguissem se localizar no espaço, principalmente em um dos mapas que não possuía a numeração das casas. Essa dificuldade limitou a participação das pessoas.

Figura 67: Marcações feita sobre o papel manteiga na Oficina da Cartografia.



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Esses dados foram compilados pela equipe, e serviu para iniciar a construção do diagnóstico da Ocupação Guerreira Maria Felipa, complementado posteriormente pela atualização do Cadastro Socioeconômico e de visitas técnicas.

2. Oficina - Moradia é só casa?

A Oficina intitulada “Moradia é só casa?” Foi pensada seguindo uma metodologia interativa, focando na troca do saber vivido em contraponto ao que é previsto como direito pela legislação, e uma metodologia reflexiva, pois foi avaliado de forma coletiva os resultados obtidos, permitindo o esclarecimento sobre o conceito de moradia para além do espaço físico da casa, chegando ao entendimento do que seria o direito à cidade. Como suporte para construção desta oficina, foi utilizada a Tabela da Cesta Básica do DIEESE para a Região 2, da qual o estado da Bahia faz parte, como referência para identificar os gastos básicos de uma família (Figura 68).

Figura 68: Itens da Cesta Básica segundo o DIEESE por região.

1- Estrutura das Cestas Básicas por região

Os produtos da Cesta Básica e suas respectivas quantidades mensais são diferentes por região e foram definidos pelo Decreto Lei nº 399 de 1938, que continua em vigor. A sua estrutura encontra-se na tabela a seguir:

Tabela de provisões mínimas estipuladas pelo Decreto Lei nº 399

Alimentos	Região 1	Região 2	Região 3	Nacional
Carne	6,0 kg	4,5 kg	6,6 kg	6,0 kg
Leite	7,5 l	6,0 l	7,5 l	15,0 l
Feijão	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg	4,5 kg
Arroz	3,0 kg	3,6 kg	3,0 kg	3,0 kg
Farinha	1,5 kg	3,0 kg	1,5 kg	1,5 kg
Batata	6,0 kg	-	6,0 kg	6,0 kg
Legumes (Tomate)	9,0 kg	12,0 kg	9,0 kg	9,0 kg
Pão francês	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg	6,0 kg
Café em pó	600 gr	300 gr	600 gr	600 gr
Frutas (Banana)	90 unid	90 unid	90 unid	90 unid
Açúcar	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg	3,0 kg
Banha/Óleo	750 gr	750 gr	900 gr	1,5 kg
Manteiga	750 gr	750 gr	750 gr	900 gr

Fonte: Decreto Lei nº 399 de 1938. Quadro anexo. As quantidades diárias foram convertidas em quantidades mensais.

Obs.: **Região 1** - Estados do Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Goiás e Distrito Federal.
Região 2 - Estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Sergipe, Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins.
Região 3 - Estados do Paraná, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.
Nacional - Cesta normal média para a massa trabalhadora em atividades diversas e para todo o território nacional.

DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS
Rua Aurora, 957, 1º andar - Centro - São Paulo - SP - CEP 01209-001
www.dieese.org.br - CNPJ 00.964.996/0001-87

Fonte: DIEESE, 2016.

Esta metodologia consistiu na apresentação dos itens da cesta básica em duas cartolinas, iniciando as discussões em torno tanto dos alimentos indicados pela Tabela do DIEESE, como de outras despesas essenciais citadas pelos moradores no momento da Oficina como lazer, higiene, transporte, medicamentos, merenda das crianças, gás de cozinha e material de limpeza. Dessa forma, foi montado, de modo coletivo e interativo, o valor final equivalente às despesas mensais de uma família.

A dinâmica transcorreu por meio de questionamentos direcionados aos moradores presentes na Oficina no que se refere ao preço dos alimentos. Os dados foram registrados na cartolina para que ao término, fossem somados aos outros gastos essenciais, citados anteriormente. Dentre os gastos essenciais, os valores de despesas com material de limpeza, merenda para crianças, medicamento e lazer, foram somados valores médios apresentados pelos moradores, por exemplo, alguns moradores falaram que tinham um gasto de R\$50,00, outros de R\$100,00 e outros de R\$150,00 com a merenda das crianças, para o cálculo foi então adotado o valor médio, R\$100,00. Para o gás de cozinha foi utilizado o valor de 1 botijão de gás por mês, considerando que alguns moradores afirmaram gastar mais e menos que isso por mês a depender da quantidade de moradores na casa e das atividades remuneradas desenvolvidas. Para o transporte, o valor utilizado foi de 40 transportes por mês cuja tarifa é R\$3,70, totalizando R\$148,00, isso levaria em conta que um membro da família faria duas viagens por dia, cinco dias por semana. O vestuário foi apontado como um item importante, porém não foi possível chegar a um valor médio que satisfizesse os moradores presentes, já que os que foram apresentados, eram muito díspares e que alguns moradores apenas acessam o vestuário por meio de doações. Este somatório representou o orçamento final das despesas básicas para uma família viver com dignidade.

Ao final chegou-se à conclusão de R\$997,49, na perspectiva de mercados grandes e R\$831,45 para os mercados pequenos, destacando que neste montante consta a somatória dos gastos da Cesta Básica e das outras despesas essenciais (Figura 69). Uma questão pontuada pelos moradores foi a grande dificuldade de acesso a aquisição de alimentos em mercados grandes em função da distância.

Figura 69: Tabela construída com os moradores com base na tabela do DIEESE

ALIMENTOS	Mercado Pequeno	Mercado Grande	TOTAL
Cesta Básica			183,45 349,46
45kg Carne	12,00	15,00	Salário Mínimo
6l Leite	3,70	4,00	R\$ 954,00 19 % 36 %
45kg Feijão	3,50	3,00	Outras Despesas Essenciais
36kg Arroz	2,50	2,35	Material Limpeza - 120,00
3kg Farinha	4,00	5,00	(casa e pessoal)
12kg Legumes (tomate)	2,00	3,00	Merenda (criança) - 100,00
6kg Pão Francês	8,00	12,00	Transporte - 148,00
300g Café em pó	4,00	5,00	Gás de Cozinha - 80,00
90unid. Frutas (Banana)	3,00	5,00	Medicamento - 50,00
3kg Açúcar	2,00	2,50	Lazer - 150,00
750gr Banha / Óleo	3,20	3,00	Vestuário
750gr Manteiga	2,50	3,00	831,45 (Mercado Pequeno)
			3.795,24 997,49 (Mercado Grande)

Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Isto posto, refletiu-se sobre o impacto direto deste orçamento na realidade das famílias. Concluiu-se que o salário mínimo não seria suficiente para se ter acesso às necessidades básicas garantidas na CF/1988, presentes no artigo 6º, que versa sobre os direitos sociais, e no artigo 7º, inciso IV, que define que o valor do salário mínimo deva ser capaz de atender as necessidades vitais básicas, entre elas, alimentação, moradia, saúde, lazer, higiene, transporte, previdência social, entre outras. A impossibilidade de acessá-los tem como consequência a negação do Direito à Cidade e à Moradia. É importante ressaltar que os custos para formalização da Ocupação não foram incluídos no cálculo realizado, à exemplo de prestações cobradas em casa de inclusão em Programa Social, taxas de água, esgoto, luz e IPTU, o que dificultaria ainda mais o acesso aos direitos sociais considerando a renda que possuem.

Figura 70: Oficina Moradia é só Casa?



Fonte: Acervo da Equipe, 2018.

Iniciando outro ciclo de discussões, questionou-se soluções a serem adotadas para resolver a problemática. Várias intervenções foram feitas pelos moradores, podendo ser destacado: pensar a renda de maneira coletiva, promover formas de trabalho para auxiliar na complementação da renda, comprar máquinas de costura, unir e organizar habilidades dos profissionais a fim de viabilizar a execução das ideias. Outras soluções foram a necessidade de formação, aprendizado e compartilhamento do conhecimento, além do Casarão como

espaço com potencial para sediar a capacitação e a realização das atividades de Trabalho e Renda, dando a este Espaço Comum um caráter multiuso (Figura 70).

Ao final da discussão, os moradores demandaram que houvessem atividades que abrangessem os temas: usos e melhorias construtivas para o Casarão, a necessidade de se criar uma Associação e o conceito de Cooperativa. Sendo assim, foi feita uma votação para definir qual a prioridade a ser discutida na semana seguinte, em uma oficina extra. O tema escolhido pelos moradores foi o Casarão.

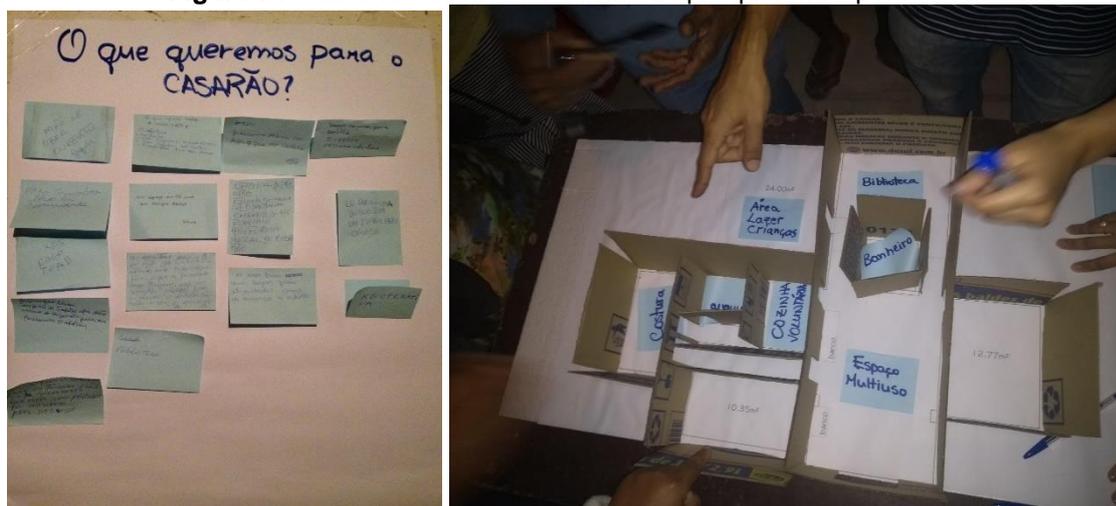
3. Oficina O que Queremos para o Casarão?

No início da Ocupação, os moradores encontraram uma construção em alvenaria deteriorada pelo tempo e falta de manutenção, sem cobertura, portas e janelas e com paredes comprometidas, que chamam de Casarão. Com o passar dos meses, diversos mutirões de reforma foram realizados, foi feita a instalação de metade da cobertura, das esquadrias, de algumas portas e janelas, além do conserto de paredes em alguns cômodos. A Ocupação contou com doação de parte do material necessário para o andamento da reforma, porém, “lata”, e os responsáveis por sua execução encontraram dificuldade de mobilizar um número maior de moradores para colaborar nas atividades e as concluir.

Como mencionado anteriormente, esta Oficina foi demandada pelos moradores com o objetivo de discutir as possibilidades de usos para cada cômodo do Casarão e de incentivar a mobilização para continuação na reforma do mesmo. Inicialmente este Espaço Comum era visto por parte do Movimento, da liderança e dos moradores como uma potencial área coletiva, para desenvolvimento de atividades geradoras de trabalho e renda, realização de reuniões, encontros e aulas.

No início da atividade foi feita a distribuição de *post its* para que os moradores escrevessem que tipo de uso eles imaginavam para o Casarão. Os *posts its* foram colocados em uma cartolina para visualização de todos e agrupados por tema para serem discutidos. Depois das ideias serem filtradas e aprovadas pela maioria, os usos definidos foram espaços para biblioteca, costura, artesanato, lazer para crianças, cozinha comunitária e sanitários, além de um espaço multiuso. No passo seguinte, utilizou-se uma maquete do Casarão para auxiliar na discussão do cômodo em que aquele uso se adaptaria melhor (Figura 71).

Figura 71 - Materiais usados na Oficina O que queremos para o Casarão?



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Como encaminhamento, alguns presentes na reunião ficaram responsáveis em fazer uma lista com nomes e contatos de moradores que tinham experiência em construção que normalmente não participam das reuniões e não contribuem para o trabalho coletivo para viabilizar a reforma do Casarão. A equipe de residentes entrou em contato com eles com o objetivo de sensibilizá-los sobre a importância em participar das atividades, além de perceber o interesse e identificar disponibilidade dos mesmos.

Em decorrência da Oficina, foram desenvolvidos dois mutirões, para a reforma do casarão durante o período de um mês. O primeiro foi bem-sucedido com participação expressiva dos moradores. O segundo apresentou certa dificuldade de ocorrer, pois os moradores apresentaram-se dispersos e sem motivação. A situação foi contornada pela equipe que contribuiu para que todos se reunissem novamente e empreendessem esforços para concluírem as metas propostas para o dia.

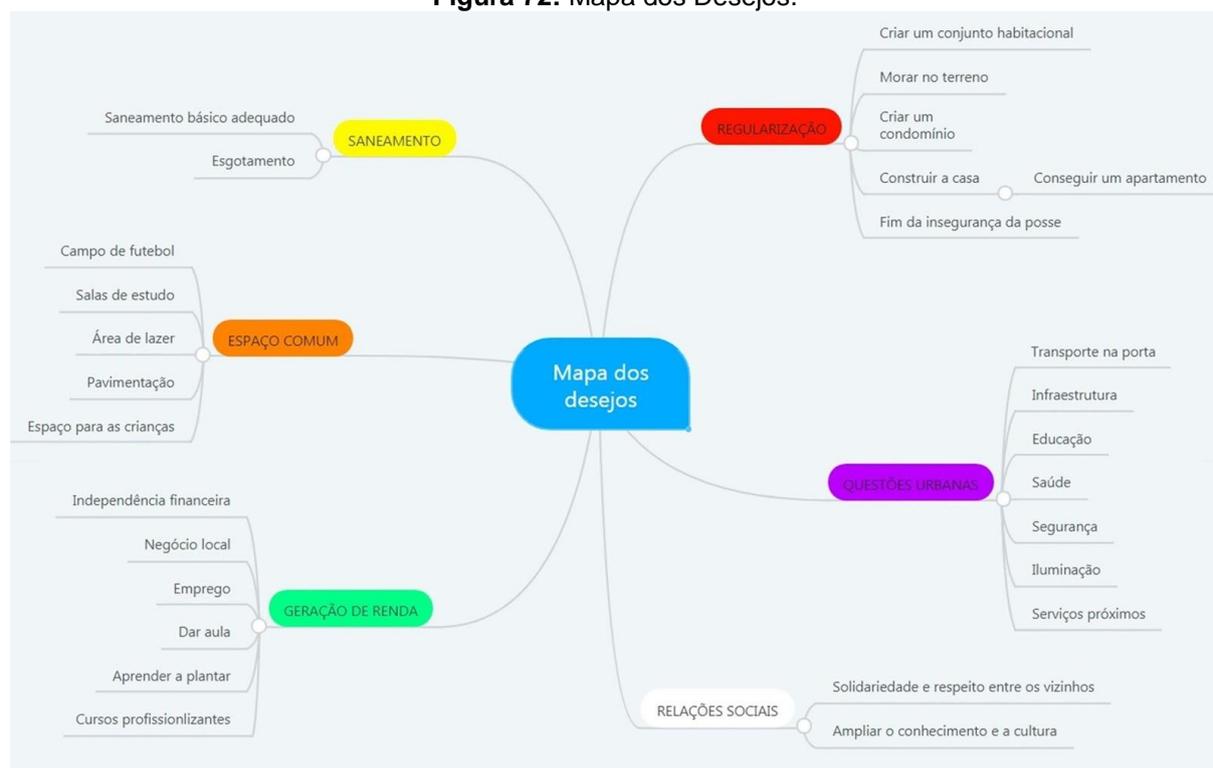
4. Ações Educativas - Vamos Pensar juntos?

As Ações Educativas tiveram como objetivo ampliar os conhecimentos relativos aos temas: Saneamento Básico, Espaços Comuns, Regularização Fundiária, Questões Urbanas e Geração de Renda, a partir de apresentações de referências e discussão junto aos moradores buscando soluções alternativas adequadas a realidade da ocupação. As ações foram norteadas pelo princípio da educação não-formal, que está ligada fortemente à aprendizagem política dos direitos dos indivíduos enquanto cidadãos e à participação em atividades grupais, sejam adultos ou crianças. Segundo Maria da Glória Gohn (1999, p.98-99), a educação não-formal designa um processo de formação para a cidadania, de capacitação para o trabalho, de organização comunitária e de aprendizagem dos conteúdos escolares em ambientes diferenciados.

Considera-se que o desenvolvimento das ações educativas resultou na formação e capacitação não somente dos moradores como também dos profissionais da equipe, que ampliaram o campo de conhecimento de suas áreas técnicas e das demais áreas.

Os temas discutidos com os moradores foram estabelecidos a partir das respostas obtidas com a atualização do cadastro socioeconômico, realizada nos meses de abril e maio de 2018. Um dos questionamentos estava relacionado aos sonhos dos moradores, o que originou o mapa dos desejos (Figura 72), fruto da compilação destes sonhos por eixo de trabalho dos residentes, e um sexto aspecto que abrange todos os eixos: relações sociais. Percebeu-se que em função da negação dos direitos sociais básicos, para os moradores o acesso a eles é tido como um sonho.

Figura 72: Mapa dos Desejos.



Fonte: Elaborado pela equipe, 2018.

A partir de tal compilação, decidiu-se realizar uma oficina tendo como objetivo introduzir conhecimentos relativos aos temas trabalhados pela equipe de profissionais residentes, discutindo com os moradores alternativas, com intuito de sensibilizá-los e aumentar o repertório, estimulando debates a partir da educação não-formal.

Inicialmente pensou-se em realizar uma oficina com a divisão de 5 grupos, onde cada profissional conduziria a discussão em torno dos assuntos elencados ao seu eixo de trabalho e posteriormente os moradores iriam compartilhar com os demais grupos os resultados da discussão de seus respectivos grupos.

A partir de tal compilação, como forma de dar suporte, amplitude e continuidade às discussões iniciadas no trabalho deste residente junto a comissão responsável pela busca de terrenos, tornando-as mais atrativas e participativas, foi decidido que as oficinas deveriam ter como foco principal a formação e capacitação dos moradores, resultando na consolidação da proposta final de assessoria técnica a ser desenvolvida. Essas oficinas foram subdivididas em duas – Ações Educativas, e o Circuito Cultural. Desta forma, foi introduzido conhecimentos relativos a todos os temas, neste caso, o enfoque deste trabalho foi a regularização fundiária, sensibilizando e aumentando o repertório dos moradores sobre esta temática, estimulando debates a partir da educação não-formal.

a. Ação Educativa Saneamento

A oficina foi programada para ocorrer no dia 26/07/2018, contando como recurso fotos ilustrando os assuntos do mapa dos desejos. No dia, percebeu-se uma quantidade pequena de participantes inicialmente, inviabilizando a ideia de dividi-los em 5 grupos. Sendo assim, optou-se por realizar uma Ação Educativa com todos os moradores presentes discutindo sobre cada tema isoladamente, a primeira ação foi sobre Saneamento Ambiental. Como resultado, a Ação programada para acontecer em um encontro com duração de 2h reverberou em mais 3 encontros, sendo discutidos os demais temas de forma individual (Espaços Comuns, Regularização Fundiária, Questões Urbanas e Geração de trabalho e renda) totalizando 5 Ações Educativas, condensadas em um total de quatro encontros.

Figura 73: Moradores na Ação Educativa de Saneamento.



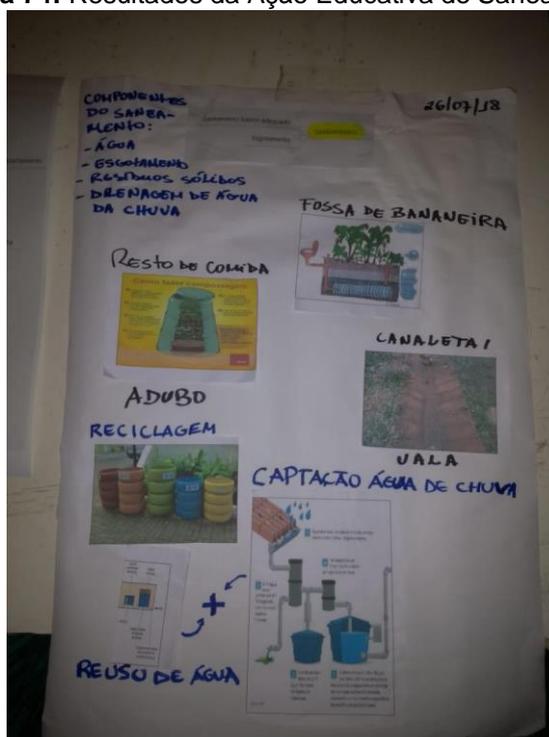
Fonte: Acervo da equipe, 2018.

A discussão sobre Saneamento Ambiental foi iniciada com a introdução do conceito de saneamento básico e seus componentes: abastecimento de água, esgotamento sanitário, manejo de resíduos sólidos e das águas pluviais. Discutiu-se acerca das alternativas de tratamento de esgoto com ilustrações dos tipos de fossa (séptica, seca, tanque de evapotranspiração - bananeira). Quanto à drenagem das águas pluviais apresentou-se tais alternativas: canaleta de tijolos, sumidouro e captação da água de chuva, tanto como alternativa de reduzir o escoamento superficial no terreno, quanto para reuso da água. Outra alternativa apresentada foi o reuso das águas servidas (águas cinzas - pia da cozinha e do banheiro, água de banho e lavagem de roupas) para usos menos nobres (Figuras 73 e 74.

Quanto aos resíduos sólidos, discutiu-se acerca dos aterros sanitários, sobre como as empresas ganham por tonelada coletada e disposta, sobre a coleta seletiva como forma de diminuir a quantidade de resíduos descartado e o princípio da Lei nº 12.305/2010 sobre não gerar, reduzir, reutilizar e reciclar. Como há moradores que trabalham com coleta de recicláveis iniciou-se a discussão sobre potencializar tal trabalho com a implementação da separação seletiva na Ocupação.

Discutiu-se também sobre a encosta, onde foram apresentadas ilustrações de vegetação que podem ser plantadas na encosta, assim como as que não são recomendadas. Falou-se também nos cuidados em construir próximo ao limite das encostas, e as distâncias recomendadas.

Figura 74: Resultados da Ação Educativa de Saneamento.



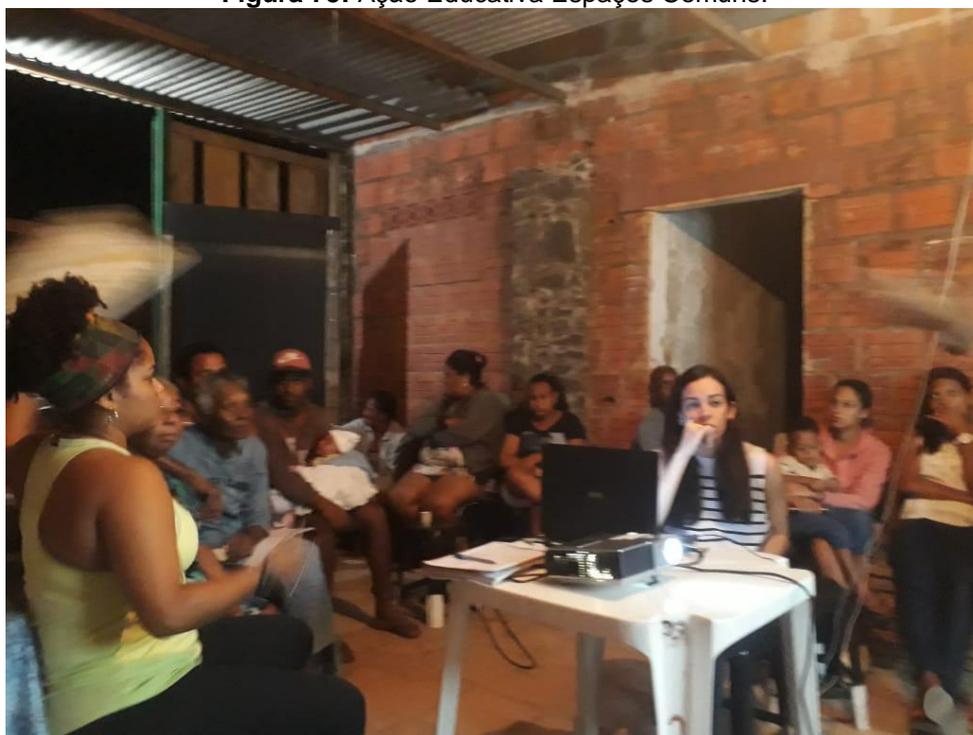
Fonte: Acervo da Equipe, 2018.

A discussão resultou na produção de um cartaz com as alternativas mais aceitas pelos moradores: composteira, coleta seletiva, fossa bananeira, uso da água de chuva e reúso das águas cinzas e a canaleta de tijolos para drenagem das águas pluviais e residuárias.

b. Ação Educativa Espaços Comuns

A ação educativa, ocorreu no dia 02/08/2018 com a participação de 30 pessoas, a atividade foi pensada levando em consideração o mapa dos desejos, compilado por meio do cadastro, onde muitos moradores trouxeram a necessidade de espaços de lazer para as crianças. Para introduzir o tema foi falado dos aspectos que formam o desenho urbano (os lotes, as calçadas, as ruas) e como um conforma o outro, da relação do lote com o espaço de uso comum/ coletivo, da importância de respeitar os limites do lote da casa, para garantir o espaço público da rua, e de reservar áreas para o uso coletivo (Figura 75).

Figura 75: Ação Educativa Espaços Comuns.



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

Pensando no desejo dos moradores e na importância de garantir esses espaços comuns, foram mostrados exemplos de praças e brinquedos infantis feitos com materiais alternativos, como pneus e *palletes*. Ao visualizarem que eram alternativas práticas que poderiam ser executadas na Ocupação, os moradores manifestaram a vontade de executar ao lado do Casarão, em uma área que muitos costumam sentar para conversar e as crianças gostam de brincar, algo inspirado nos exemplos mostrados. A partir desse interesse foi idealizada a oficina mão na massa, para executar de forma coletiva mobiliários para potencializar o uso deste local.

c. Ação Educativa Regularização Fundiária

Figura 76: Apresentação das ações educativas para Regularização Fundiária.



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Para esta atividade, que ocorreu no dia 02/08, contou com a participação de 30 moradores da ocupação. Tinha como objetivo explicar e discutir sobre os conceitos específicos que envolvem o tema da regularização fundiária, contudo, mediante a grande abrangência deste conteúdo e a complexidade dos termos técnicos, esta atividade procurou destacar de maneira didática alguns dos tópicos emergentes do mapa dos desejos: resultados coletados do cadastro socioeconômico.

Seguindo o padrão das oficinas anteriores, com o uso do Power point, a exposição contou em um primeiro momento com uma apresentação de ilustrações que visavam ampliar o repertório dos moradores e esclarece-los sobre o entendimento do tema “regularização fundiária”, e de quais são as suas implicações na cidade. Por meio dessa abordagem, foi possibilitado o entendimento sobre os aspectos estruturais e funcionais das cidades, partindo da escala macro à micro, trazendo os conceitos de cidade formal e informal, exemplos de intervenções urbanísticas de baixo custo a alto custo, principalmente em áreas públicas, e ou de ocupações já consolidadas, tanto no Brasil, como em outros países.

Dentre os tópicos evidenciados no mapa dos desejos destacou-se no primeiro momento: diferenças entre conjuntos habitacionais e condomínios abertos e fechados, as definições

que a legislação prevê para os processos que envolvem regularização fundiária de assentamentos irregulares, comentando sobre a importância do PDDU revisado de 2016, demonstrando sua aplicabilidade e interferência na produção das cidades.

Os usos de exemplos ilustrativos serviram para apresentar essas questões, demonstrando realidades similares às da ocupação, em paralelo às proposições da cidade formal, que passaram desde as habitações de cunho social como o Pedregulho em Brasília, à intervenções urbanas em assentamentos irregulares como foi na favela da Rocinha e de Santa Maria – RJ, Paraisópolis e São Bernardo do Campo - SP, evidenciando o protagonismo de alguns dos movimentos sociais, como o MSTs, que discutem o Direito à Cidade no atendimento da função social da propriedade, ressaltando o papel da união das pessoas inseridas nessas lutas e a necessidade de se capacitar.

Figura 77: Favela da Rocinha, 2018.



Fonte: <http://www.jauregui.arq.br/rocinha.htm>

Figura 78: Confecção de jogo de telhas com Garrafa PET.



Fonte: Acervo da Equipe Guerreira Maria Felipa, 2018.

A apresentação da maquete da ocupação (Figura 80), que se mostrou útil para o entendimento do terreno, das limitações e disposição dos lotes, evidenciando a necessidade da criação de acordos de vizinhança no intuito de criar um senso de organização espacial que vise o respeito às regras de convivência e de bem estar equânime para todos, na tentativa de simular a aplicabilidade e o funcionalismo quando está expressa pelos termos das Leis: 6.766/79 - Lei do Zoneamento do Uso do Solo, Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano – Lei 9.069/16 e no Plano Municipal de Habitação de Interesse Social, no Artigo 71º, Título III, Lei de Ordenamento do Uso e Ocupação do Solo – 9.148/16.

Figura 79: Maquete da Ocupação na escala de 1/500.



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Em um segundo momento, pode-se notar que a amostragem de ilustrações serviu para estimular a criatividade e o conhecimento dos moradores sobre as variadas tecnologias construtivas para habitações provisórias, com o uso de materiais recicláveis, como o telhado de garrafa pet, caixas de leite tetrapack, casas de madeira e o uso do Adobe e Hiperadobe.

No terceiro e último momento, foi apresentado o modelo de ficha de inscrição cadastral que estava sendo construído para ser entregue ao final deste trabalho a cada morador. O intuito desta última discussão foi em estabelecer uma linha de diálogo na qual possibilitasse aos moradores opinar e emitir sugestões sobre esta ideia, pois em cada ficha estaria contido dados cadastrais pessoais de cada família, bem como as descrições em medidas técnicas do lote, planta de situação e características físicas do imóvel.

Figura 80: Modelo da Ficha da Inscrição Cadastral Folha 01.

FICHA CADASTRAL COMUNIDADE GUERREIRA MARIA FELIPA		
Foto do Responsável:	Nº do Imóvel e Foto:	Localização na Comunidade:
DADOS CADASTRAIS		
Líder:	Sexo/Idade:	
Qtº de moradores vivem na Casa:	Cor/Raça:	
Documentação:	Qualificação Profissional:	
Grau de Instrução:	Ocupação:	
Celular:	M: MV:	
CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL:		
Materiais	Estrutura e Instalações	
CROQUÊ DO IMÓVEL		SONHOS PARA COMUNIDADE
REALIZAÇÃO		

Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Figura 81: Modelo da Ficha da Inscrição Cadastral Folha 02.

FICHA CADASTRAL COMUNIDADE GUERREIRA MARIA FELIPA	
ANEXOS (JOGO DE PLANTAS DO TERRENO E IMÓVEL)	
REALIZAÇÃO	

Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Como resultado desta oficina, destaca-se: compreensão parcial do conteúdo no tocante a situação atual em que se encontra o processo jurídico - linguagem adotada mostrou-se complexa para o entendimento dos moradores -; discussão os conceitos do direito à cidade e a moradia, bem como as leis que ordenam o crescimento da cidade a partir das ilustrações apresentadas, tornando-se evidente também as diferenças conceituais entre propriedade e posse; fomento das discussões no grupo de “whatsapp”, sinalizando o interesse que alguns moradores tiveram em compreender melhor as leis como o PDDU e a LOUOS; demonstraram interesse em querer discutir sobre o alinhamento das ruas e dos lotes, bem como a importância de estabelecer os acordos de vizinhança e da criação das fichas cadastrais; percepção sobre as vantagens e desvantagens de se ter um Apartamento, ou Casa (terreno), tornando evidente a curiosidade em aprender e aplicar alguns dos métodos construtivos que foram apresentados em seus lotes.

d. Ação Educativa Questões Urbanas

Na Ação Educativa das Questões Urbanas, que ocorreu no dia 07/08/2018 e contou com a presença de 31 participantes, foram utilizadas a apresentação em Power Point e o projetor como recurso para explicação dos temas: saúde, educação, segurança, iluminação, infraestrutura, transporte e serviços (Figura 82).

Figura 82 - Ação Educativa Questões Urbanas.



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

No jogo de slides preparado foram utilizadas ilustrações e informações sistematizadas sobre os direitos deles para estimular o debate. O objetivo é que passassem a enxergar a relação entre moradia, espaço urbano e a busca por seus direitos.

Nos temas de saúde, educação e transporte o foco para a apresentação foi no fornecimento de informações relacionadas aos serviços que os moradores têm direito, onde podem acessá-los e onde podem solicitar e reclamar, conversando com os moradores sobre tais iniciativas.

Em relação à saúde tratou-se dos Distritos Sanitários no município de Salvador, que eles são uma estratégia de construção do SUS no Município, além de ser um território menor que facilita o planejamento e a gestão e que eles estão situados no Distrito Sanitário de Itapuã. Também foram mencionados os tipos de unidades, os serviços prestados, o público atendido e os dias e horários de funcionamento. Ao final, os serviços de emergências foram citados e foi questionado aos moradores se sabiam em que situações deveriam chamá-los.

Como o tema Educação também seria tratado na Ação Educativa de Geração de Renda, em questões urbanas foi falado sobre a divisão da gestão por nível entre a Prefeitura Municipal de Salvador e Governo do Estado da Bahia. Em seguida foi mostrado o mapeamento feito com base no Cadastro Socioeconômico realizado na Ocupação, sendo nesse momento discutida a distância até as escolas e a dificuldade que isso impõe às famílias, tanto em relação a custos quanto a tempo para deslocamento. Por fim, foi falado das duas escolas mais próximas, as Escolas Municipais Bosque das Bromélias e Jardim das Margaridas, sendo a primeira uma conquista obtida pelos moradores que residem no Conjunto Bosque das Bromélias, e que até o momento atendem as demandas para os estudantes até o 8º ano do Ensino Fundamental.

Os temas segurança e iluminação, foram tratados em conjunto. Inicialmente, foram mostradas duas imagens de ruas sem movimentação de pessoas e com muros altos em ambos os lados. Perguntou-se aos moradores se sentiriam inseguros ao andar por essas ruas. Foi questionado como se sentiriam dentro dos muros, muitos disseram que se sentiram seguros. Em seguida, pediu-se que imaginassem uma situação em que estivessem dentro dos muros, e caso ouvissem um barulho fora dele e não tivessem como enxergar o que houve. O questionamento foi repetido e nesse momento alguns moradores disseram que prefeririam ter algum tipo de muro com abertura mínima para que pudessem visualizar o que ocorresse na rua.

As imagens seguintes mostravam ruas que se adequam aos conceitos apresentados por Jane Jacobs (2011) e Jan Gehl (2018) de ruas vivas, olhos na cidade e escala humana. Enquanto alguns moradores disseram que se sentiriam mais seguros andando nessas ruas, outros afirmaram que não relacionam grande quantidade de pessoas em um espaço com segurança e compararam a quando vão à Av. Sete de Setembro, no Centro da Cidade de Salvador. A insegurança em ruas menos movimentadas está relacionada à possibilidade de roubo,

estupro, sequestro, violências que costumam ocorrer em locais que não possuem, como chama Jacobs (2011), “olhos na rua”. Enquanto isso, nas ruas mais movimentadas, como a avenida citada pelos moradores, a insegurança se relaciona principalmente a furtos, quando é preciso ter atenção com as bolsas, carteiras e outros pertences.

Quanto à Iluminação, foi utilizada novamente uma imagem de referência que mostrava uma rua com pouca iluminação e foi feito o comparativo entre a baixa iluminação e a segurança. Em seguida foram mostradas imagens da disposição dos postes na Ocupação e comparadas ruas onde os postes possuem lâmpadas e as que não possuem. Por fim, foram mostradas ruas com uma boa distribuição dos postes e, conseqüentemente, bem iluminadas.

Com relação a infraestrutura foi questionado primeiro o que eles entendem por infraestrutura e muitos relataram ser a pavimentação, as redes de drenagem e esgotamento sanitário e postes de iluminação. Foi falado então que representa esse sistema de infraestrutura e também foram tratadas outras infraestruturas como transporte, educação, saúde.

Com relação a transporte foi iniciado falando da pirâmide inversa do tráfego, comparando-a com a realidade que vivem e como deveria ser. Em seguida foram mostradas imagens que comparam cruzamentos onde a prioridade são os veículos motorizados individuais e outras que as prioridades são os pedestres, ciclistas e meios de transportes coletivos. Nesse momento também foi feita a tentativa de relacionar as percepções que na maior parte pertencem ao segundo grupo (pedestres, ciclistas e usuários de transportes individuais) com relação a oferta, qualidade do que eles têm acesso e sensação de segurança. Referências de outras cidades e países foram trazidas para que pudessem ver outros cenários. Por fim, foi falado rapidamente do Plano de Mobilidade Sustentável de Salvador, em fase de finalização na época da Ação Educativa. Ficou claro que os moradores não sabiam o que era o Plano, sua importância, nem ouviram falar das audiências públicas realizadas para a sua elaboração. Pontuamos algumas ações específicas previstas no Plano como a substituição do trem do Subúrbio pelo Veículo Leve sobre Trilhos (VLT) e da construção do que estão chamando de VLT Metropolitano, que está previsto para ir do Aeroporto até Simões Filho passando pelo bairro de São Cristóvão e em seguida pela BR-526 Cia/Aeroporto. Para eles não ficou claro por qual parte da BR-526 passaria o VLT. Também foram passados números que poderiam entrar em contato com a Integra (consórcio do transporte de ônibus de Salvador) e com a Ouvidoria da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana (Semob).

Para tratar de serviços foi utilizado o mapeamento mostrado no seminário interno II de serviços existentes no entorno, nesse momento foi questionado quais eles acessam ou não

e por quais motivos. Também foi ressaltada a iniciativa de alguns moradores de suprir a falta de serviços empreendendo dentro da própria Ocupação.

Ao final desta Ação Educativa, os moradores mostraram que entenderam quais eram os seus direitos, também entenderam qual a diferença entre os serviços estaduais e municipais e porque não podem acessar alguns (geralmente os da rede municipal) em outros municípios, uma constante na região que vivem, de divisa com Lauro de Freitas e Simões Filho.

Ficou clara a relação de dependência dos moradores para com “Iara”, deixando a encargo da mesma em encontrar soluções para suas questões e não em tomar a iniciativa de se organizarem como coletivo para tal. Também se nota o uso dessa centralização de ações e iniciativas pela liderança como forma de controle e poder.

Eles demonstraram interesse em entender mais sobre determinados assuntos, como os cursos profissionalizantes e sobre atendimentos de saúde.

d. Ação Educativa Geração De Renda e Trabalho

A ação educativa sobre geração de trabalho e renda, ocorreu no dia 14/08/2018 e contou com presença de 23 moradores. Foram utilizadas a apresentação em Power Point e o projetor como recurso para explanação dos temas: formação escolar básica, cursos de formações profissionais, Benefícios previdenciários, cooperativa e Microempreendedor Individual (MEI). Nos slides produzidos foram utilizadas imagens, textos com conteúdo sobre cada tema, informações compiladas e perguntas com objetivo de estimular debates para melhor compreensão dos assuntos (Figura 83).

Figura 83: Ação Educativa Geração de Renda.



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

No que se refere à formação escolar básica, falou-se sobre a importância da continuidade desta como pré-requisito para acessar cursos profissionalizantes e o mercado de trabalho formal. Foi citado como forma de exemplificar a questão, o Centro Estadual de Educação Profissional em Tecnologia, Informação e Comunicação, localizado no Município de Lauro de Freitas, unidade mais próxima da Ocupação, que oferece cursos de educação básica e profissionalizante tais como: Programa de Educação Jovens e Adultos (PROEJA) - Educação básica concomitante ao profissionalizante para jovens e adultos que não concluíram o ensino médio, Educação Jovens e Adultos (EJA) - educação básica, e Educação Profissional Subsequente ao Ensino Médio (PROSUB) - para aqueles que concluíram o ensino médio.

Outro tema abordado foi relacionado aos cursos de formação profissional e a sua importância para valorização no mercado de trabalho formal. Apresentou-se critérios, períodos e algumas instituições que ofertam os cursos gratuitos, presenciais e a distância. Discutiu-se sobre a viabilidade de realização de cursos internos, ministrados pelos próprios moradores da Ocupação a partir de suas experiências e habilidades baseadas na profissão que o mesmo exerce. Os cursos internos foram almejados para serem realizados no casarão, espaço comum utilizado para atividades coletivas.

No que tange aos Direitos Previdenciários foram apresentadas as possibilidades de acesso, tipos de benefícios e critérios, conforme identificação do perfil dos possíveis beneficiários.

Foi abordado sobre as possibilidades de trabalhos autônomos na Ocupação a partir das habilidades e potencialidades existentes entre os moradores, como forma de garantir o acesso a renda, assim como complementar a mesma, como por exemplo vendas, construção civil, trabalhos manufaturados e coleta de resíduos. Com intuito de informá-los sobre a possibilidade da formalização o trabalho autônomo, apresentou-se o Microempreendedor Individual (MEI) e seus benefícios. Após a Ação Educativa ouviu-se relato de uma moradora que trabalha de maneira autônoma e que formalizou por meio do MEI.

Discutiu-se sobre o conceito e funcionalidade de uma Cooperativa. O tema decorreu de uma alternativa sugerida pelos moradores, do desejo em se organizarem e buscarem formas coletivas de geração de trabalho e renda. Após falar sobre o conceito de cooperativa, foi discutido com eles se esta seria uma alternativa viável para atender aos seus interesses. Os moradores consideraram que esta pode ser construída, desde que seja fortalecida a união dos que têm interesse de participar da cooperativa.

Diante da realidade dos moradores e da possibilidade de acessar serviços públicos e equipamentos sociais, falou-se sobre a importância de manterem os documentos pessoais atualizados e bem conservados. Outra questão abordada foram os meios pelos quais podem ter acesso ao comprovante de residência, sendo estes em associações de moradores, e instituições religiosas - desde que possuam CNPJ e carimbo - e o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS).

Dentre os resultados extraídos desta Ação Educativa estão as falas dos moradores, que reforçam a importância do curso profissionalizante para se especializar em uma determinada área e, assim, obter mais sucesso na busca por um trabalho. Alguns moradores se interessaram por maiores informações de como adquirir o MEI. A liderança informou ter feito aquisição de máquina de costura industrial com interesse em iniciar trabalho autônomo. Os moradores concordaram que ter acesso ao conhecimento traz benefícios para a vida pessoal, profissional e amplia a possibilidade de trabalhos, emprego e renda.

5.2 CIRCUITO CULTURAL

Dando seguimento às ações de educação não-formal, a equipe após experimentar no território as metodologias descritas anteriormente, percebeu a importância de trazer o lúdico como forma de dar leveza às discussões e de engajar mais moradores a participarem das atividades propostas. Pensou-se em levar música, cinema e arte para a Ocupação Guerreira Maria Felipa como uma forma de sensibilizar e estimular o acesso à cultura, já que na ocupação poucos desenvolvem atividades ligadas à arte.

a. Música

Figura 84: Apresentação da banda no Circuito Cultural.



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

O formato utilizado para o desenvolvimento da atividade do Circuito Cultural - Música foi inspirado no Swing & Prosa realizado pelo Grupo Participa Salvador em 2015 no bairro Engenho Velho da Federação. Foram definidos temas, músicas e perguntas para a discussão que tem relação com o contexto vivido pelos moradores da Ocupação, fazendo relação do os temas que estavam sendo trabalhos por cada integrante da equipe.

As músicas selecionadas permeiam diversos gêneros e períodos, a fim de garantir que os presentes tivessem identificação com elas. Considerando que as atividades geralmente ocorrem em um período de duas horas, foi definido um total de seis músicas e tempo máximo de 20 min para tocar e debater sobre os conteúdos. Abaixo consta a lista de músicas nas quais foram selecionadas para estimular a discussão:

- Xibom bombom - As meninas
- Nos Barracos da Cidade - Gilberto Gil
- Deixa o menino jogar - Natiruts
- Cidadão - Zé Geraldo e Renato Teixeira
- Alagados - Paralamas do Sucesso
- Psirico - Firme e Forte

A atividade ocorreu no dia 04 de setembro e contou com a presença de 13 participantes. Foram convidados o Urbanista Adam Martem e o Professor e Arquiteto Urbanista João Maurício para formarem a banda junto com Rodrigo, membro da equipe. Houve um imprevisto para chegada da equipe na Ocupação e a atividade programada para começar às 19hs, teve início apenas às 20hs, por conta disto, muitas pessoas não participaram da atividade, e também somente foi possível tocar e debater apenas as três primeiras músicas pensadas anteriormente e uma quarta sugerida pelo professor João Maurício, a música Lute de Edson Gomes.

Com a apresentação das músicas sugeridas pelo grupo, discutiu-se acerca do acesso à direitos e bens de consumo conquistados em função da política governamental a partir do ano de 2003, segundo fala dos ocupantes. Os moradores também trouxeram questões sobre a importância do voto eleitoral e dos representantes políticos que são escolhidos por meio dele e como isso pode diminuir a desigualdade entre as classes sociais, bem como questões relativas a questão fundiária, no tocante do Lei do PDDU 2016 de Salvador, bem como o Estatuto das Cidades, pontuado por uma moradora ao tratar relatar sobre a situação de conflito fundiário que perpassa a ocupação.

A educação foi mencionada por alguns moradores como um instrumento de luta para solucionar os problemas sociais, a exemplo, o investimento na educação das crianças como

contribuição na construção de um futuro mais justo no país. Foi feito um contraponto entre os direitos que temos garantidos nas leis vigentes e a necessidade de se lutar para acessá-los. Para os moradores a luta não deve se limitar ao âmbito individual, mas sim ao coletivo, como é realizado na Ocupação Guerreira Maria Felipa. Alguns moradores também falaram sobre a necessidade de lutar e pensar a coletividade além dos familiares e vizinhos, abrangendo a todos cidadãos que estão na mesma situação.

Figura 85 - Imagem da lateral do Casarão com citação de moradora da Ocupação.



Fonte: REIS, 2018; Elaborado pela equipe, 2018.

A atividade foi de grande relevância, despertando o interesse dos moradores presentes sobre a relevância de lutar pelos seus direitos e se manterem mais unidos para alcançarem êxito em suas reivindicações. Ficou evidente pelos que estavam presentes que consideraram a atividade uma maneira leve de finalizar o dia, mesmo debatendo sobre temas que retratam a difícil realidade vivenciada. Ao final sugeriram que mais atividades do mesmo caráter fossem realizadas.

b. Cinema

A primeira sessão de Cinema ocorreu no dia 11 de setembro de 2018 e contou com a presença de 21 (vinte e um) participantes. Considerando a importância dos temas ambientais para a realidade da Ocupação Guerreira Maria Felipa, foram escolhidos 7 pequenos curtas, com duração média de 2 minutos cada, elaborados pelo Instituto Akatu disponíveis na plataforma do YouTube, chamados de Consciente Coletivo (Figura 86 e 87). Os vídeos apresentam discussões relativas ao consumo consciente, disponibilidade e utilização dos recursos naturais, como as relações e ações coletivas interferem positiva e negativamente no meio ambiente e ao final apresentam ações coletivas e individuais que auxiliam a preservação do meio ambiente.

Figura 86: Imagem da animação Consciente Coletivo Instituto Akatu.



Fonte: CONSCIENTE COLETIVO, 2010.

Figura 87: Exibição do filme no Circuito Cultural Cinema.



Fonte: Acervo da equipe, 2018.

A partir da exibição dos vídeos, discutiu-se sobre a importância da sensibilização e conscientização quanto às questões ambientais e sobre os impactos das ações antrópicas no ambiente, seja negativa ou positivamente. Temas como consumo consciente de bens e serviços, água e energia foram abordados, bem como o processo produtivo desses bens, do abastecimento e tratamento da água e como ela chega encanada para consumo, e a produção energética.

Ao final, a série de vídeos traz alternativas de boas práticas que auxiliam na manutenção positiva do meio ambiente e reforça a importância de uma ação em cadeia, com participação de todos.

5.3 MÃO NA MASSA

A atividade, que foi intitulada Mão na Massa, foi pensada para que algo fosse construído na Ocupação, sendo que os moradores demonstraram interesse pela construção de um Espaço Comum e de Fossa Bananeira modelo em um dos lotes. Até o momento apenas o Espaço Comum, um espaço de lazer para crianças e convivência para crianças e adultos foi construído. Apesar da Fossa de Bananeira ter interessado aos moradores, na apresentação da equipe de residentes no Seminário Interno II, foi questionado se essa solução para o esgotamento sanitário seria a mais adequada a realidade da Ocupação. Sendo assim, está prevista discussão de outra alternativa, a fossa séptica de evapotranspiração, na etapa de trabalho que ocorrerá em 2019 para entender coletivamente qual solução terá melhores resultados na Ocupação.

a. Construção De Espaço De Lazer e Convivência

A primeira atividade do Mão na Massa foi a Construção de Espaço de Lazer e Convivência, sendo a escolha por este espaço para direcionar os esforços da equipe às crianças, que apesar de não serem o foco das ações na comunidade se mostram um grande potencial no que tange ao interesse na participação e no interesse pelos temas.

A decisão sobre os materiais a serem usados levou em consideração as imagens levadas aos moradores no dia da Ação Educativa de Espaços Comuns que trazia estruturas parecidas, construídas com materiais que eles acessam facilmente, como *pallets* e pneus.

A marcação do dia do Mão na Massa levou em consideração a disponibilidade da liderança, dos moradores, da equipe e do tempo necessário para execução do que foi planejado. Marcou-se então no sábado, dia 29/09/2018, às 14h, contando que os moradores conseguiriam os materiais com antecedência e fariam a limpeza e pintura dos pneus um dia antes (Figura 88 à 89).

Ocorreram diversos conflitos durante a semana com a relação à dificuldade que eles apresentaram para conseguir alguns materiais, a falta de iniciativa de alguns moradores, a centralização das ações e tomadas de decisão pela liderança e a indisponibilidade de moradores que possuem carro para os buscarem. Deixou-se claro desde o início que o programado não seria realizado caso não conseguissem os materiais e após várias idas e vindas, eles conseguiram e fizeram a limpeza e pintura dos pneus.

As crianças tiveram um papel fundamental no processo de construção do Espaço de Lazer, ajudaram os adultos no dia anterior a limpar e pintar os pneus e assim como no dia da Ação

contribuíram no que tinham habilidade em diversas etapas, tais como: coleta de resíduos espalhados pela área, montagem dos pneus usados no espaço, e organização do material.

Como forma de registrar o momento a equipe convidou a fotógrafa Diana Reis, que se dispôs a colaborar com o processo. Além de fotografar a integração dela com as crianças foi de grande valia e resultou em ótimos registros realizados pelas crianças. Essas fotos estão previstas para serem entregues aos moradores na finalização das atividades da equipe este ano por meio da RAU+E, após a realização de uma atividade de exposição e integração entre os moradores e a equipe.

Figura 88: Separação de pneus para construção do Mão na Massa.



Fonte: REIS, 2018.

Figura 89: Crianças participando da construção do Mão na Massa.



Fonte: REIS, 2018.

Figura 90: Construção do Mão na Massa.



Fonte: REIS, 2018.

Figura 91 - Finalização da construção Mão na Massa.



Fonte: Crianças da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

5.4 OUTRAS AÇÕES

Para facilitar a comunicação com os moradores foi criado um grupo no aplicativo *whatsapp*, com finalidade inicialmente pensada para marcar e confirmar a realização de reuniões. Percebendo a interação que ocorria no grupo do aplicativo ao final das ações realizadas pela equipe e o interesse por compartilhar dados e informações relacionadas a elas, a equipe percebeu a potencialidade do aplicativo como forma de complementar e fomentar outras discussões por meio de textos, imagens e vídeos.

Como consequência, na semana que sequenciava as Ações Educativas foram enviados vídeos e fotos que se relacionavam com os temas abordados. A interação dos moradores no aplicativo começou a passar por outros temas que complementavam as discussões realizadas e organização das atribuições de cada morador para que as ações previstas ocorressem na Ocupação.

5.5 AÇÕES PREVISTAS

Considerando o tempo estabelecido para finalização da especialização, algumas atividades programadas não foram realizadas. Estas serão retomadas após a defesa final dos integrantes e pretendem contemplar outra sessão de Cinema, com tema a ser definido. Uma oficina de artesanato para elaboração de molduras que os moradores poderão levar para casa com fotos, em conjunto com uma exposição de fotografias e outro Mão na Massa que atenderá a demanda dos moradores apresentada na Ação Educativa de Saneamento.

6. PROPOSIÇÕES RELATIVAS A REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

A construção da proposta de atuação da assessoria técnica derivou de um longo processo de envolvimento e submersão no âmago do território, frutos de uma intensa investigação para se obter as reais demandas a serem trabalhadas – seja no dia a dia da ocupação, nas visitas técnicas semanais, participação dos eventos e atividades internas e externas da ocupação, no fortalecimento das relações junto as lideranças do movimento MSTB, na relação de confiança estabelecida junto aos moradores e nas oficinas desenvolvidas. Este processo é intitulado por Nunes (2002) como “as condições para a intercompreensão, resultando na construção do processo participativo”, pois é a partir dessas relações que os parceiros se reconhecem mutuamente como sujeitos, e desejam a troca. A partir da busca do entendimento mútuo, é que será consolidado os acordos, baseados nas exigências recíprocas entre ambos (atores sociais do processo), validada em três campos: Verdade, Justiça e Sinceridade.

Consolidado o atendimento dessas exigências, tornou-se viável o desenvolvimento das atividades realizadas em campo, ressaltando que algumas foram consolidadas durante o processo de assessoramento, enquanto que outras já haviam sido pré-determinadas na elaboração do Plano de Trabalho, pois neste caso, a questão do conflito fundiário se apresentava como demanda emergencial de ser trabalhada. Assim, estreitava-se os canais de proximidade e de confiança entre a equipe – movimento MSTB e os moradores.

Figura 92: Comemoração de 1 ano de ocupação.



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Figura 93: Oficina de implantação de Horta Comunitária.



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

As proposições deste trabalho foram balizadas por meio do Cadastro Socioeconômico, Diagnóstico Coletivo e o Específico (capítulo III), Oficinas juntamente com as Ações Educativas e Circuito Cultural (capítulo V,) sendo possível a constatação das reais demandas, que foram trabalhadas a curto, meio e pós-rezsidência. Esta assessoria técnica assumiu o desafio de propor ao final deste trabalho, a formulação de produtos acessíveis de serem utilizados pelo movimento MSTB em razão de suas demandas emergenciais e a favor do pleito dos moradores, alcançado o objeto principal e específico determinado por este trabalho, no atendimento também das demandas estabelecidas pela Residência AU+E/UFBA.

6.1 PROPOSIÇÕES A CURTO PRAZO – DIAGNÓTICO FUNDIÁRIO

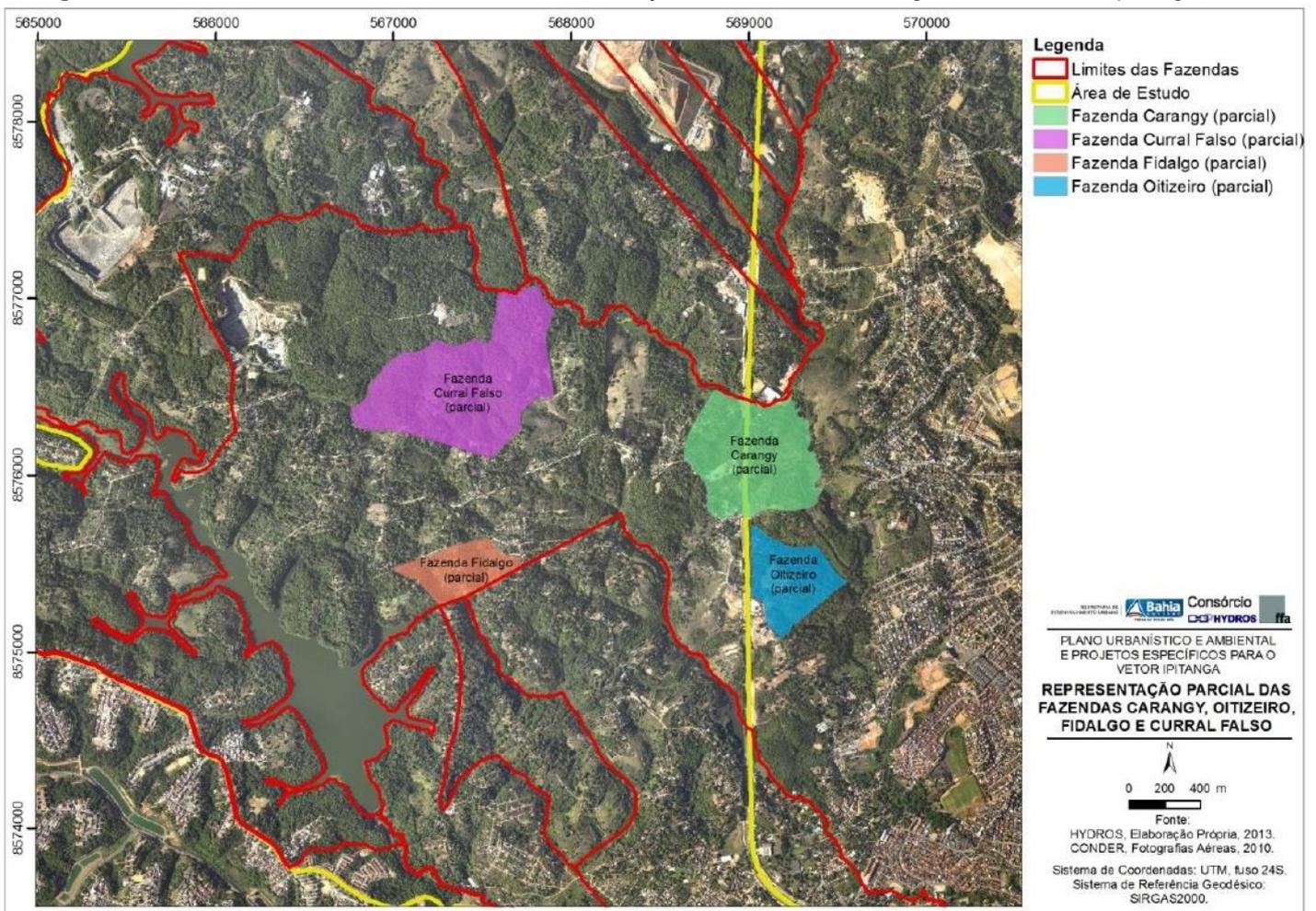
Como trabalho desenvolvido a curto prazo, vale ressaltar que a ocupação se encontra em situação de litígio judicial conforme descrito no capítulo III, tornando-se uma região inapta a um processo de regularização fundiária. Um processo dessa magnitude invoca o atendimento de outros quesitos para se implementar, entendido que este processo conforme explicita o PDDU (2016) de Salvador no Art. 71, cujo afirma na “Seção IV – Da Regularização Fundiária das Áreas Ocupadas Urbanizáveis” segue o rito normativo de ser desenvolvidas por etapas, que compreendem em primeira instância a formulação do Plano de Massas da Urbanização, Jurídico-Legal e o Plano de Ação Social, cujo se destacam alguns instrumentos urbanísticos a serem aplicados a determinada região, entre eles constam a Demarcação Urbanística, Legitimação de posse de acordo com prevê os termos da lei 11.977/09 (MCMV) e da nova Lei de Regularização 13.465/17.

Em reuniões do autor desse texto junto aos integrantes do IDEAS e aos coordenadores do movimento MSTB, foi avaliado que para qualquer tomada de decisão, tanto que venha a implicar no embasamento de uma peça jurídica em defesa do movimento MSTB legitimando os moradores - reais posseiro do terreno -, no processo de nº 0582043-60.2016.8.05.0001 datado de 30 de novembro de 2016, com o pedido de liminar, que tramita na justiça de autoria do dito proprietário, como em um possível processo de regularização fundiário futuro que venha a definir o uso de instrumentos urbanísticos previstos tanto na Lei 9.069/2016 - PDDU (2016) de Salvador, como pela Lei 10.257/2001 – Estatuto das Cidades, o primeiro passo consistiu no levantamento de dados e na investigação documental em diversas fontes, tanto primárias como secundárias e adicionalmente, em pesquisa de campo, junto se for possível a proprietários da área em questão, organizando todos os documentos relativos a origem e procedência do terreno, resultando na constituição do Diagnóstico e Leitura Fundiária. O diagnóstico fundiário conseguiu ser desenvolvido a curto prazo atendendo a esta demanda

emergencial do movimento, e se encontra descrito no capítulo III, tópico “C”. Quanto a Leitura Fundiária foi desenvolvida em um segundo momento.

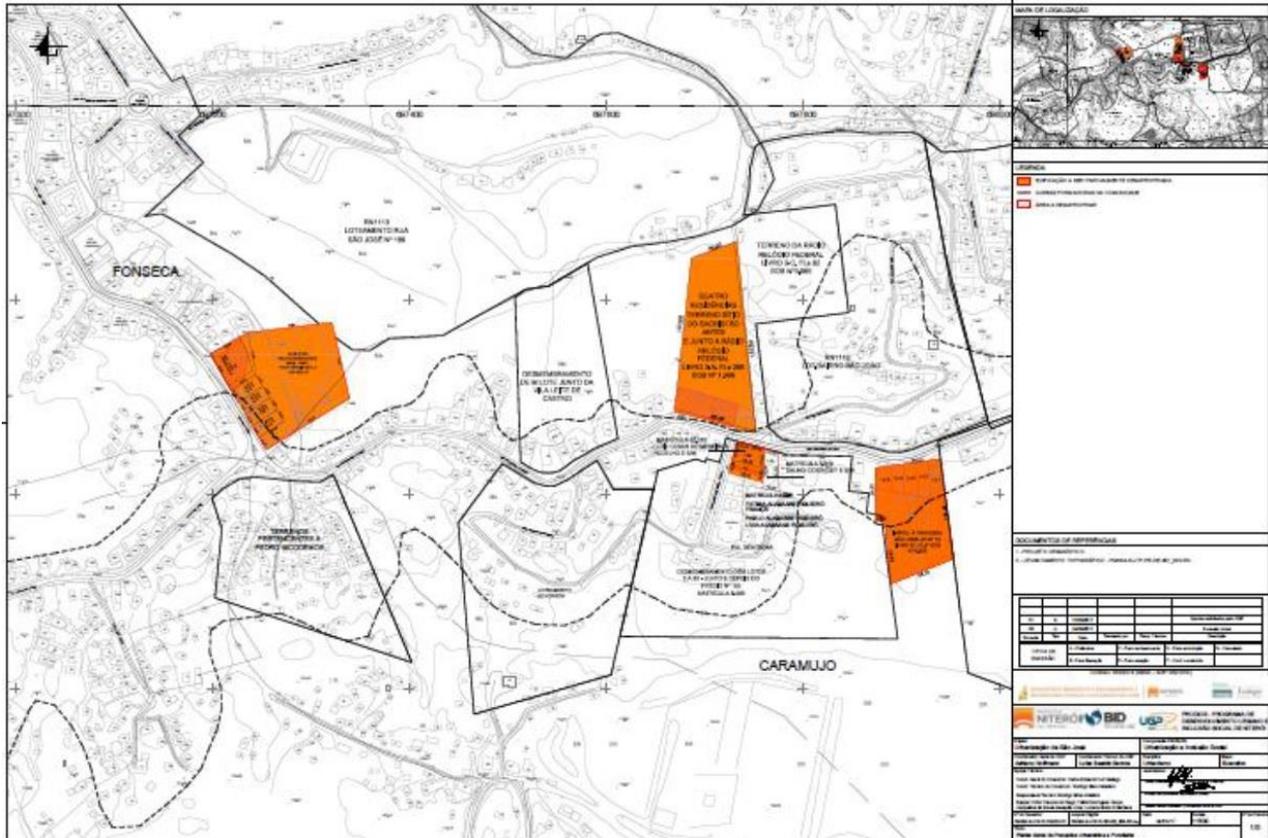
Estes requisitos podem ser notados em outros trabalhos que envolveram a regularização fundiária de áreas passíveis de serem implementadas, como o Plano Urbanístico e Ambiental e Projetos Específicos para o Vetor Ipiranga (2013) na Bahia – área de trabalho adjacente a região que se encontra a ocupação atualmente -, que teve como princípios a regularização de uma área pleiteando a permanência das famílias que ali estavam cadastradas, com a ampliação das condições de habitabilidade, integrando-as a cidade formal e com a preservação, recuperação e melhoria da qualidade do meio ambiente, reforçando a função social da propriedade e da posse na região. Outro trabalho que evidencia isto foi o Plano de Trabalho para Execução do Projeto de Regularização Fundiária – Da Comunidade São José, Niterói (2017), que consistiu em uma de suas etapas o entendimento sobre a situação urbanística, fundiária e ambiental da área de intervenção, determinando quais ações seriam tomadas encaminhadas.

Figura 94: Leitura Fundiária do território e suas delimitações, constantes no Diagnóstico do Vetor Ipiranga, 2013.



Fonte: Plano Urbanístico e Ambiental e Projetos Específicos para o Vetor Ipiranga (2013).

Figura 95: Leitura Fundiária do território e suas delimitações, constantes no Diagnóstico de São José, Niterói, 2017



Fonte: Plano de Trabalho para Execução do Projeto de Regularização Fundiária – Comunidade São José, Niterói (2017).

6.2 PROPOSIÇÕES A MÉDIO PRAZO – LEITURA FUNDIÁRIA E FICHA CADASTRAL

A partir do Diagnóstico Fundiário foi possível determinar todos os atores que estavam envolvidos neste processo, bem como os documentos comprobatórios das informações pertinentes ao terreno, munindo a assessoria jurídica do movimento de argumentos factíveis para a confecção da defesa frente ao processo judicial. Como desdobramento desse primeiro produto, a Leitura Fundiária foi desenvolvida a médio prazo – temporalidade prevista para o término da residência, juntamente com a confecção das fichas cadastrais de cada lote identificando seu respectivo dono. Este processo resultou em um segundo produto que consta: elaboração de levantamentos cadastrais com a confecção de mapas fundiários, cartografia básica e topográfica, cadastro físico, social e fundiário com plantas técnicas que possibilitaram descrever a região tanto na escala macro – Territorial, como micro – Ocupação.

Destaca-se alguns **projetos referenciais** que nortearam essa segunda ação: Plano de Trabalho para Execução do Projeto de Regularização Fundiária – Da Comunidade São José, Niterói (2017), o trabalho militante e proativo a favor dos direitos ao teto e reforma urbana da CTPE – Confederación de Trabajadores de la Economía Popular na Argentina e o processo de regularização fundiária da Rocinha por meio do programa “Papel Passado” (2004).

O Plano de Trabalho para Execução do Projeto de Regularização Fundiária – Da Comunidade São José, Niterói (2017) foi um projeto de regularização fundiária no qual alguns eixos deste trabalho direcionaram as ações deste trabalho. O primeiro procedimento que fez parte do plano de trabalho em São José foi a confecção do Diagnóstico Fundiário aliado a Leitura Fundiária. A Leitura Fundiária consistiu na elaboração de levantamentos Planialtimétricos Georeferenciados, topográficos, gerando mapas fundiários que descreveram a poligonal da região em que seria implementado o projeto de regularização, constando a descrição das quadras, frações condominiais e suas divisas, perímetro das construções, infraestrutura, vias de acesso e altimetria, gerando um jogo de mapas e plantas impressos na escala de 1:500.

Figura 96: Planta Geral com foto aérea – atualização cadastral - Comunidade São José.



Fonte: Plano de Trabalho para Execução do Projeto de Regularização Fundiária – Comunidade São José, Niterói (2017).

O cadastro físico social e fundiário como destaque na figura 96, teve como intuito obter dados específicos de cada lote de dos seus respectivos moradores, demarcando a área de cada lote, edificações existentes, e croquis das unidades imobiliárias. Para identificação de cada lote, os cadastros desenvolveram a seguinte nomenclatura: NNNNNC, onde NN identifica o número do núcleo, NN o nome do núcleo e NC o número da casa, os dados serão inseridos na base do **Sistema de Referência Geocêntrico para as Américas SIRGAS** para a Prefeitura Municipal de Niterói.

Outro referencial foi a CTPE – Confederacion de Trabajadores de la Economia Popular na Argentina. Se trata de uma confederação de trabalhadores, que se organização em uma entidade sindical apartidária, integrada aos movimentos sociais de diversas origens políticas. O sistema de trabalho dessa confederação é baseado na autogestão, com envolvimento político em diversos setores e entidades sindicais da sociedade, destacando os trabalhadores que tem conhecimento na área de construção civil, cujo desenvolvem trabalhos de execução de suas próprias obras, e com isso consolidaram a construção de diversos bairros populares, como é o caso dos distritos habitacionais para a população de baixa renda.

Figura 97: CTPE na exigência por terra e moradia na Argentina, 2014.



Fonte: <http://ctepargentina.org/>

O desenvolvimento desses setores ligados à área de construção civil, tem como base estrutural a sistematização dos recursos obtidos por meio do suporte do Ministério de Planejamento da Argentina, que dispõe de uma receita aplicada na promoção de obras públicas e capacitação técnica das pessoas que desejam receber treinamento para a área de esta área. Constantemente o Ministério do Planejamento realiza por meio desse sistema uma avaliação do conhecimento das organizações que estão cadastradas nesse sistema, afim de fiscalizar a qualidade dos serviços e das soluções adotadas pelas mesmas no desenvolvimento dos seus trabalhos.

Além disso, a CTPE sistematiza o cadastro das famílias que estão filiadas a algum dos movimentos que faz parte dessa organização, compilando seus dados em um sistema de fichas cadastrais, que constam a situação socioeconômica da família e a localização de sua habitação. Dessa forma, por meio dessa instância política os trabalhadores sentem-se representados por uma força capaz de pressionar o estado para obtenção de seus direitos, sendo um desses o direito a reforma urbana, afim de que possam ser concedidos terrenos para construção de habitações.

No dia 10 de outubro de 2018, por meio de uma agenda de lutas promovidas pela CTPE, exigindo do estado o provimento de habitações populares para as pessoas que se encontravam desabrigadas, ou em péssimas condições de habitabilidade, por meio dessas pressões populares sobre o estado, o Senado Nacional aprovou uma Lei que desapropriava terras dos 4416 bairros populares na Argentina, declarando que as terras desses bairros passariam a ser públicas, com a suspensão de despejos das pessoas que por ventura não tenham condições de pagar contas de água, eletricidade, esgoto por 4 anos, estabelecendo que 25% das obras serão executadas nas mãos das cooperativas.

Figura 98: CTPE – Bairros Populares exigindo obras de infraestrutura e moradia, 2018.



Fonte: <http://ctepargentina.org/se-aprobo-la-ley-integracion-urbana-los-barrios-populares/>

Como terceiro referencial, em 2004 a prefeitura do Rio de Janeiro lançou um programa “Papel Amassado”, que estava inserido na Política Nacional de Regularização Fundiária sustentável. À área na qual seria desenvolvido o projeto de regularização fundiária, proposto pela ONG Fundação Centro de Defesa dos D.H Bento Rubião se enquadrava em uma AEIS – Área Especial de Interesse Social. Essa área pertencia a uma companhia que negociou lotes na região, resultando em inúmeros contratos de promessas de compra e venda das frações ideias adquiridas pelo público, que em alguns casos apresentavam esses contratos e outros com escrituras definitivas. Na maior parte dos casos, esses lotes não foram registrados no cartório de registro de imóveis, resultando um único número no registro da matrícula para a maior parte das pessoas, que não tinham conhecimento das definições exatas de seus lotes, pois também não foi constatado nenhum projeto de parcelamento do solo para aquela região.

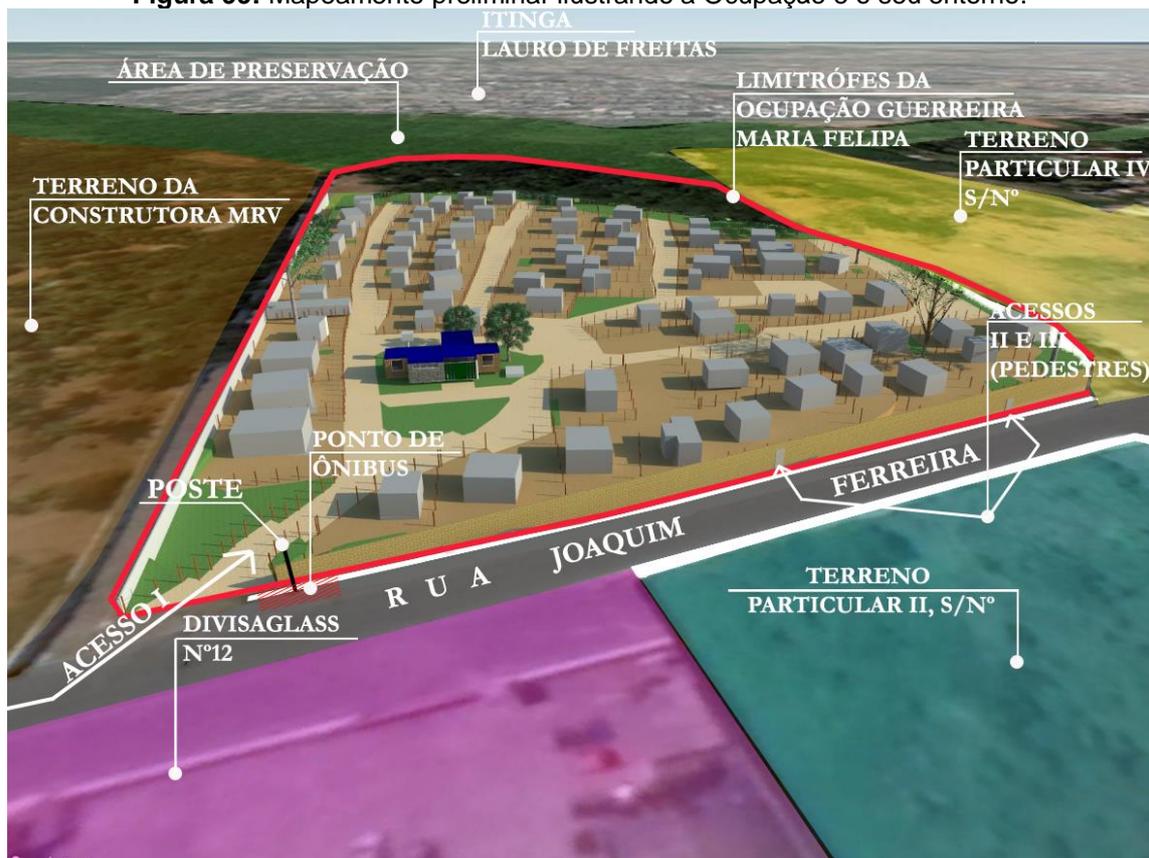
O projeto proposto pela ONG partiu do princípio de ações judiciais coletivas e individualizadas. Para as áreas contidas no perfil único de matrícula, foi elaborado um projeto de parcelamento do solo partindo do seguinte procedimento: Levantamento Cadastral Socioeconômico das Famílias, Levantamento Físico – Fundiário dos Lotes, recolhimento de documentos pessoais, elaboração das Plantas por Lotes anexando isto as fichas cadastrais exclusivas de cada família, para que assim, pudesse ser concluído este processo com ações judiciais. Neste caso específico foi utilizado o instrumento urbanístico para delimitação dos lotes para realizar as ações judiciais: Demarcação Urbanística.

Com a exposição supracitada, se obtém vários elementos que justificam e embasam a construção dessa segunda ação proposta por este trabalho. Em Salvador, um dos requisitos que a SEDUR do município exige para aprovação de um projeto de regularização fundiária é a Planta de Localização e Situação na escala de 1:1000, onde deva se constar os limites do terreno, com a numeração dos prédios vizinhos, cotas, posição do meio fio e largura de passeio e rua. Caso não haja essas descrições, buscar-se-á algum referencial de imóvel próximo a localização do terreno.

Deverão constar na planta de situação os limites do terreno, delimitações de edificações cotadas, orientação do terreno bem como o quadro de áreas constando: Área Total do Terreno, Área Total construída, Taxa de Ocupação, Taxa de permeabilidade, Gabarito de Altura, Coeficiente de Aproveitamento e Áreas de cada unidade que constam no condomínio parcelado. Além desses itens, deve estar anexo a essas plantas a documentação comprobatória de uso do terreno como as cartas de viabilidade das concessionárias públicas: água, luz, esgoto, escritura pública registrada em cartório, memorial descritivo e as certidões de débitos dos tributos que incidem sobre a propriedade como IPTU, ISS e o DAM.

Contudo, esse trabalho não se debruçou em atender a todas essas questões exigidas, entendendo que a área em questão se encontra sob litígio judicial. O intuito de se realizar os levantamentos cadastrais gerando a confecção de uma leitura fundiária consistiu na construção de instrumentos que visavam estabelecer uma resistência proposita frente a situação fundiária exposta, fortalecendo o movimento e as famílias da ocupação em sua permanência no território. Caso o processo que tramita na justiça venha a conceder parecer positivo a posse do movimento sobre o terreno, deverá ser avaliado essa nova situação junto aos atores sociais envolvidos neste processo a fim de se propor um novo plano de trabalho que vise desenvolver uma proposta de regularização fundiária do assentamento em questão.

Figura 99: Mapeamento preliminar ilustrando a Ocupação e o seu entorno.



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Para que fosse viabilizado os levantamentos Planialtimétricos, foi necessário a disposição de instrumentos de medição e técnicos capacitados para operar tais meios, contudo, visto que a residência não oferece tal suporte, buscou-se estabelecer parcerias externas que pudessem pleitear tal empreitada. Assim, em reuniões junto ao chefe de Departamento do curso de Engenharia de Agrimensura e Cartografia da escola politécnica da UFBA, Dr. Artur Caldas Brandão, foi apresentado a proposta desse projeto para a ocupação, consolidando a parceria UFBA/Politécnica. Este trabalho contou com o suporte técnico de todos os equipamentos e pessoas capacitadas para consolidação da proposta, como contrapartida, a ocupação será pleito de trabalho acadêmico dos estudantes do curso de graduação.

Composta uma equipe de 02 estudantes do curso de engenharia civil da Politécnica, do Diretor Técnico da empresa júnior DATUM Engenharia, juntamente com moradores que se fizeram presentes nos momentos da medição dando suporte, foi viabilizado a obtenção dos dados necessários para realização dos levantamentos e confecção dos mapas e plantas, todas georeferenciadas e com as respectivas elevações em relação ao nível do mar, baseados no sistema SIRGAS 2000, UTM zona 24S, EPSG 31984.

Figura 100: Reunião preliminar para definição da metodologia de trabalho.



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Figura 101: Instrumentos utilizados nas primeiras medições.



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Como instrumentos de trabalho para as medições e delimitações dos lotes, quadras e da poligonal do terreno foram utilizados: Plantas da ocupação em formato de croqui; Trena de 50m – utilizadas na triangulação dos lotes; GPS de navegação modelo etrex garmim 10; GNSS geodésico modelo DETGGL17P considerando uma base estática para captura dos dados via satélite GLONASS e outro móvel – receptor desses sinais; pontaletes e tinta com pincel para que fosse possibilitado a identificação dos pontos cadastrais de cada lote, quadra e da poligonal do terreno em loco. Para aqueles locais em que não constavam marcos delimitadores de área, ao passo em que fosse executado as medições, esses pontos seriam criados, marcados em loco e registrados na planilha de medição.

Figura 102: Medição dos lotes por triangulação.



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Figura 103: Base Estática e móvel do GNSS.



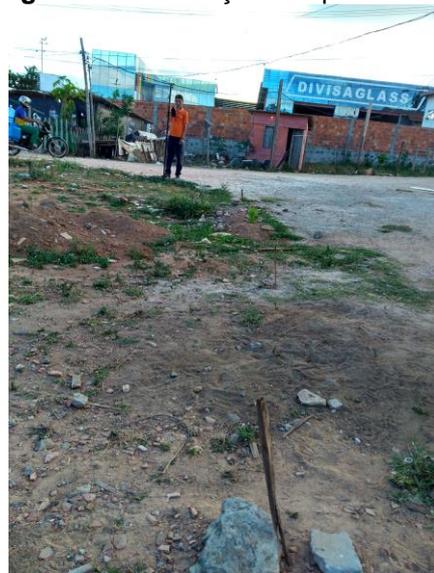
Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Figura 104: Identificação dos pontos de medição.



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Figura 105: Marcação dos pontaletes.

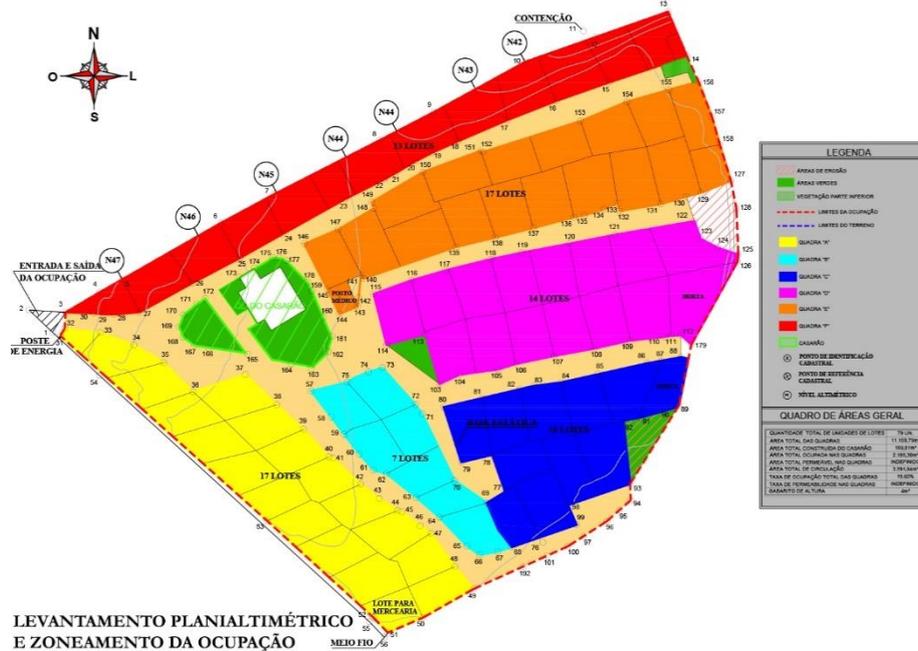


Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

6.2.1 PROPOSIÇÕES A MÉDIO PRAZO – RESULTADOS

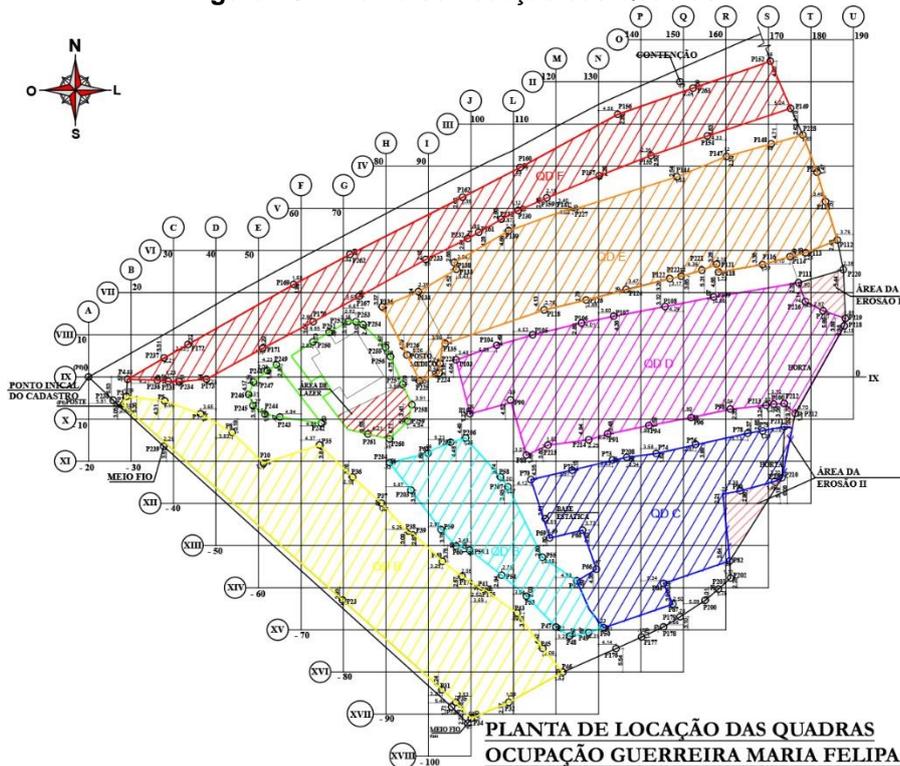
Após a conclusão dos levantamentos, todos os dados obtidos foram processados, compilados, digitalizados, e também estão dispostos nos anexos do final deste trabalho para consulta. O resultado de todo esse processo implicou na criação de 179 pontos de medição aferidos pelo GNSS Geodésico e 172 pontos nas subdivisões dos lotes, resultando em um total de 351 pontos cadastrados e identificados em loco. As medições do GNSS Geodésico tiveram como intuito definir as poligonais do terreno e da formação de todas as quadras da ocupação, determinando os níveis de elevação em vários pontos da ocupação (NX – nível x), definindo assim curvas de nível, configurando o mapa topográfico, enquanto que as medições internas dos lotes foram realizadas por triangulação, delimitando o formato dos mesmos nas quadras, resultando nos mapas e gráficos descritivos pela figura 106, 107 e 108.

Figura 106: Levantamento Planialtimétrico e de Zoneamento da Ocupação.



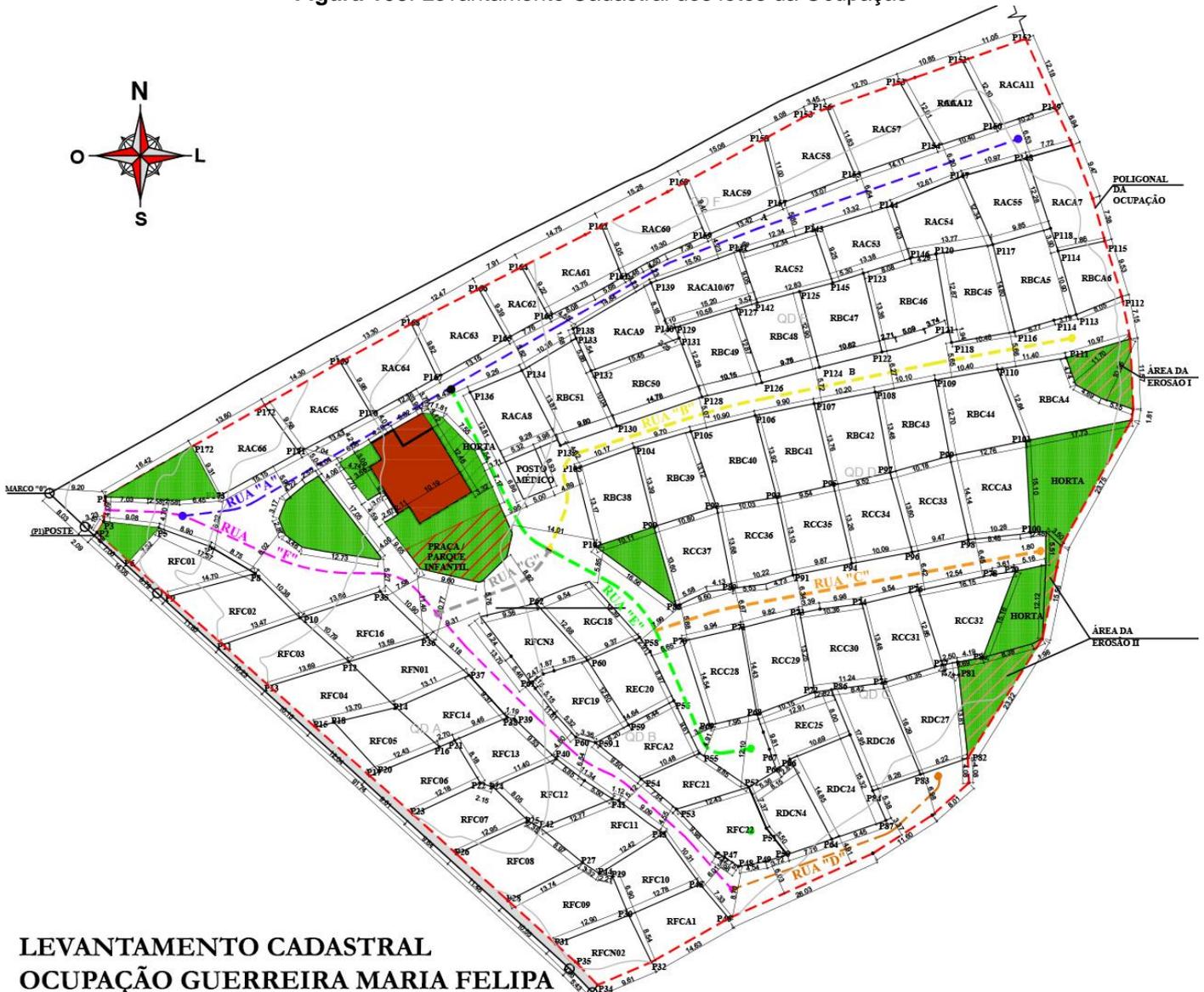
A fim de identificar os pontos das medições em um sistema de informações cartográficas de localização e tabulação geodésica, descrevendo as coordenadas geográficas dos mesmos e apontando para o marco inicial das medições, foi elaborada uma planta de locação que compila todas essas informações em um sistema de Abcissas e Coordenadas denominadas por letras do alfabeto de A – Z (X) e algarismo romano I – XVIII (Y), espaçadas a cada 10m.

Figura 107: Planta de Locação das Quadras.



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Figura 108: Levantamento Cadastral dos lotes da Ocupação



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Conforme o cadastro físico – social - fundiário de referência aplicado no Plano de Trabalho para Execução do Projeto de Regularização Fundiária – Comunidade São José, Niterói (2017), a ocupação recebeu sua própria identificação cadastral conforme está destacado na figura 80, informando o nº cadastral de cada imóvel, semelhante ao número de matrícula nos cartórios de imóveis, cujo na planta pode-se constar as delimitações dos mesmos com seus respectivos vizinhos, demarcando suas respectivas áreas. Cada lote, recebeu a seguinte nomenclatura: RNCNN, onde RN identifica a letra da rua, CNN a casa constando o número de inscrição. Para os lotes que não tem identificação, ou se encontram vazios, foi adotado a nomenclatura RNCNNN, com a diferença nas três últimas letras NNN, definidos como NNN correspondente a letra inicial da casa e o número - exemplo RFCN01). Todos esses dados serão inseridos na base do SIRGAS e se encontram disponíveis no acervo geral de cadastro da ocupação, bem como na ficha individual de cadastral familiar por lote.

No tópico “B” do diagnóstico, foi identificado que muitos dos lotes sofreram distorções em suas dimensões, além das intervenções dos agentes externos na ocupação - fontes que intensificaram os conflitos internos. Este fator se confirmou com a realização deste levantamento cadastral técnico, cujo as áreas específicas dos lotes que outrora foram projetadas para atender as exigências da Lei 6.766/79 - Parcelamento do solo, e a Lei 9.148/16 - Lei de Ordenamento do uso do solo e da Ocupação do Solo do Município de Salvador - (2016) não atendem ao que foi previsto. Desta forma, foi elaborado mapas específicos que detalham cada quadra no objetivo de identificar os lotes que estão superdimensionados e os que não atendem aos requisitos da lei, sendo identificados 24 lotes irregulares, passíveis de serem regularizados conforme as figuras 109, 110, 111, 112, e 113.

Figura 109: Lotes regulares e irregulares da quadra “A”.

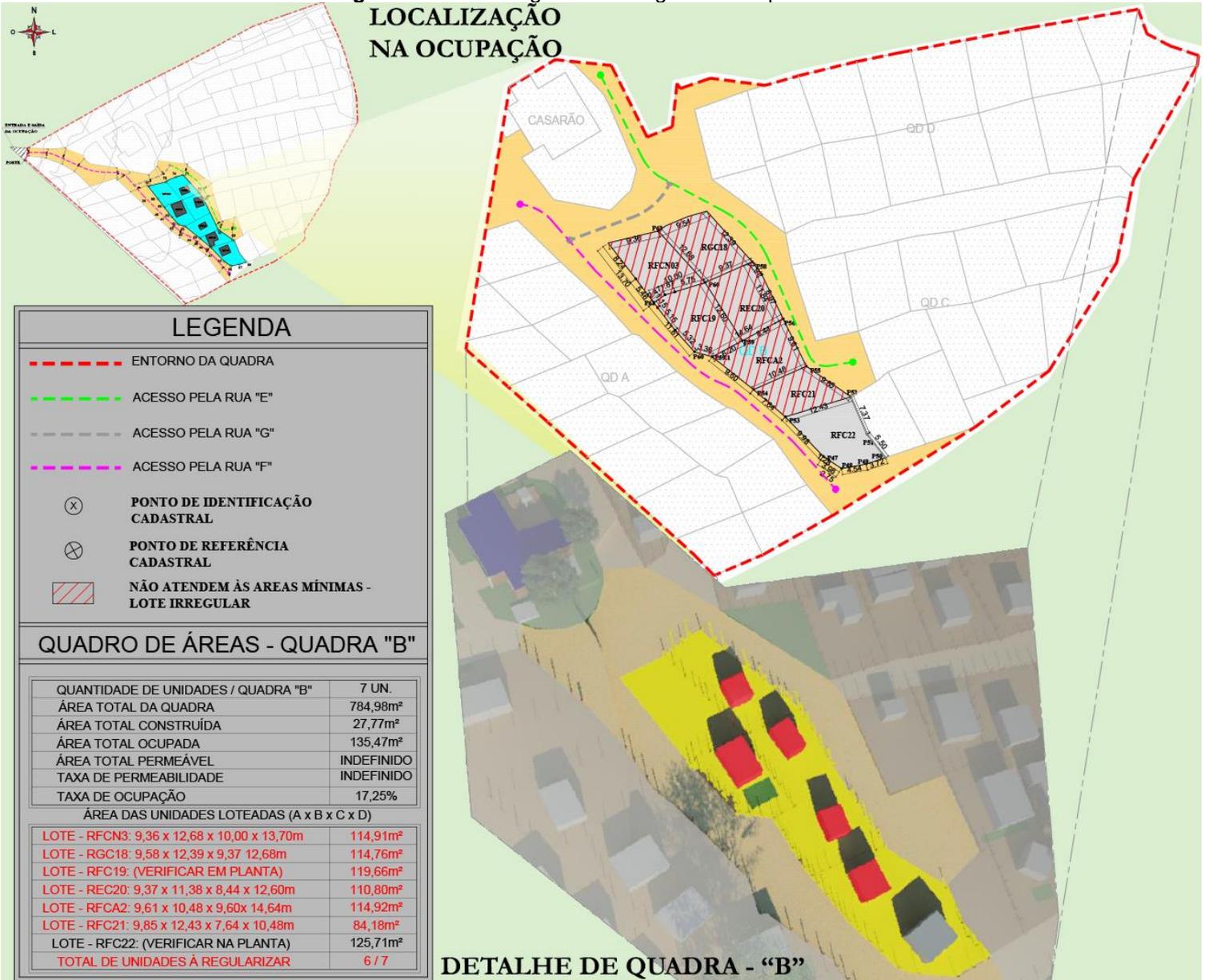
**LOCALIZAÇÃO
NA OCUPAÇÃO**



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

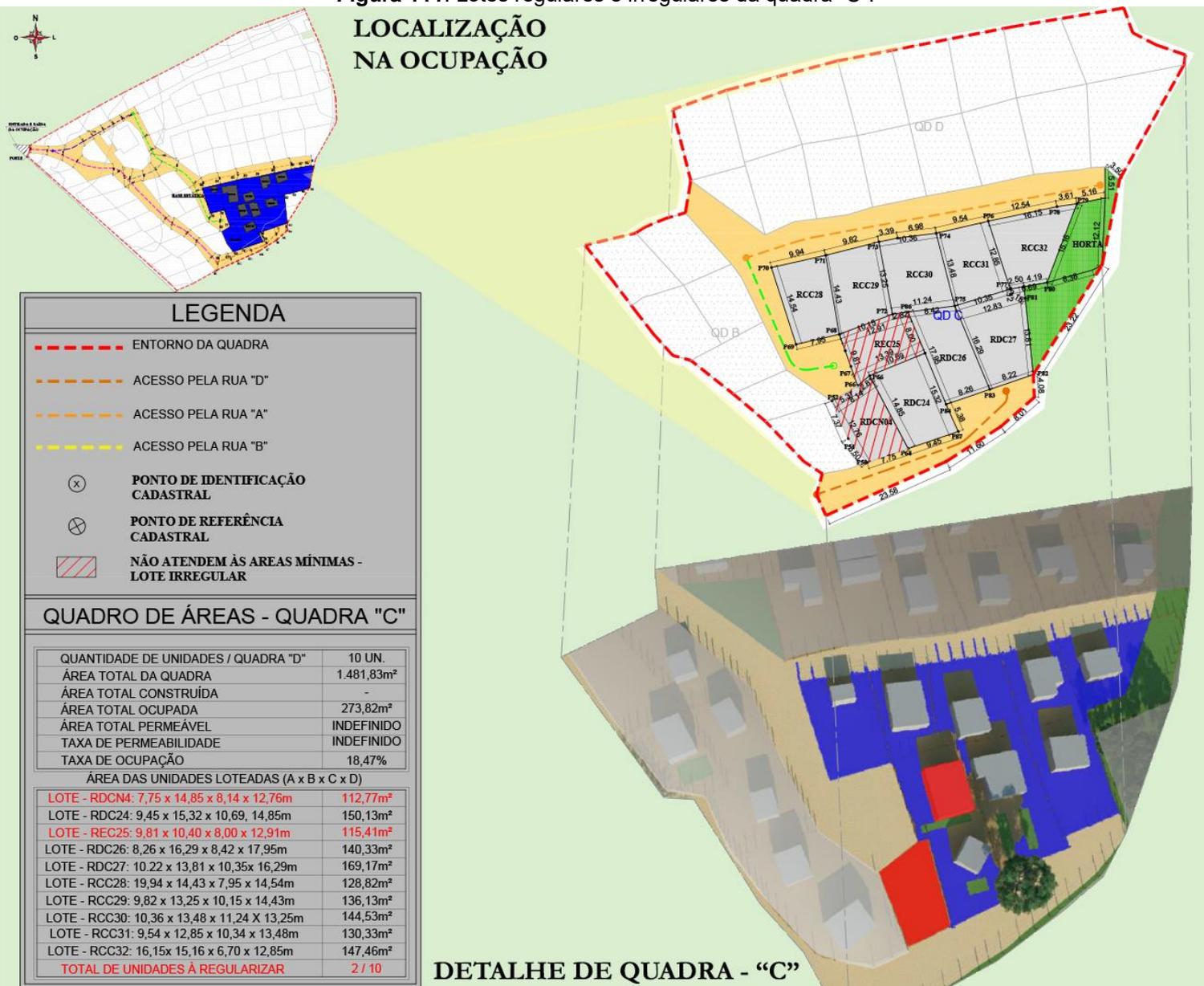
Figura 110: Lotes regulares e irregulares da quadra "B".

**LOCALIZAÇÃO
NA OCUPAÇÃO**



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Figura 111: Lotes regulares e irregulares da quadra "C".



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

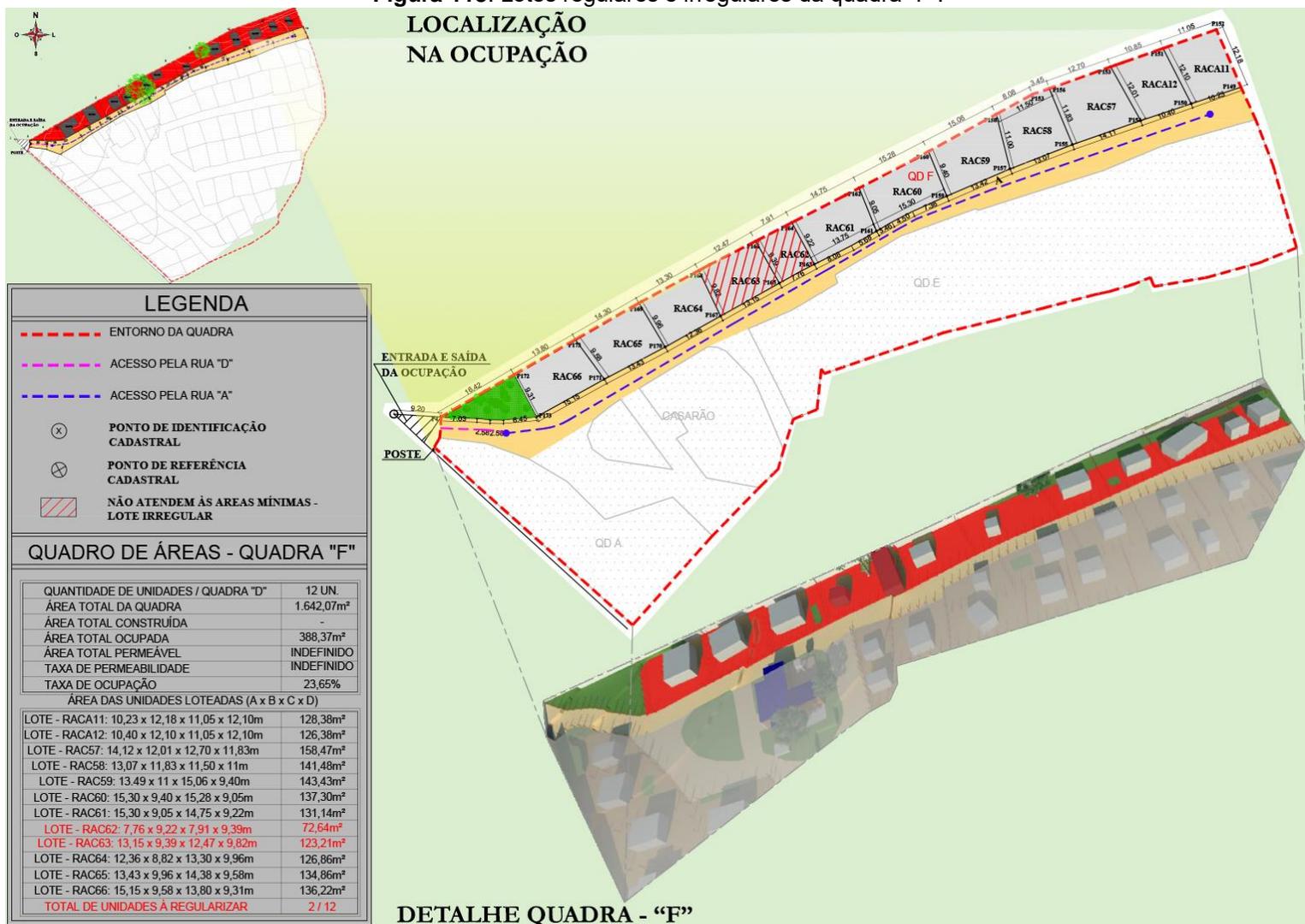
Figura 112: Lotes regulares e irregulares da quadra "E".

**LOCALIZAÇÃO
NA OCUPAÇÃO**



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Figura 113: Lotes regulares e irregulares da quadra "F".



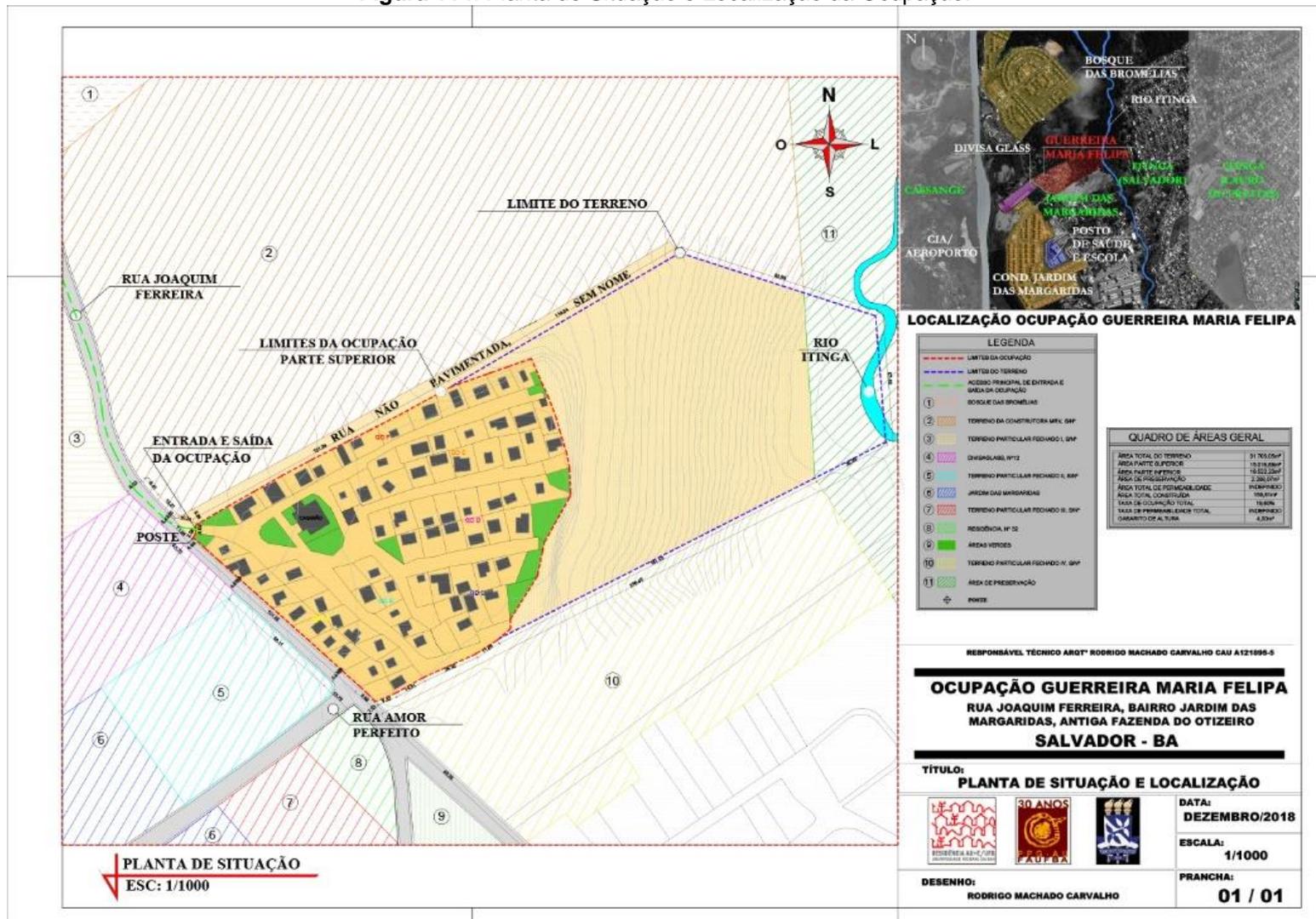
Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Ao final deste trabalho serão anexadas também as pranchas que contém o descritivo de cada ficha cadastral familiar, porém, por conta da demanda do prazo final de conclusão do trabalho da residência, inviabilizou para este momento a finalização de todas estas. Contudo, o autor deste trabalho torna público que haverá a continuidade deste trabalho junto a esta ocupação no período pós-residência, na qual as mesmas deverão concluídas e entregues a cada respectivo morador, logo após serem realizados os processos de retificação dos lotes irregulares, com perspectivas de serem concluídas no ano de 2019. Por se tratar de uma demanda emergencial, foram confeccionadas algumas fichas no sentido de articular os acordos de vizinhança entre os moradores, bem como poderão ser apropriadas pelo

movimento e sua assessoria jurídica no processo que ainda se encontra tramitando na justiça, assegurando uma margem de tempo estendida para consolidar a permanência dos moradores na localidade que completa 2 anos de consolidação.

Assim, conforme foi estabelecido e apresentado aos moradores nas Ações Educativas para Regularização Fundiária, um dos produtos deste trabalho foi a geração dessas fichas cadastrais, que se encontram em formato de prancha A3, na escala de 1:200, atendendo as exigências descritivas determinadas pela SEDUR do município, no caso de aprovação de parcelamentos individualizados, contendo a descrição dos lotes com as medidas limítrofes e referencial de localização, contando com o quadro de áreas, além dos detalhes no descritivo do cadastro social. Além destas, foi confeccionada a planta de Situação e Localização da ocupação na escala de 1:1000 conforme estabelecido em Lei.

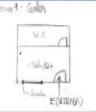
Figura 114: Planta de Situação e Localização da Ocupação.



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

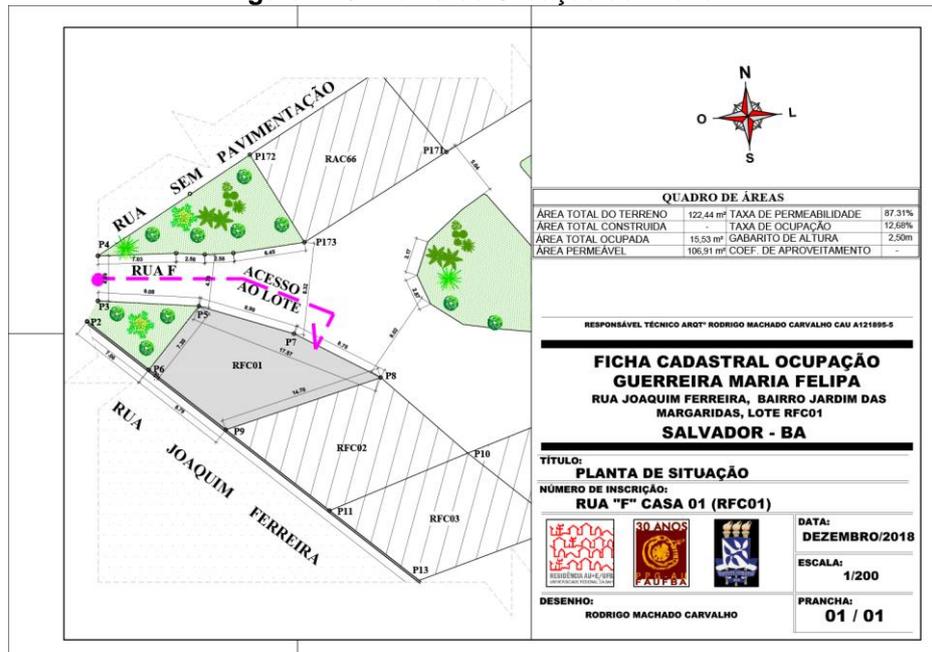
A elaboração das fichas cadastrais por família foi inspirada no trabalho de militância e atuação da CTEP na Argentina, no tocante ao debate relativo as questões que perpassam o meio urbano. Pessoas que são filiadas ao mesmo, se apropriam dessas fichas como instrumento de luta, por meio de uma articulação política com a CTEP e aos movimentos sociais e populares que problematizam também a questão fundiária como forma de pressionar o Estado na abertura do diálogo entre essas duas instancias, expondo as fragilidades do governo nessa temática, evidenciando a necessidade de ampliar o debate sobre o direito à moradia e a cidade como sendo um dos direitos universais do ser humano em assegurar sua dignidade de se ter sua própria casa. O modelo elaborado e já descrevendo um cadastro está descrito nas figuras 115 e 116, com isso, finalizando a produção do trabalho a médio prazo.

Figura 115: Ficha Cadastral.

FICHA CADASTRAL OCUPAÇÃO GUERREIRA MARIA FELIPA	
Nº do Imóvel e Foto: (01)	Localização na Comunidade:
	
DADOS CADASTRAIS:	
Registro Cadastral: RFC01	Sexoidade: MASCULINO/76
Qº de moradores vivem na Casa: 1	Ocupação: Aposentado
Qualificação Profissional: Consentido de Eletrônicos	MCMV: Não tem Inscricao
CARACTERIZAÇÃO DO IMÓVEL:	
MATERIAS	ESTRUTURA E INSTALAÇÕES
<ul style="list-style-type: none"> - Paredes em madeira; - Revestimento externo em Lona e Plástico; - Contra Piso em concreto, revestido com lona; - Telha de Amianto sustentado por estrocas; 	<ul style="list-style-type: none"> - 2 Cômodos com Parede Divisória (1 exclusivo para dormitório conjugado com a sala); - Abastecimento de água irregular; - Fornecedor de energia irregular; - Esgoto com despejo em Fossa Rudimentar (já concretada); - Lixo descartado no Terreno Baldo (Entrada do acesso ao condomínio Jardim das Margaridas); - Terreno com formato geométrico irregular;
CROQUI DO IMÓVEL	SONHOS PARA COMUNIDADE
	<ul style="list-style-type: none"> - Construção de casas adequadas - Transformar em Condomínio - Posto médico e Policial
REALIZAÇÃO:	
	

Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Figura 116: Planta de Situação do Imóvel.



Fonte: Acervo da Ocupação Guerreira Maria Felipa, 2018.

Por questões de ordem burocrática da academia, o prazo de trabalho dessa assessoria junto ao movimento e aos moradores da ocupação tornou-se inviável a médio prazo ampliar a capacitação dos moradores sobre o tema e a utilidade desses produtos, ao caso das fichas cadastrais, sendo esta tarefa elencada ao trabalho que será desenvolvido a longo prazo, por meio de ações educativas e também das intervenções estruturais na ocupação.

6.3 PROPOSIÇÕES PÓS-RESIDÊNCIA: AÇÕES EDUCATIVAS E INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS NA OCUPAÇÃO.

Conforme descrito no tópico anterior, algumas metas que envolveram o desenvolvimento deste trabalho, não conseguiram ser atingidas, exigindo um trabalho de longo prazo para a efetivação das mesmas. Para tal, a equipe de residentes profissionais torna público o interesse em dar continuidade aos trabalhos com os moradores da ocupação no ano de 2019.

Considerando os resultados dos produtos destacados durante este período de envolvimento da Residência AU+E com a ocupação, compreende-se a necessidade de se trabalhar duas questões que se apresentaram como demandas de longo prazo: ações educativas visando dar continuidade ao processo de formação e capacitação dos moradores relativas ao tema; intervenções estruturais na ocupação, que serão provenientes logo após o processo de avaliação técnica dos profissionais da área da Engenharia, Arquitetura, e Social visando estabelecer estratégias para se equacionar ou mitigar os problemas que foram detectados, tais quais: dimensionamento e acessibilidade dos lotes que se encontram irregulares, drenagem, esgotamento sanitário, abastecimento de água e alinhamento das ruas.

A operacionalização dessas atividades propostas, deverão ser realizadas concomitantemente aos trabalhos da Assistente Social, Urbanista e Engenharia Sanitarista que fazem parte desta equipe. A seguir, serão descritas as diretrizes, metodologias, metas e instrumentos a serem utilizados para dar encaminhamento ao que se julga necessário para execução do se propõe.

6.3.1 DIRETRIZES PARA AÇÕES EDUCATIVAS E INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS NA OCUPAÇÃO.

A ideia de continuar com as práticas das ações educativas visa estabelecer uma necessidade de ampliar os espaços de debate dentro da ocupação, realizando métodos que venham garantir e qualificar os processos de participação. Esta proposta, visa seguir a essência do que foi proposto pela “Teia – Casa de Criação” em seu projeto intitulado como “Teia comunidades”, respeitando o método Freiriano, que consiste em alfabetizar o aluno a partir da sua vida cotidiana, em que ele é o sujeito, e não objeto, criando assim, situações típicas da vida deles para que se possa despertar a consciência crítica, almejando dar voz e proatividade ao sujeito, no desenvolvimento de caminhos que o conduzam a sua autonomia.

1. Ações Educativas para Regularização Fundiária

O presente trabalho propõe a continuidade das discussões sobre este tema, subdividindo esta atividade em 2 momentos. No primeiro momento será evidenciado os desdobramentos

resultantes do processo judicial impetrado contra a ocupação, apontando para casos semelhantes de conflitos fundiários. Deverão ser abordados conceitos relativos a regularização fundiária e como implementá-la, mencionando aspectos e a aplicabilidade da legislação como a Lei 6.766/79 – Parcelamento do solo, PDDU (2016) e a LOUSO (2016) - que despertaram o interesse dos mesmos em ações anteriores. Concomitantemente, será apresentada a configuração atual em que se encontra a ocupação, evidenciando a necessidade da criação de acordos de vizinhança para estimular um bom convívio entre os moradores, apontando para as soluções técnicas dos problemas que foram detectados nos levantamentos e diagnóstico. Por fim, será abordado a importância da criação das fichas cadastrais familiar, definindo a posse do lote à família que se encontra assentada.

Em um segundo momento deverão ser discutidos e apresentados possíveis cenários que a ocupação guerreira Maria Felipa poderia assumir frente a um assessoramento técnico contínuo, munindo o movimento e os moradores com conhecimento sobre os aspectos práticos e sustentáveis inerentes aos temas da regularização e ao saneamento ambiental no momento em que se consolidaram até os dias atuais. Vale destacar que esta ação não visa estimular a reprodução de um modelo padrão de ocupação, mas consiste em sensibilizá-los sobre o direito à cidade e aos deveres inerentes a todos cidadãos.

a. Metodologia:

- Reuniões no formato “Roda de Conversas”, que contará com uma exposição dialogada, debatendo sobre os temas do direito à cidade, processo judicial e os conflitos fundiários, bem como os conceitos ligados a regularização fundiária;
- Apresentação da maquete física e virtual da ocupação, descrevendo as relações dos lotes, quadras, as curvas de níveis, contando também com o uso de ilustrações gráficas, no intuito de demonstrar as problemáticas detectadas da ocupação, visando a criação de acordos de vizinhança, e demonstrando quais serão as implicações e impactos propostos pelas alterações sugeridas da equipe técnica;
- Teatro dos Oprimidos ou Musical, com o intuito de debater de forma lúdica sobre o uso e a aplicabilidade da Legislação e dos termos técnicos na ocupação, vislumbrando um possível caso de regularização fundiária.

Duração de cada uma das atividades: 2 horas.

b. Metas:

- Até o final do ano de 2019 capacitar moradores sobre o tema regularização fundiária;

- Fortalecer os moradores com a troca de conhecimento, estimulando a união entre os mesmos no desenvolvimento das atividades de bem coletivo para a ocupação;
- Formação de uma comissão de regularização fundiária da ocupação para acompanhamento do processo que tramita na justiça;

c. Instrumentos a serem utilizados:

- Projetor para o Power Point;
- (20) Cartolina, (02) Estojos de lápis de cor, (05) Pilotos, (02) Placas de Isopor de 5mm de espessura, (02) Folhas de Papel Paraná, (02) Colas de Isopor e (02) Branca;
- (02) Resma de folha A4;
- (02) Pastas Classificadoras e (02) Pastas Sanfonadas para arquivo;

2. Intervenções Estruturais na Ocupação

Concomitantemente as ações educativas, formar-se-á uma equipe técnica incumbida de realizar uma análise técnica sobre os dados levantados em loco, bem como nos diagnósticos produzidos pela equipe Guerreira Maria Felipa, no intuito de compreender e analisar as problemáticas expostas, para se propor um projeto de intervenção estrutural na ocupação. Para tal, será composta uma equipe de técnicos multidisciplinar composto por (02) Arquiteto & Urbanista; (01) Engenheiro Ambiental e Sanitarista; (01) Engenheiro Civil; (01) Psicólogo; (01) Engenheiro de Horticultura; (01) Assistente Social; (05) Estagiários, sendo (03) ligados à área de humanas, e (02) para áreas das exatas; (01) Cadista; (01) Designer;

No primeiro momento, deverão ser avaliados os dados técnicos retidos até o presente momento, visando definir estratégias de intervenção para a regularização dos lotes que se encontram em desacordo com a metragem mínima exigida pela lei; melhorar as condições de habitabilidade das famílias; propor um projeto de drenagem dos pontos de alagamentos que se conformam na ocupação devido a impermeabilização do solo; proposição de tecnologias construtivas alternativas para o reaproveitamento da água da chuva, bem como soluções para o esgotamento sanitário; monitoramento das áreas de erosão; estudar a viabilidade de acessibilidade dos lotes da quadra “A” que se encontram inacessíveis; alteração de pontos cadastrais para que seja viável o alinhamento das ruas; acompanhamento psicológico para as famílias que se encontram sob vulnerabilidade social e desamparo dos programas governamentais; mediação de conflitos entre os moradores. Vale ressaltar que os aspectos que descrevem os projetos voltados as questões de

Saneamento Básico deverão ser detalhadas pela Engenheira Ambiental e Sanitarista, bem como os de Assistência Social pela assistente Social que compõe esta equipe deste grupo.

Em um segundo momento, as soluções técnicas apontadas pelos profissionais que compõe a equipe discriminada deverão ser configuradas em formato de apresentação acessível e coerente com a linguagem dos moradores, levando em consideração a sua subjetividade e a realidade em que vivem. Recomenda-se que estas soluções possam ser construídas em cima das intervenções lúdicas descritas nas metodologias do tópico anterior, que visa ampliar a leitura e assimilação do conteúdo, tornando as reuniões junto aos moradores mais produtivas e participativas, podendo assim contribuir para a formulação dos acordos de vizinhança.

Por fim, deverão ser confeccionados todos os projetos executivos de intervenção na estrutura física da ocupação, definindo o planejamento das ações que implicação nas alterações previstas para serem executadas em loco, levando em consideração o quadro técnico de profissionais, os materiais disponíveis e moradores que darão suporte para esta empreitada.

a. Metodologia:

- Reuniões entre os técnicos para adoção das estratégias de intervenção e avaliação das atividades executadas em loco e juntos aos moradores;

Duração: Quinzenal.

- Estabelecer parcerias com instituições públicas como CRAS e CREAS, cursos nas Universidades Federais, Estaduais, Faculdades Privadas, Institutos Federais e escola da Politécnica das Engenharias e Arquitetura;

Duração: 1 mês.

- Atualização de novos mapas topográficos existentes da região de acordo com a norma NBR 13133/94, descrevendo o terreno e as curvas de níveis com uso do teodolito para efetuar as medições e de software apropriado para a digitalização das plantas, e elaboração dos projetos de adequação dos lotes irregulares prevendo a solução dos problemas detectados;

Duração: 3 meses.

- Atualização do cadastro socioeconômico e das fichas cadastrais familiares, recolhendo a documentação dos moradores anexando-as as suas respectivas fichas cadastrais;

Duração: 2 meses.

- Criação de 3 grupos de trabalho entre os profissionais e moradores, tanto na área de Psicologia & Assistente Social, Engenheiro de Horticultura e Arquitetura & Engenharia. As frentes de atuação estão dispostas na seguinte maneira:

- 1ª Grupo serão realizadas seções de terapia coletiva e individualizada, se apropriando de elementos lúdicos para fortalecimento da autoestima, subjetividade do indivíduo e do que se julgar necessário pelo profissional;

- 2ª Grupo serão realizadas reuniões com uso do Datashow expondo ilustrações sobre o conteúdo, bem como visita ao Projeto “Hortas Urbanas Salvador”, no intuito de capacitar os moradores do processo de idealização de um uma Horta, entendo quais os cuidados, as boas práticas para o cultivo e como combater pragas. Serão realizadas oficinas na Horta Comunitária existente da ocupação no sentido de pôr em prática o conhecimento adquirido;

- 3º Grupo serão reuniões para serem apresentadas as técnicas de construção civil. Deverão ser desenvolvidos oficinas práticas em um lote disponibilizado como canteiro de obra, visando à formação e capacitação das pessoas que demonstrem interesse em aprender sobre o uso das técnicas e o uso dos equipamentos;

Duração: 5 meses.

- Remanejamento dos pontos cadastrais identificados no presente trabalho com o uso de pontalotes e estroncas, no intuito de atender as alterações solicitadas pelos novos projetos, adequando os lotes irregulares ao padrão estipulado pelas normas;

Duração: 5 meses.

- Realização de mutirões para atender as adequações sugeridas pelos projetos específicos de Saneamento Ambiental e Regularização Fundiária às quadras e lotes;

Duração das atividades: 5 meses.

b. Metas:

- Adequação dos terrenos que se encontram irregulares até o final de 2019;

- Alinhamento das ruas, bem como assegurar a acessibilidade dos lotes da quadra “A” até o final de 2019;

- Atualização das Fichas Cadastrais e dos dados socioeconômicos de todos os moradores após as intervenções estruturais solicitadas até o final de 2019;

- Adequação do projeto de Drenagem, Resíduo Sólidos e de Esgotamento Sanitário até o final de 2019;

- Cadastramento das famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social nos programas sociais, bem como aos postos de saúde visando atendimento e acompanhamento contínuo incluindo àqueles que necessitam de tratamento psicológico;

- Capacitação e formação de um grupo de trabalho de 10 pessoas com o foco na formação de pessoas que tem interesse em aprender sobre o uso das tecnologias construtivas sustentável e de baixo custo;

c. Instrumentos a serem utilizados:

- (01) Trena de Nailon 50m e (01) Trena a Laiser;

- (10 rolos) Fios de Nailon

- (01) Impressora A3;

- (10) Pranchetas, sendo (05 Un.) Formato A4 e (05 Un.) A3.

- (02) Diários de Campo

- (05 latas) Tintas e (05) Pincéis

- (02 para cada) Resma de Papel A4 e A3;

- Instrumentos de trabalho para as oficinas de capacitação em construção civil: (05) Colheres de Pedreiro, (02) Mangueiras de Nível, (05) Prumos de Centro e de Face, (03) Martelo, (03) Marreta) (02) carrinhos de mão), (05) Desempenadeira, (05) Baldes, (05) trinchas, (05) espumas, (05) Esquadros, (05) Réguas de Alumínio, (05) Trenas, (05) Desempenadeiras, (05) Espátula, (02) Furadeiras, (02) Níveis de Bolha, (05) Lápis carpinteiro, (03) Talhadeiras, (03) Alicates, (03) Arco de Serra, (03) Cavadores, (02) Chaves para dobrar ferro, (03) Enxadas, (03) Pás, (03) Peneiras, (03) Sarrafos, (03) Torquês.

7 – CRONOGRAMA & ORÇAMENTO

PRODUTOS/ ETAPA	MESES					
	1	2	3	4	5	6
ETAPA 1 - 2019						
<i>1 - Roda de Conversas para Capacitação - Conceitos Fundiários e Formação de Comissão e Acordos</i>	X	X	X			
<i>2 - Reunião dos Técnicos para adoção de estratégias de intervenção</i>	X	X	X			
<i>3 - Atualização do Cadastro Socioeconômico e Revisão das Fichas Cadastrais</i>	X					X
<i>3 – Estabelecer parcerias com as Instituições Públicas, Universidades Federais, Estaduais, Faculdades Privadas, e Politécnica</i>	X					
ETAPA 2						
<i>4 – Atualização do mapa topográfico e elaboração do projeto de intervenção na ocupação visando regularizar as anomalias detectadas</i>	X	X	X			
<i>5 – Criação dos grupos de trabalho junto aos profissionais e desenvolvimento das Oficinas Práticas</i>		X	X	X	X	X
<i>6 – Aplicação das Metodologias Integrativas e Participativas</i>		X	X			
ETAPA 3						

7 - Execução dos mutirões para atender as solicitações propostas pelos técnicos e aprovadas em assembleia junto aos moradores		X	X	X	X	X
8 – Compilação de todos os dados e informações relativas ao trabalho executado, registrando no arquivo geral						X
9 – Entrega oficial dos produtos a Ocupação (Fichas cadastrais e Jogo completo de plantas da ocupação)						X

7.1 – ORÇAMENTO: RECURSOS HUMANOS

Formação/ Função/Qt.	Nível	Experiência Exigida	Tempo Mínimo de Formação	Tempo de Trabalho	Valor Previsto
Arquiteto e Urbanista (02)	Junior	Elaboração de projetos com uso da tecnologia bioconstrutiva, acompanhamento, fiscalização e planejamento de obras, participação em planos urbanísticos, conservação ambiental e de desenvolvimento urbano que envolvem mobilização e participação comunitária. – a exemplo de elaboração de planos diretores ou projetos urbanísticos ou planos e projetos relacionados à habitação de interesse social.	>5 (dez) anos	576h	R\$27.376,00
Engenheiro Civil (01)	Junior	Elaboração de projetos com uso da tecnologia bioconstrutiva, acompanhamento, fiscalização e planejamento de obras de infra-estrutura urbana e que envolvam mobilização e participação comunitária.	>5 (cinco) anos.	288h	R\$13.688,00
Engenheiro Sanitarista e Ambiental (01)	Junior	Elaboração de estudos e planos urbanísticos, conservação ambiental e de desenvolvimento urbano – a exemplo de elaboração de planos diretores, projetos urbanísticos, planos e projetos relacionados à habitação de interesse social.	>5 (dez) anos.	288h	R\$13.688,00

Psicólogo (01)	Junior	Participação em projetos com referências técnicas para de atuação no CRAS/CREAS, planos que venham atender a população de alto risco de vulnerabilidade social, planos urbanísticos envolvendo mobilização e participação comunitária;	>5 (dez) anos.	220h	R\$7.200,00
Assistente Social (01)	Junior	Participação em projetos com referências técnicas para de atuação no CRAS/CREAS, planos ou projetos urbanísticos envolvendo mobilização e participação comunitária;	>5 (cinco) anos.	220h	R\$7.200,00
Engenheiro de Horticultura (01)	Junior	Elaboração de estudos e projetos de hortas e infra-estrutura urbana. Envolvimento a atividades de caráter social, com envolvimento em mobilização e participação comunitária;	>5 (dez) anos.	192h	R\$5.000,00
Designer (01)	Técnico Junior	Conhecimento em programas de edição gráfica, diagramação, e de marketing e propaganda;	>5 (cinco) anos.	96h	R\$2.400,00
Cadista (01)	Técnico Junior	Conhecimento de programas como AutoCAD, Revit Architecture, Sketchup, Archgis para elaboração e digitalização de projetos;	-	144h	R\$3.600,00
Estagiários (total=05)	-	Realização de levantamentos de campo, participação em planos ou projetos que envolvam mobilização e participação comunitária, conhecimentos;	-	192h (cada um. TOTAL=1960h)	R\$24.000,00

VALOR TOTAL = R\$104.152,00

7.2 – ORÇAMENTO: RECURSOS MATERIAIS

RECURSOS MATERIAIS			
MATERIAL PARA AÇÕES EDUCATIVAS E INTERVENÇÕES ESTRUTURAIS			
ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL (R\$)
Projetor	1	Parceria	Parceria
Estojo de Lápis de cor	2	Parceria	Parceria
Pilotos	5	Parceria	Parceria
Placas de Isopor	2	R\$30,00	R\$60,00
Folhas de Papel Paraná	2	R\$4,00	R\$8,00
Cola de Isopor	2	Parceria	Parceria
Cola Branca	2	Parceria	Parceria
Resma de Folha A4	4	R\$22,00	R\$88,00
Pastas Classificadoras	4	Parceria	Parceria
Pastas Sanfonadas	2	Parceria	Parceria
Trena de Nailon 50m	1	R\$30,00	R\$30,00
Trena a Laiser 50m	1	R\$150,00	R\$150,00
Rolo de Fio de Nailon	10	R\$23,00	R\$230,00
Impressora A3	1	R\$700,00	R\$700,00
Resma de Folha A3	2	R\$60,00	R\$120,00
Galão de Tinta Esmalte	5	R\$71,00	R\$355,00

Pincel 1 1/2"	5	R\$38,00	R\$190,00
Prancheta A4	5	R\$10,00	R\$50,00
Prancheta A3	5	R\$43,00	R\$215,00
Colher de Pedreiro	5	R\$10,00	R\$50,00
Mangueira de Nível 50m	2	R\$50,00	R\$100,00
Prumo de Centro	5	R\$12,00	R\$60,00
Prumo de Face	5	R\$16,00	R\$80,00
Martelo	3	R\$20,00	R\$60,00
Marreta	3	R\$30,00	R\$90,00
Carrinho de Mão	2	R\$119,00	R\$228,00
Desempenadeira	5	R\$19,00	R\$19,00
Balde	5	R\$11,00	R\$55,00
Trincha 15cm	5	R\$13,00	R\$65,00
Espuma	5	R\$7,00	R\$35,00
Esquadro	5	R\$25,00	R\$125,00
Réguas de Alumínio 2m	5	R\$28,00	R\$140,00
Trena de 10m	5	R\$30,00	R\$115,00
Espátula	5	R\$17,00	R\$85,00
Furadeira	2	R\$80,00	R\$160,00
Nível de Bolha	2	R\$12,00	R\$24,00
Lápis de Carpinteiro	5	R\$16,00	R\$80,00
Talhadeira	3	R\$10,00	R\$30,00
Alicate	3	R\$30,00	R\$30,00
Arco de Serra	3	R\$43,00	R\$129,00
Cavadeira Articulada	3	R\$21,00	R\$63,00
Chave para dobra ferro	2	R\$10,00	R\$20,00
Enxada	3	R\$29,00	R\$87,00
Pás	3	R\$24,00	R\$72,00
Peneira	3	R\$20,00	R\$20,00
Torquês	3	R\$16,00	R\$48,00
Makita	2	R\$158,00	R\$316,00
Disco Diamantado de concreto	5 jogos	R\$17,00	R\$85,00
Luvas (kit)	20	R\$26,00	R\$560,00
Óculos de Proteção	10	R\$13,00	R\$130,00
Protetor Auricular	10	R\$55,00	R\$550,00
Bota	20	R\$23,00	R\$460,00
Capacetes	10	R\$18,00	R\$180,00

OBS: Todos os valores dispostos acima foram retirados de pesquisas realizadas em sites de vendas na internet. Importante destacar que este preço poderá variar de região para região.

VALOR TOTAL = R\$119.709,00

Na somatória total dos valores, tanto dos recursos humanos com os recursos materiais, resultou no valor de **R\$119.709,00(cento e dezenove mil, setecentos e nove mil)**.

Por fim, levando em consideração o valor exposto, para que seja viabilizado tal projeto, deverá ser realizado uma investigação tanto em órgãos públicos, tais como “CESE”, o programa “Brasil Quilombola”, setores privado e cooperação internacional como a “Abong”, que venham viabilizar financeiramente esse projeto. Mesmo com as dificuldades em se ter acesso a esses editais, ressalta-se que este trabalho será desenvolvido de forma voluntária, estabelecendo parcerias com instituições públicas e acadêmicas, visando a obtenção de recursos humanos e materiais. Todos os recursos que venham a ser disponibilizados deverão ser devidamente comprovados, através da prestação de contas, por meio de recibos, notas fiscais e contratos, garantido a idoneidade do projeto.

Referências

ALVES, Rubens. **O amor que acende a Lua**. 8ª Ed. Editora Papirus. São Paulo, 2003.

AMANAJÁS, Roberta; KLUG, Letícia. Direito à Cidade, cidades para todas e estrutura sociocultural urbana. In: COSTA, Marco Aurélio; MAGALHÃES, Marcos Thadeu Queiroz; FAVARÃO, Cesar Bruno (Org.). **A Nova Agenda Urbana e o Brasil: Insumos para sua construção e desafios a sua implementação**. Brasília: Ipea, 2018. Cap. 2. p. 29-44. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/180529_a_nova_agenda_urbana_e_o_brasil.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2018.

ATHAYDE, Roberta. **A evolução do conceito de Regularização Fundiária: do Estatuto da Cidade à Lei 11.977/09**. IPPUR/UFRJ, Rio de Janeiro.

ARAÚJO, et.al. **Relatório de Atividades Ocupação Guerreira Maria**. Disciplina do mestrado: “Política, Democracia, e Direito a Cidade, Modulo II”, vinculado ao grupo de pesquisa “Lugar Comum” UFBA. Salvador, BA, 2017.

BARRETO, Renée Buzahr Fontes. **Pós-Regularização Fundiária: Transformações no ambiente construído de ocupações informais tituladas, em Salvador-BA (2002-2010)**- Dissertação de Mestrado PPGAU, 2012

BAHIA. **Plano Urbanístico e Ambiental e Projetos Específicos para o Vetor Ipiranga**. Consorcio Hydros Engenharia e Planejamento S/A e FFA ARQUITETURA LTDA com a SEDUR do Estado, Superintendência de Saneamento, Superintendência do Planejamento e Gestão Territorial, Superintendência de Habitação e a Diretoria de Águas Urbana, Salvador, BA, 23 de novembro de 2013.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Antônio Luiz de Toledo Pinto, Márcia Cristina Vaz dos Santos Windt e Livia Céspedes. 29. ed. Editora Saraiva. São Paulo, 2002 (Coleção Saraiva de Legislação).

CONSCIENTE Coletivo (Série). Realização de Instituto Akatu, Canal Futura e A Hp do Brasil. 10 episódios. São Paulo, 2010. son., color. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=IBuJHI-PTYc&list=PL66CCA3EE20459CF3>>. Acesso em: set. 2018.

DIEESE (DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE ESTATÍSTICA E ESTUDOS SÓCIO-ECONÔMICOS). **Metodologia da Pesquisa Nacional da Cesta Básica de Alimentos**. São Paulo, 2016. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/metodologia/metodologiaCestaBasica2016.pdf>>. Acesso em: 20/04/2016.

_____. Lei nº 10.257 de 10 de julho de 2001. **Estatuto da Cidade**: Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001.

_____. Lei N. 6.766 de 19 de dezembro de 1979. Dispõe sobre o parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Poder Legislativo, Brasília, DF, 20 dez. 1979.

_____. Lei N. 11.888 de 24 de dezembro de 2008. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Assistência Técnica Pública e Gratuita para projeto e construção de Habitação de Interesse Social**. Brasília: Presidência da República, 2008.

_____. Lei N. 13.465 de 11 de julho de 2017. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Programa Minha Casa, Minha Vida e regularização fundiária de assentamentos localizadas em áreas urbanas**. Brasília: Presidência da República, 2009.

_____. Lei N. 11.977 de 11 de julho de 2017. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Regularização Fundiária Rural e Urbana, liquidação de créditos concedidos aos assentamentos de reforma agrária e sobre a regularização fundiária no âmbito da Amazônia Legal**. Brasília: Presidência da República, 2017.

_____. Lei N. 1.060 de 5 de fevereiro de 1950. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Assistência Técnica Jurídica Pública Gratuita** aos necessitados. Presidência da República, 1950.

_____. Lei nº 7.289 de 18 de dezembro de 1984. Câmara dos deputados. **Estatuto dos Policiais Civis-Militares da política federal do Distrito Federal**. 1984.

_____. Lei nº 13.105 de 16 de março de 2015. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Código do Processo Civil**. Presidência da República, 2015.

_____. Lei nº 10.845 de 27 de novembro de 2007. Diário Oficial do Estado. **Organização e Divisão Judiciária do Estado da Bahia, a administração e o funcionamento da justiça e seus serviços auxiliares**. Assembleia Legislativa, 2007.

_____. Lei nº 12.651 de 25 de maio de 2012. Casa Civil. Subchefia para assuntos jurídicos. **Novo Código Florestal**. Presidência da República, 2012.

CARNEIRO, Daniel Marostegan e. **Assessoria Técnica e a institucionalização da participação popular em projetos nas periferias urbanas**. P. 1 – 14.

CIDADES: Revista Científica/ Grupo de Estudos Urbanos. **Ativismos sociais e espaço urbano**. Vol.6, n.9. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2009.

CLOUX, R. F. **MSTs: A trajetória do Movimento dos Sem Teto de Salvador**. Editora: do autor. Salvador, BA, 2008.

FERNANDES, et al. **Regularização da Terra e Moradia. O que é e como implementar**. Editora: Instituto Polis. São Paulo, 2002.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17ª Ed. Editora Paz e Terra S/A. São Paulo, 1987.

GEHL, Jan. **Cidade Para Pessoas**. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 2010. 262 p.

GEHL, Jan; SVARRE, Birgitte. **A Vida na Cidade: Como estudar**. São Paulo: Perspectiva, 2018. 184 p.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política**. São Paulo: Cortez, 1999.

GOOGLE. Google Earth. Versão Pro. ano 2008 - 2018. **Jardim das Margaridas**.

MARICATO, Ermínia. **O Impasse da política urbana no Brasil**. 3ª Edª - Editora Vozes. Petrópolis - Rio de Janeiro, 2008.

MOTA, Iuri Falcão Xavier. **As ações possessórias nos conflitos fundiários coletivos de imóveis urbanos**. Dissertação (Especialização em Processo Civil) – Faculdade Baiana de Direito, Salvador, 2009.

NITERÓI. **Plano de trabalho para execução do projeto de Regularização Fundiária – Da comunidade de São José, Niterói**. Programa coordenado entre as Municipais: SE, SMU, SMARHS, SMO, SECONSER, SMHRF, SEMPAS, SMECT, SMS, FME, CLIN, em parceria com a Unidade de Gestão do Programa UGPS / PRODUI em conjunto a Prefeitura Municipal de Niterói, RJ, 16 de janeiro de 2017.

NUNES, Débora. **Pedagogia da Participação: Trabalhando com comunidades**. 1ª Ed. Editora Eletrônica. Salvador, BA, 2002.

O caminho das Águas em Salvador: Bacias Hidrográficas, Bairros e Fontes. Elisabete Santos, José Antônio Gomes de Pinho, Luiz Roberto Santos Moraes, Tânia Fischer. 2ª Ed. CAGS/UFBA; SEMA. Salvador, BA, 2013 (Coleção Gestão Social).

JACOBS, Jane. **Morte e Vida de Grandes Cidades**. 3. ed. São Paulo: Editora Wmf Martins Fontes, 2011. (Coleção cidades).

LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001

REIS, Diana de Oliveira Souza. **Fotos Mão na Massa - Ocupação Guerreira Maria Felipa 29 de setembro de 2018**. Salvador, 2018.

SALVADOR. Prefeitura Municipal de Salvador. **Lei nº 3.525/85: Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador (PLANDURB)**. Prefeitura Municipal, Salvador, 1985.

SALVADOR. **Plano Municipal de Habitação de 2008 a 2025**. Secretaria Municipal de Habitação - SEHAB junto a Prefeitura Municipal de Salvador - Municipal de Habitação, Salvador, BA, Janeiro de 2008.

SALVADOR. **Lei 9.148 de Setembro de 2016. Lei de Ordenamento do Uso e da Ocupação do Solo da cidade de Salvador**. Câmara Municipal de Salvador - Gabinete do Prefeito – Prefeitura Municipal de Salvador. Salvador, BA, 08 de setembro de 2016.

SALVADOR. **Lei 7.400 de 20 de fevereiro de 2007. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador** Câmara Municipal de Salvador - Gabinete do Prefeito – Prefeitura Municipal de Salvador. Salvador, BA, 20 de fevereiro de 2016.

SALVADOR. **Lei 9.069 de 30 de junho de 2016. Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Salvador** Câmara Municipal de Salvador - Gabinete do Prefeito – Prefeitura Municipal de Salvador. Salvador, BA, 30 de junho de 2016.

SALVADOR. **Lei 8.287 de Maio de 2012. Lei da Assistência Técnica Gratuita no âmbito da Arquitetura, Urbanismo e Engenharia para Habitação de Interesse Social voltada a população de baixa renda**. Câmara Municipal de Salvador - Gabinete do Prefeito – Prefeitura Municipal de Salvador. Salvador, BA, 16 de maio de 2012.

SANTOS, Maria Elisabete Pereira dos (et. al.). **Atlas sobre o direito de morar em Salvador**. Salvador: Ufba, Escola de Administração, Ciags: Faculdade 2 de Julho, 2016. 196 p.

TOSTA, Aline Oliveira. **A dimensão espacial do direito à cidade:** acesso à equipamentos públicos e infraestrutura no Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Salvador (2009 - 2015). 2016. 142 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

10º Vara Cível da comarca de Salvador/BA. **Ação de Reintegração de Posse, Esbulho e Turbação, com o número 0582043-60.2016.8.05.0001.** MPS – Mineração, Perfuração e Sondagem LTDA e o Movimento dos Sem Teto da Bahia. Datado de 30 de novembro de 2016.

Consultas a sites na Internet:

Arquivo de notícias publicado no Jornal Aratu Online no 16/12/16 e acessado 15/07/18.

<http://ctepargentina.org/>. Acesso em 18.08.18.

<http://www.sucom.ba.gov.br/servicos/carta-servicos/construcao/licenca-para-construcao/>. Acesso em 10.10.18.

<http://www.jauregui.arq.br/rocinha.htm>. Acesso em 08.07.18

APÊNDICES

Tabelas 1- Levantamento Planialtimetrico e de Geoprocessamento

Nome	Descrição	Grade Leste (m)	Grade Norte (m)	Elevação (m)	Ondulação Geoidal	Altura Corrigida Desnível em Relação ao Mar (m)
base	base	569348,274	8574886,487	33,608	-10,79	44,398
1	entrada	569246,595	8574914,562	37,895	-10,79	48,685
2	entrada	569240,781	8574920,096	37,87	-10,79	48,660
3	entrada	569249,964	8574919,527	37,175	-10,79	47,965
4	quadra f	569258,57	8574924,588	36,846	-10,79	47,636
5	quadra f	569264,166	8574927,773	36,565	-10,79	47,355
6	quadra f	569289,099	8574942,027	35,562	-10,79	46,352
7	quadra f	569302,303	8574949,164	35,097	-10,79	45,887
8	quadra f	569328,836	8574962,725	34,021	-10,79	44,811
9	quadra f	569342,369	8574969,778	32,677	-10,79	43,467
10	quadra f	569365,342	8574982,377	31,459	-10,79	42,249
11	contencao	569379,981	8574990,126	30,889	-10,79	41,679
12	quadra f	569383,025	8574988,597	33,496	-10,79	44,286
13	quadra f	569401,238	8574994,996	32,861	-10,79	43,651
14	quadra f	569406,02	8574983,798	32,97	-10,79	43,760
15	quadra f	569386,456	8574977,264	33,365	-10,79	44,155
16	quadra f	569373,14	8574972,597	33,61	-10,79	44,400
17	quadra f	569360,97	8574967,837	33,549	-10,79	44,339
18	quadra f	569348,63	8574962,555	33,915	-10,79	44,705
19	quadra f	569341,901	8574959,57	33,953	-10,79	44,743
20	quadra f	569337,909	8574957,493	34,193	-10,79	44,983
21	quadra f	569332,627	8574954,377	34,22	-10,79	45,010
22	quadra f	569330,01	8574952,911	34,197	-10,79	44,987
23	quadra f	569320,128	8574947,94	34,251	-10,79	45,041
24	quadra f	569304,475	8574939,193	34,626	-10,79	45,416
25	quadra f	569293,68	8574933,17	35,143	-10,79	45,933
26	quadra f	569281,808	8574926,897	35,565	-10,79	46,355
27	quadra f	569268,552	8574919,557	36,03	-10,79	46,820
28	quadra f	569262,131	8574918,99	36,286	-10,79	47,076
29	quadra f	569259,555	8574919,03	36,384	-10,79	47,174
30	quadra f	569256,994	8574919,309	36,518	-10,79	47,308
31	quadra a	569248,603	8574913,655	37,636	-10,79	48,426
32	quadra a	569249,702	8574915,449	37,188	-10,79	47,978
33	quadra a	569258,721	8574914,403	36,361	-10,79	47,151
34	quadra a	569267,131	8574911,34	35,985	-10,79	46,775
35	quadra a	569274,612	8574906,906	35,656	-10,79	46,446
36	quadra a	569281,973	8574899,588	35,31	-10,79	46,100
37	quadra a	569295,149	8574903,94	34,885	-10,79	45,675
38	quadra a	569302,961	8574896,333	34,664	-10,79	45,454
39	quadra a	569309,731	8574890,129	34,485	-10,79	45,275
40	quadra a	569316,028	8574883,188	34,282	-10,79	45,072
41	quadra a	569317,185	8574882,931	34,282	-10,79	45,072
42	quadra a	569324,071	8574876,343	34,349	-10,79	45,139
43	quadra a	569328,702	8574872,77	34,064	-10,79	44,854
44	quadra a	569333,296	8574869,755	33,863	-10,79	44,653
45	quadra a	569334,372	8574869,456	33,897	-10,79	44,687
46	quadra a	569338,985	8574865,897	33,832	-10,79	44,622

Tabelas 2- Levantamento Planialtimetrico e de Geoprocessamento

47	quadra a	569341,679	8574864,054	34,292	-10,79	45,082
48	quadra a	569347,702	8574855,681	34,005	-10,79	44,795
49	quadra a	569352,409	8574850,066	33,357	-10,79	44,147
50	quadra a	569339,695	8574842,872	33,123	-10,79	43,913
51	quadra a	569330,864	8574839,093	33,287	-10,79	44,077
52	quadra a	569327,254	8574842,879	33,54	-10,79	44,330
53	quadra a	569300,572	8574867,164	34,515	-10,79	45,305
54	meio fio	569258,492	8574903,632	37,573	-10,79	48,363
55	meio fio	569326,262	8574841,803	32,176	-10,79	42,966
56	meio fio	569330,019	8574837,881	32,029	-10,79	42,819
57	quadra b	569311,613	8574899,773	34,416	-10,79	45,206
58	quadra b	569316,647	8574893,246	34,348	-10,79	45,138
59	quadra b	569319,914	8574888,873	34,216	-10,79	45,006
60	quadra b	569323,749	8574883,878	34,121	-10,79	44,911
61	quadra b	569327,287	8574879,91	34,301	-10,79	45,091
62	quadra b	569330,524	8574879,019	34,763	-10,79	45,553
63	quadra b	569338,027	8574873,036	34,347	-10,79	45,137
64	quadra b	569343,824	8574868,066	34,214	-10,79	45,004
65	quadra b	569350,693	8574860,831	33,945	-10,79	44,735
66	quadra b	569354,004	8574858,62	33,698	-10,79	44,488
67	quadra b	569358,476	8574859,429	33,697	-10,79	44,487
68	quadra b	569362,013	8574860,595	33,833	-10,79	44,623
69	quadra b	569355,715	8574871,7	33,46	-10,79	44,250
70	quadra b	569347,605	8574877,299	33,597	-10,79	44,387
71	quadra b	569339,514	8574894,028	33,816	-10,79	44,606
72	quadra b	569337,777	8574896,36	33,781	-10,79	44,571
73	quadra b	569329,531	8574905,605	34,077	-10,79	44,867
74	quadra b	569326,015	8574904,58	34,11	-10,79	44,900
75	quadra b	569320,705	8574901,982	34,175	-10,79	44,965
76	quadra c	569369,785	8574861,713	32,917	-10,79	43,707
77	quadra c	569360,383	8574874,259	33,535	-10,79	44,325
78	quadra c	569357,054	8574883,727	33,518	-10,79	44,308
79	quadra c	569349,323	8574881,894	33,618	-10,79	44,408
80	quadra c	569344,905	8574895,745	33,747	-10,79	44,537
81	quadra c	569354,595	8574897,945	33,673	-10,79	44,463
82	quadra c	569364,111	8574900,378	33,454	-10,79	44,244
83	quadra c	569367,438	8574901,042	33,484	-10,79	44,274
84	quadra c	569374,358	8574901,917	33,51	-10,79	44,300
85	quadra c	569383,648	8574904,086	33,384	-10,79	44,174
86	quadra c	569395,911	8574906,723	33,282	-10,79	44,072
87	quadra c	569399,481	8574907,251	33,355	-10,79	44,145
88	quadra c	569404,533	8574908,28	32,906	-10,79	43,696
89	quadra c	569403,98	8574896,176	32,775	-10,79	43,565
90	quadra c	569402,239	8574895,282	32,9	-10,79	43,690
91	quadra c	569394,16	8574893,057	33,048	-10,79	43,838
92	quadra c	569389,696	8574891,724	33,147	-10,79	43,937
93	quadra c	569391,71	8574876,461	33,175	-10,79	43,965
94	quadra c	569391,887	8574872,381	32,847	-10,79	43,637
95	quadra c	569389,022	8574869,739	32,814	-10,79	43,604
96	quadra c	569385,872	8574867,087	32,689	-10,79	43,479

Tabelas 3- Levantamento Planialtimetrico e de Geoprocessamento

97	quadra c	569380,025	8574863,192	32,722	-10,79	43,512
98	quadra c	569376,117	8574871,114	33,099	-10,79	43,889
99	quadra c	569378,28	8574866,192	32,86	-10,79	43,650
100	quadra c	569376,124	8574860,794	32,649	-10,79	43,439
101	quadra c	569370,931	8574858,4	32,706	-10,79	43,496
102	quadra c	569364,916	8574855,633	32,934	-10,79	43,724
103	quadra d	569343,853	8574901,541	33,712	-10,79	44,502
104	quadra d	569348,911	8574903,896	33,685	-10,79	44,475
105	quadra d	569358,487	8574905,161	33,586	-10,79	44,376
106	quadra d	569362,988	8574906,617	33,625	-10,79	44,415
107	quadra d	569372,659	8574908,572	33,403	-10,79	44,193
108	quadra d	569382,577	8574910,412	33,461	-10,79	44,251
109	quadra d	569391,825	8574912,444	33,464	-10,79	44,254
110	quadra d	569400,26	8574913,333	33,414	-10,79	44,204
111	quadra d	569402,032	8574913,658	33,344	-10,79	44,134
112	quadra d	569404,505	8574913,794	33,413	-10,79	44,203
113	quadra d	569340,257	8574913,994	33,774	-10,79	44,564
114	quadra d	569330,528	8574911,366	33,926	-10,79	44,716
115	quadra d	569327,304	8574924,14	33,956	-10,79	44,746
116	quadra d	569336,869	8574927,605	33,971	-10,79	44,761
117	quadra d	569345,315	8574930,075	33,987	-10,79	44,777
118	quadra d	569356,773	8574932,901	33,951	-10,79	44,741
119	quadra d	569364,377	8574934,479	33,82	-10,79	44,610
120	quadra d	569376,493	8574936,772	33,545	-10,79	44,335
121	quadra d	569387,903	8574939,025	33,626	-10,79	44,416
122	quadra d	569407,886	8574942,421	33,141	-10,79	43,931
123	quadra d	569409,487	8574937,961	33,302	-10,79	44,092
124	quadra d	569413,646	8574935,786	33,232	-10,79	44,022
125	quadra d	569418,893	8574933,975	32,556	-10,79	43,346
126	quadra d	569418,628	8574932,18	32,61	-10,79	43,400
127	quadra e	569417,021	8574952,555	32,888	-10,79	43,678
128	quadra e	569418,404	8574945,539	32,464	-10,79	43,254
129	quadra e	569409,55	8574949,55	33,405	-10,79	44,195
130	quadra e	569405,879	8574948,605	33,486	-10,79	44,276
131	quadra e	569399,395	8574946,717	33,529	-10,79	44,319
132	quadra e	569389,062	8574944,951	33,553	-10,79	44,343
133	quadra e	569388,6	8574946,84	33,513	-10,79	44,303
134	quadra e	569385,142	8574945,409	33,714	-10,79	44,504
135	quadra e	569380,264	8574943,946	33,596	-10,79	44,386
136	quadra e	569377,609	8574943,383	33,591	-10,79	44,381
137	quadra e	569367,311	8574940,856	33,734	-10,79	44,524
138	quadra e	569357,888	8574938,319	33,939	-10,79	44,729
139	quadra e	569348,017	8574935,963	34,199	-10,79	44,989
140	quadra e	569324,74	8574927,987	34,034	-10,79	44,824
141	quadra e	569324,135	8574928,875	34,104	-10,79	44,894
142	quadra e	569323,519	8574923,256	33,9	-10,79	44,690
143	quadra e	569323,324	8574920,999	33,931	-10,79	44,721
144	quadra e	569318,694	8574919,125	34,02	-10,79	44,810
145	quadra e	569315,722	8574925,303	34,045	-10,79	44,835
146	quadra e	569309,91	8574936,724	34,431	-10,79	45,221

Tabelas 4- Levantamento Planialtimetrico e de Geoprocessamento

147	quadra e	569318,432	8574940,339	34,202	-10,79	44,992
148	quadra e	569327,348	8574945,617	34,438	-10,79	45,228
149	quadra e	569326,846	8574947,22	34,361	-10,79	45,151
150	quadra e	569339,637	8574954,754	34,169	-10,79	44,959
151	quadra e	569354,185	8574960,089	33,811	-10,79	44,601
152	quadra e	569354,802	8574959,796	33,722	-10,79	44,512
153	quadra e	569379,258	8574967,556	33,695	-10,79	44,485
154	quadra e	569390,905	8574972,395	33,431	-10,79	44,221
155	quadra e	569401,459	8574975,389	33,283	-10,79	44,073
156	quadra e	569408,892	8574977,48	32,924	-10,79	43,714
157	quadra e	569412,258	8574968,63	32,698	-10,79	43,488
158	quadra e	569414,244	8574961,668	32,853	-10,79	43,643
159	casarao	569311,861	8574924,879	34,277	-10,79	45,067
160	casarao	569314,732	8574918,313	34,039	-10,79	44,829
161	casarao	569316,869	8574913,51	34,143	-10,79	44,933
162	casarao	569315,937	8574909,583	34,318	-10,79	45,108
163	casarao	569311,633	8574905,384	34,381	-10,79	45,171
164	casarao	569306,57	8574906,546	34,476	-10,79	45,266
165	casarao	569295,62	8574909,095	34,804	-10,79	45,594
166	casarao	569285,838	8574910,563	35,473	-10,79	46,263
167	casarao	569282,317	8574911,23	35,569	-10,79	46,359
168	casarao	569279,516	8574913,258	35,661	-10,79	46,451
169	casarao	569278,472	8574915,931	35,634	-10,79	46,424
170	casarao	569279,609	8574918,891	35,616	-10,79	46,406
171	casarao	569282,862	8574921,586	35,424	-10,79	46,214
172	casarao	569285,011	8574922,962	35,39	-10,79	46,180
173	casarao	569293,602	8574928,364	35,11	-10,79	45,900
174	casarao	569297,427	8574930,683	34,92	-10,79	45,710
175	casarao	569301,933	8574933,273	34,812	-10,79	45,602
176	casarao	569303,698	8574933,168	34,758	-10,79	45,548
177	casarao	569305,389	8574932,519	34,749	-10,79	45,539
178	casarao	569310,682	8574927,131	34,42	-10,79	45,210
179	quadra d	569407,08	8574911,421	33,151	-10,79	43,941
130	quadra e	569405,879	8574948,605	33,486	-10,79	44,276
131	quadra e	569399,395	8574946,717	33,529	-10,79	44,319
132	quadra e	569389,062	8574944,951	33,553	-10,79	44,343
133	quadra e	569388,6	8574946,84	33,513	-10,79	44,303
134	quadra e	569385,142	8574945,409	33,714	-10,79	44,504
135	quadra e	569380,264	8574943,946	33,596	-10,79	44,386
136	quadra e	569377,609	8574943,383	33,591	-10,79	44,381
137	quadra e	569367,311	8574940,856	33,734	-10,79	44,524
138	quadra e	569357,888	8574938,319	33,939	-10,79	44,729
139	quadra e	569348,017	8574935,963	34,199	-10,79	44,989
140	quadra e	569324,74	8574927,987	34,034	-10,79	44,824
141	quadra e	569324,135	8574928,875	34,104	-10,79	44,894
142	quadra e	569323,519	8574923,256	33,9	-10,79	44,690
143	quadra e	569323,324	8574920,999	33,931	-10,79	44,721
144	quadra e	569318,694	8574919,125	34,02	-10,79	44,810
145	quadra e	569315,722	8574925,303	34,045	-10,79	44,835
146	quadra e	569309,91	8574936,724	34,431	-10,79	45,221